



DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E DE ACONSELHAMENTO

**FAMÍLIAS MULTIPROBLEMÁTICAS: A INTERAÇÃO MÃE-CRIANÇA E
TRAÇOS DE HISTÓRIAS DE VIDA – UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

Dissertação de Mestrado para obtenção do grau de Mestre em Psicologia
Clínica e de Aconselhamento

Autor: Inês Catarina de Azevedo Carvalha, nº 20150155

Orientador: Professora Doutora Mónica Pires

Lisboa, Junho 2018

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu,
mas pensar o que ninguém ainda pensou
sobre aquilo que todo o mundo vê”

(Arthur Schopenhauer)

Em homenagem ao meu pai...

Agradecimentos

O meu primeiro agradecimento vai para a minha mãe e para o meu pai, que sempre me deixaram seguir os meus sonhos e sempre lutaram para que nada me faltasse. Aos valores que me transmitiram, à educação que me deram, ao amor incondicional, obrigada! Pai, que tenhas sempre orgulho em mim.

A ti Luís, meu grande apoio ao longo destes anos, que tanto me ajudaste, obrigada pelo amor, amizade, compreensão e aceitação. Agora estamos finalmente a colher frutos da nossa história.

Aos meus tios, Gina e Ricardo, pelos conselhos certos nas horas exatas, pelas palavras de conforto sempre que precisei.

À minha orientadora, Dra. Mónica Pires, pela partilha, pela disponibilidade e pelas palavras de apoio e de confiança. Obrigada por fazer parte deste longo percurso.

Ao meu orientador de estágio, Dr. Filipe Saramago, por me ter proporcionado um estágio académico rico em experiências e aprendizagens, por ter sido cuidadoso, atento e dedicado. Obrigada pela oportunidade.

À minha instituição de ensino, a UAL, a todo o corpo docente e ao Departamento de Psicologia, por todos os momentos, pela cumplicidade, pela troca de experiências, pela partilha de conhecimento, por me permitirem acreditar nas pessoas, na vida. Obrigada a cada um de vocês, professores.

À SCML, e a toda a equipa, pela oportunidade de estagiar e de desenvolver um projeto tão rico, que me ajudou a olhar os outros de forma diferente, e que contribuiu para o meu crescimento pessoal, profissional e académico

Às minha ex-colegas de trabalho, que acompanharam o início, meio e agora o fim, que estão sempre lá, que sempre acreditaram em mim e sempre me animaram, que continuem os nossos jantares convívio que tão bem nos fazem, e sim agora já vou “entrar” para o vosso grupo.

A todos os que contribuíram de alguma forma para que eu crescesse todos os dias mais um pouco.

Obrigada a todos os meus colegas académicos, por termos juntos percorrido este percurso, em especial à Marina e Marisa, obrigada pela partilha, pela amizade, pelos

conselhos, por me ajudarem a crescer, a acreditar mais em mim, e obrigada à Ângela e à Rita pelas partilhas nos nossos jantares divinais.

Dedico este trabalho à minha mãe, ao meu pai, ao Luís e ao que há de vir...

Resumo

O presente trabalho de investigação recai sobre o conceito de famílias, da parentalidade e da conjugalidade e das suas inúmeras características. Por isto, a nossa amostra é muito específica, uma vez que se enquadra numa pequena parte da população, com características particulares e consiste num grupo clínico de oito famílias referenciadas pelos técnicos de quatro equipamentos de primeira infância, frequentados pelos filhos.

Este estudo assenta principalmente nas necessidades destas famílias, e de que forma podem os técnicos contribuir para ajudar a melhorar as relações entre mães e filhos, de forma a trabalhar para uma parentalidade mais positiva.

Tivemos como objetivo principal conhecer de forma aprofundada as características comuns, e o percurso de vida das famílias vulneráveis multiproblemáticas, bem como compreender quais as características parentais destas famílias, perceber quais os Estilos Parentais (EP) predominantes e qual a dimensão do investimento parental predominante. Foi pretendido também observar e obter informações sobre as interações diádicas através do brincar.

Trata-se de um estudo exploratório, assente numa metodologia qualitativa, através do método fenomenológico, o que nos permitiu uma maior compreensão dos relatos destas participantes através da entrevista clínica e da análise de conteúdo que serviu para obter os resultados das interações diádicas com atividades lúdicas.

Foi possível verificar nos resultados obtidos através das entrevistas, que estas oito participantes têm vivências comuns entre si, nomeadamente a falta de suporte familiar, o abandono escolar, gravidez na adolescência, filhos de diferentes companheiros e violência física e psicológica.

Quanto aos resultados dos questionários acerca da parentalidade, verificámos que o EP predominante nestas famílias é o EP Autoritativo, e relativamente ao Investimento Parental, verificou-se uma maior predominância no item da Aceitação Parental. Estes indicadores revelam que estas mães tendem a definir regras de forma clara e são atentas às necessidades dos filhos, promovendo também a comunicação e tendem a agir de acordo com os interesses dos filhos.

Contudo não podemos colocar à margem a questão da desejabilidade social destas mulheres, uma vez que durante as sessões foi possível perceber que estas mães tendem a ser muitas vezes autoritárias em momentos que deviam privilegiar a liberdade e criatividade das crianças, o que indica que assentam em regras rígidas.

Relativamente aos resultados obtidos através da interação lúdica, de um modo geral verificámos algumas diferenças entres os momentos do Brincar Livre (BL) e Brincar Dirigido (BD), uma vez que houve mais participação quer da mãe quer da criança neste segundo momento. Foi possível perceber que estas mães têm alguma dificuldade em brincar com os filhos, usam da autoridade para impor as suas vontades e por algumas vezes demonstraram saturação e desvalorização com a criança.

Contudo importa realçar os aspetos positivos que foram observados, como a comunicação através dos elogios, a disponibilidade ou a interação verbal e física, na partilha da mesma atividade. Foi perceptível também que as crianças apesar de gostarem de brincar com as mães, preferem brincar sozinhas, o que pode resultar da dificuldade das mães em brincar.

Palavras-chave: famílias multiproblemáticas, metodologia qualitativa, interação mãe-criança, parentalidade, brincar

Abstract

The present research focuses on the concept of families, of parenthood and conjugality and its many characteristics. For this reason, our sample is very specific, since it fits into a small part of the population, with particular characteristics and consists of a clinical group of eight families referenced by the technicians of four early childhood equipment attended by the children.

This study is based primarily on the needs of these families, and how coaches can contribute to helping improve the relationships between mothers and children in order to work towards more positive parenting.

Our main objective was to know in depth the common characteristics and the life course of vulnerable multiproblem families, as well as to understand the parental characteristics of these families, to understand the predominant parental styles and the size of the predominant parental investment. It was also intended to observe and obtain information on dyadic interactions through play.

This is an exploratory study, based on a qualitative methodology, through the phenomenological method, which allowed us a greater understanding of the reports of these participants through the clinical interview and the content analysis that served to obtain the results of the dyadic interactions with ludic activities.

It was possible to verify in the results obtained through the interviews that these eight participants have common experiences among them, namely lack of family support, school dropout, teenage pregnancy, children of different partners and physical and psychological violence.

Regarding the results of the questionnaires about parenting, we found that the predominant EP in these families is the Authoritative PE, and in relation to the Parental Investment, there was a greater predominance in the item of Parental Acceptance. These indicators show that these mothers tend to define rules clearly and are attentive to the needs of the children, also promoting communication and tend to act according to the interests of the children.

However, we can't put aside the question of the social desirability of these women, since during the sessions it was possible to perceive that these mothers tend to be often authoritarian at times that should privilege children's freedom and creativity, which indicates that they are based on rules.

Regarding the results obtained through play interaction, we generally found some differences between the moments of Free Play and Play Directed, since there was more

participation of both mother and child in this second moment. It was possible to realize that these mothers have some difficulty in playing with their children, they use authority to impose their wills and sometimes they show saturation and devaluation with the child.

However, it is important to highlight the positive aspects that have been observed, such as communication through praise, availability or verbal and physical interaction, in sharing the same activity. It was also noticeable that children, although they like to play with their mothers, prefer to play alone, which can result from their mothers' difficulty in playing.

Keywords: multiproblem families, qualitative methodology, mother-child interaction

Índice

Introdução	11
Parte I – Enquadramento teórico	13
1.1. A Família	14
1.1.1. Famílias Multiproblemáticas	18
1.2. Conjugalidade	22
1.2.1. Violência Conjugal ou doméstica.....	22
1.3. Parentalidade	25
1.3.1. Estilos de Autoridade Parental	28
1.3.2. O Investimento Parental.....	30
1.3.3. A interação mãe-criança	32
1.3.4. A importância do brincar na interação mãe-criança.....	34
Parte II - Metodologia	36
2.Problema e Perspetiva da investigação	37
2.1. Delineamento do estudo	37
2.1.1. Método fenomenológico	39
2.1.2. Análise de conteúdo	40
2.2. Participantes	40
2.3. Instrumentos.....	41
2.3.1. Entrevista clínica semiestruturada.....	42
2.3.2. Questionário de Estilos Parentais (PAQ-P)	42
2.3.3. Escala de Investimento Parental na Criança (EPIC)	43
2.4. Procedimentos	44
2.4.1. Procedimentos de tratamentos de dados	46
Parte III – Resultados.....	48
3. Síntese das histórias clínicas	49
3.1. Análise Fenomenológica das Histórias Clínicas.....	54
3.2. Resultados dos questionários da Parentalidade.....	60

3.3. Análise de Conteúdo da interação mãe-criança	62
Parte IV - Discussão.....	77
Conclusão	87
Referências Bibliográficas	89
ANEXOS	98
Anexo I – Consentimento informado.....	99
Anexo II – Questionário de Estilos Parentais (PAQ-P)	102
Anexo III – Escala de Investimento Parental (EPIC)	105
Anexo IV – Entrevista Clínica Semiestruturada	107
Anexo V – Descrição dos itens das subcategorias escolhidas para a interação lúdica..	111

Introdução

Ao falar em família, surge-nos logo a ideia da nossa família de origem, aquela que conhecemos como a nossa. Alarcão (2006, p. 37) refere que “é habitual pensarmos na família como o lugar onde naturalmente nascemos, crescemos e morremos, ainda que, nesse longo percurso, possamos ir tendo mais do que uma família”.

As relações familiares resultam do desenvolvimento social, intelectual e emocional dos elementos que formam uma família, pois é no meio dela que decorrem as primeiras experiências da pessoa, desde o vínculo emocional até às relações sociais (Parke & Buriel, 2006; Teti, 2002 citado por Simões, 2011).

A família apresenta-se deste modo como o primeiro contexto social para o indivíduo, e permite a troca de influências com outros elementos das diferentes gerações (Cruz, 2005). Minuchin (1974) vai neste sentido, referindo a representatividade que tem a estrutura familiar na forma como os subsistemas familiares e os seus elementos interagem entre si. Acontecem, ao longo da vida, alterações no seio familiar em resultado das mudanças da sociedade, levando os elementos da família a serem afetados por pressões internas ou externas, que podem condicionar a continuidade o seu crescimento psicossocial (Minuchin, 1982).

Torna-se fundamental compreender as dinâmicas e o funcionamento familiar, pois existe uma panóplia de problemas que poderão conduzir à sua desestruturação. Neste sentido, é importante traçar um caminho que permita ajudar estas famílias a alcançar objetivos comuns que promovam o bem-estar e o equilíbrio, facilitando a comunicação de forma a existir uma abertura à mudança e que as crianças inseridas nestes contextos familiares sejam privilegiadas no seu desenvolvimento. É fundamental desenvolver intervenções com estas famílias a fim de promover a sua autonomia, responsabilidade e principalmente, criarem um maior envolvimento com os filhos.

Alguns estudos referem que mães com maior nível de educação passam mais tempo com os seus filhos e investem em atividades que promovem o desenvolvimento das habilidades cognitivas das crianças, do que as mães com nível de educação mais baixo. A estrutura familiar é um fator importante e influencia os pais a passarem mais tempo com os filhos (Guryan, Hurst & Kearney, 2008).

Para melhor compreender a relação mãe-criança, e por saber a importância que esta relação tem no desenvolvimento saudável dos subsistemas familiares, quisemos perceber de que forma estas mulheres percecionam as suas funções e papéis parentais,

nomeadamente qual o estilo parental que as caracteriza, e se de facto o que percecionam corresponde à realidade no dia a dia, uma vez que a desejabilidade social faz parte das suas características enquanto mães que pretendem transmitir o quão adequadas são perante as necessidades dos filhos.

Relativamente à estrutura do presente trabalho, este divide-se em quatro partes. A primeira corresponde ao enquadramento teórico, onde nos debruçamos sobre a temática familiar e todos os temas subjacentes às famílias multiproblemáticas, nomeadamente a conjugalidade, a violência doméstica e a parentalidade. Na parentalidade, abordamos ainda os estilos parentais, o investimento parental e a interação mãe-criança.

A segunda parte enquadra os objetivos desta investigação, o método qualitativo utilizado, nomeadamente a análise fenomenológica e a análise de conteúdo, que serviram para obter os resultados das histórias clínicas e da interação mãe-criança em situação de brincar, respetivamente, e enquadra ainda os participantes, instrumentos e procedimentos.

Na terceira parte apresentamos os resultados qualitativos obtidos através das histórias clínicas, dos questionários e das sessões diádicas.

Por fim, analisámos os resultados obtidos, elaborámos a sua discussão e conclusão final dos mesmos.

Salientamos que a presente investigação advém de um projeto construído por duas alunas de Mestrado em Psicologia Clínica e de Aconselhamento, no decorrer do estágio académico. Este projeto foi pensado em conjunto com a SCML e o CIP (Centro de Investigação em Psicologia da UAL). O projeto serviu de base para as dissertações das duas investigadoras, sendo a presente, um estudo qualitativo e a outra um estudo quantitativo.

Parte I - Enquadramento Teórico

1.1. A Família

A noção do conceito em torno da família tem sido alvo de grandes alterações ao longo dos séculos. A família pode ser definida como um grupo de indivíduos que se mantêm unidos através de laços transgeracionais e interdependentes (Doron & Parot, 2001), mas é também um grupo de indivíduos que integra uma importante base social (Alarcão, 2006). A família consiste no primeiro contexto social, onde daí se recebe amor e proteção, e que aqui a criança obtém as respostas às suas necessidades básicas, tais como afeto, alimentação ou proteção (Bayle, 2006).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a família como sendo um grupo de pessoas unidas por grau de parentesco através do casamento, adoção ou laços de sangue, e constitui-se pelo pai, mãe e filhos solteiros que coabitem com eles (OMS, 1991). No entanto, em 1994, a mesma organização acrescenta que a família, não se limita apenas aos laços de união, mas também às uniões assentes na confiança e com objetivos comuns.

Relvas (2004) descreve a família como um sistema aberto e auto-organizado, um todo inserido em outros sistemas composto por subsistemas. A autora afirma que a família deve ser responsável pelo crescimento e individualização dos seus membros e ser facilitadora da sua integração no contexto sociocultural onde estão inseridos.

Bertalanffy (1977) desenvolveu a Teoria Geral dos Sistemas, que relaciona conceitos de pensamento sistémico e biológico, procurando aplicá-los aos seres vivos e aos sistemas sociais. Nesta sua teoria, os organismos formavam um grupo aberto em constante interação com o seu ambiente, procurando atingir um objetivo a partir das suas condições (equifinalidade) e com uma necessidade de manter o equilíbrio, a homeostase (Costa, 2010).

Na década de 50, dá-se uma mudança de paradigma, onde o pensamento analítico dá lugar ao pensamento sistémico que suporta a ideia de que *“é preciso reunir para compreender”*, e substitui-se assim a causalidade linear pela causalidade circular (Relvas, 1999).

Como afirma Bertalanffy (1972, citado por Alarcão 2006, p. 44) “como sistema a família goza, naturalmente, das mesmas propriedades dos sistemas abertos”, e não podemos reduzir a família à soma das suas partes, pois esta é mais do que a soma da individualidade dos seus membros. Esta complexidade dos elementos deste sistema formam um todo, em constante interação com um exterior que influencia os vários níveis de relações. E desta forma a interação dos padrões circulares formam um contexto estável quer para o núcleo familiar quer para o indivíduo (Bertalanffy, 1977).

A teoria sistêmica considera a família como um sistema aberto, que procura desenvolver-se e crescer com o objetivo de se autorregular (Dias, 2011) e pode ser caracterizada como sendo um grupo de pessoas unidas por laços transgeracionais, que constituem uma totalidade organizada (Doron & Parot, 2001, citados por Machado, 2012). No entanto, Alarcão (2006) sublinha que apesar de a família ser um todo, não podemos esquecer a individualidade dos seus elementos.

Gimeno (2001) refere que a família, sendo um sistema aberto, possui características semelhantes a qualquer sistema aberto, e como tal é caracterizada por um conjunto de objetivos e torna-se assim flexível às influências do exterior, sendo capaz de interagir com outros sistemas. Assim, o sistema familiar pode ser influenciado ao mesmo tempo que pode influenciar o exterior (Alarcão, 2006).

Bateson (1987) entende a família como um fenómeno complexo, em constante transformação, uma vez que surgem necessidades de adaptação às exigências inerentes às fases do ciclo familiar, que exigem constante equilíbrio (homeostase). Esta tendência homeostática é promovida pela manutenção do sistema familiar (morfogénese) ou pela sua transformação (morfostase) (Bertalanffy, 1977).

Outros conceitos referentes à família denominam-se de totalidade e complexidade e referem-se à inter-relação e interdependência dos elementos da família, pois cada elemento tem comportamentos que são indissociáveis dos restantes elementos (Alarcão, 2006). A informação dos elementos rege-se de forma circular através de um sistema de feedback, de forma a assegurar a sua própria continuidade (Reis, 2012) e é por isso importante que exista uma visão circular das interações para que os comportamentos gerados sejam equacionados nas interações, ações e retroações, que se dividem em dois tipos: retroações negativas que permitem regular-se e manter a estabilidade do sistema; e retroações positivas que permitem uma noção de mudança qualitativa, de forma a possibilitar o crescimento e criatividade no sistema (Alarcão, 2006).

No que respeita à estrutura familiar, Alarcão (2006) divide a família em 4 subsistemas: o *individual*, que é caracterizado pelo próprio indivíduo e promove o seu desenvolvimento pessoal; o *conjugal* (relação afetiva e emocional entre marido e mulher); *parental* (relação de afeto, autoridade, capacidade de controlo e flexibilidade, existente entre pais e filhos); *fraternal* (relação de afeto, competição, rivalidade entre irmãos) (Minuchin, 1982). Cada elemento pode pertencer a mais do que um subsistema em simultâneo e desempenhar diferentes papéis em cada um deles (Alarcão, 2006) e a forma como se estruturam e estabelecem as relações definem a estrutura familiar (Relvas, 2004).

Alarcão (2006) salienta que as interações desta e o modo como se organizam através de trocas verbais e não-verbais são o resultado de adaptações entre os seus elementos, a que Minuchin (1974) designou de padrões transgeracionais. Estes padrões determinam os padrões de relacionamentos que se estabelecem entre os elementos da família e que regulam e fortalecem o sistema familiar. Estes padrões podem, no entanto, ser substituídos por padrões alternativos, de acordo com a flexibilidade e aceitação dos elementos face às mudanças que possam surgir (Minuchin, 1982).

Para os subsistemas familiares, na relação com outros subsistemas, é importante que haja uma definição clara de limites e fronteiras, que vão permitir regular a passagem de informação entre o sistema familiar e o seu meio envolvente (Alarcão, 2006). De acordo com o autor Minuchin (1974) existem três tipos de limites: os claros, que permitem definir as funções dos seus elementos ou subsistemas e a influência entre eles; os difusos, que podem por vezes ameaçar os subsistemas; e os rígidos que podem criar barreiras na comunicação e na compreensão. Esta permeabilidade dos limites pode dividir a família em dois tipos: famílias emaranhadas, (com limites difusos no seu interior e rígidos com o exterior) e famílias desmembradas (com limites rígidos no seu interior e difusos com o exterior) (Alarcão, 2006).

A família funciona como um sistema dinâmico que integra diferentes subsistemas relacionais e com papéis diferentes e importantes na sociedade (Dias, 2011). Cada elemento da família tem por norma o seu papel definido dentro do seu sistema familiar bem como na sociedade, e quando surge uma alteração desse papel, um dos elementos pode entrar em conflito com outro elemento familiar, alterando o equilíbrio homeostático e originando um ou mais sintomas disfuncionais (Couto, 2001). Minuchin (1974) sublinha que as constantes pressões internas e externas exigem uma constante mudança dos elementos familiares de forma a que este sistema possa desenvolver-se e crescer de forma contínua.

Ao ser um sistema auto-organizado a família passa por diversas transformações estruturais preservando sempre a sua organização (Reis, 2012). Quanto mais autónoma e aberta for a família, maior capacidade esta terá de saber gerir o saudável funcionamento e a sua interação com o exterior (Relvas, 2004).

Com estas diversas transformações percebemos que a família se apresenta como um sistema em constante desenvolvimento, com transformações na sua estrutura e organização a que designamos de Ciclo Vital. Segundo Relvas (2004), este ciclo vital reparte-se em cinco etapas que passam pela formação do casal – caracterizada pela união

de dois membros que vão constituir a família nuclear; filhos pequenos – que representa o nascimento do primeiro filho e por conseguinte o desenvolvimento da complexificação da estrutura familiar, com a passagem para a parentalidade e consequente abertura do sistema; filhos em idade escolar – que representa o crescimento dos filhos e a abertura familiar a um novo sistema, a escola; filhos adolescentes – que remete a família a grandes mudanças na estrutura e dinâmica familiar, transversal a três gerações, devido às alterações físicas e comportamentais vividas pelo adolescente, à entrada dos pais na meia idade e à velhice dos avós; e filhos adultos – caracterizada pela saída deste de casa dos pais, e criando assim uma nova estrutura familiar determinada pelo envelhecimento do casal e nova abertura do sistema a uma nova geração, os netos (Relvas, 2004; Alarcão, 2006). Contudo é importante considerar as novas famílias (reconstruídas, monoparentais, adotivas, homossexuais) emergentes das alterações sociais, económicas e culturais, atendendo assim as suas particularidades (Reis, 2012).

Deste modo, o sistema familiar passa por várias alterações à medida que a sociedade se altera, afetando assim os membros familiares, e estes fatores internos e externos podem pôr em causa a continuidade e o crescimento psicossocial dos seus elementos (Minuchin, 1982).

Dentro daquilo que designamos por etapas do ciclo vital, sabemos que estas estão sujeitas a alterações no decorrer da vida, e também novas configurações familiares (Alarcão, 2004). Nos últimos anos temos assistido a mudanças no que respeita à constituição familiar, advindo daí as famílias monoparentais e reconstituídas, que, apesar de existirem outras, debruçamo-nos sobre as mais pertinentes para o nosso estudo.

Começamos por descrever a dita família tradicional, denominada de família nuclear, que surge da união de duas pessoas que formam um casal e que à partida estão dispostas a cimentar a relação ao longo do tempo e que planeiem a chegada dos filhos (Relvas, 2004). Esta família é composta pela mãe, o pai e os filhos, e é caracterizada pela união afetiva e amorosa do casal (Dias, 2011).

As famílias reconstituídas são constituídas através de laços conjugais após uma rutura da relação anterior, normalmente divórcios e em alguns casos viuvez (Dias, 2011; Alarcão, 2004). Este novo subsistema parental vê-se perante algumas dificuldades, tais como as expectativas de que esta relação dará certo no futuro; o facto de os filhos de ambos os cônjuges por norma estarem em idade escolar ou adolescência, o que remete a uma abertura da família ao exterior enquanto que o casal precisa centrar-se em si próprio; a adaptação a novas regras e padrões relacionais dentro da nova família; e por fim, no que

respeita ao novo modelo da parentalidade, uma vez que terão de integrar, não só os modelos regidos durante a sua infância, mas também o modelo da anterior relação, que é conhecido pelos filhos (Alarcão, 2004).

As famílias monoparentais são fruto de relações que terminaram por separação, viuvez ou por escolha do casal e fazem parte a mãe ou o pai e os filhos (Dias, 2011). Na ausência de um dos elementos do casal, este subsistema perde-se ou nem chega a constituir-se (Alarcão, 2004). Esta situação pode conduzir a que um filho seja colocado numa posição de “par conjugal” o que irá comprometer o seu desenvolvimento afetivo e/ou cognitivo (Alarcão, 2004).

As famílias alargadas, são geralmente compostas por pelo menos três gerações, nomeadamente filhos, pais, avós e por vezes tios ou primos, ou outros elementos familiares.

1.1.1. Famílias Multiproblemáticas

É no fim da década de 50 que surge a designação de família multiproblemática (FM), que englobava as famílias com poucos recursos socioeconómicos e com problemas de alcoolismo, toxicodependência, delinquência, maus tratos e abandono de crianças (Alarcão, 2006; Sousa, 2005).

Para Linares (1997) o conceito de FM engloba geralmente um ou mais sintomas graves e tendem a durar bastante tempo. Estas famílias estão muitas vezes associadas a fatores de abuso de estupefacientes, violência, incesto entre outros sintomas que tendem a perdurar. Face aos problemas que ocorrem no seio familiar, estas famílias têm uma forte tendência para o caos e a desorganização, e os sintomas individuais tornam-se secundários face ao sintoma familiar (Melo & Alarcão, 2011).

O conceito de FM estava inicialmente direcionado a famílias com baixo recursos económicos (Alarcão, 2006), contudo a pobreza não é por si só um indicador de uma família disfuncional, mas pode conduzir uma família saudável à sua desestruturação. Estas famílias constituem um problema social atual, causado na sua maioria por problemas vivenciados em simultâneo, o que exige aos profissionais de ação social um investimento, disponibilidade e competências que visem desenvolver as suas potencialidades (Reis, 2012). Por terem pouca autonomia estas famílias vão sendo incluídas nos sistemas de apoios sociais existentes na comunidade (Sousa, 2005).

A vulnerabilidade social é apontada como uma das principais causas da incapacitação para a resolução de problemas (González, 2004), e estas famílias abarcam um conjunto

de sintomas como as crises recorrentes, a falta de comunicação, a negligência, os maus tratos, a violência o abandono das funções parentais, o abuso de substâncias ou a exclusão social (Gómez, Muñoz & Haz, 2007).

Segundo os mesmos autores, estas famílias possuem uma estrutura caótica e tendencialmente monoparental (Gómez, et al. 2007) e são também caracterizadas pela sua inconstância, desordem, isolamento social, estilos parentais autoritários ou permissivos, e detêm uma capacidade de resposta insuficiente no que respeita às necessidades dos filhos devido também à escassez de recursos (Melo, 2011).

Uma das definições mais utilizada e difundida na literatura é sugerida pelos autores Cancrini, Gregorio e Nocerino (1997) e caracterizada por seis critérios que abaixo são descritos: 1) dois ou mais elementos da família com comportamentos severos durante um longo período de tempo; 2) negligência parental no que respeita às atividades funcionais e relacionais; 3) reforço nos dois primeiros pontos, que comprometem as necessidades dos outros elementos familiares; 4) fragilidade nos limites e incapacidade de assumirem os seus papéis, que são exercidos por técnicos ou outras figuras exteriores à família; 5) estruturação de uma relação de dependência com os serviços sociais; 6) desenvolvimento de comportamentos sintomáticos.

Sendo a família um sistema aberto, os conflitos estendem-se a outros sistemas exteriores à família. Muitos destes conflitos devem-se à conjuntura social atual e às imposições que se apresentam aos elementos da família nomeadamente: reprodução e sobrevivência, educação e valores culturais. Tudo isto ocorre no decorrer das várias etapas do ciclo vital. Segundo Reis (2012), a história e o ciclo de vida familiar podem ser caracterizados por constantes momentos de crise sem capacidade para uma adaptação. Nestas famílias a estabilidade é escassa e são dominadas pela desorganização, instabilidade e conflitos, incapacitando estas famílias de transformar as crises em oportunidades de crescimento e transformações (Alarcão, 2006).

Guerney, Minuchin, Montalvo, Rosman e Schumer (1967, citado por Gomes, 2014) realizaram um estudo pioneiro com famílias de baixo nível socioeconómico e oriundas de bairros desfavorecidos, onde verificaram que estas famílias apresentavam limites difusos no seio familiar e com o exterior e uma comunicação limitada entre os seus elementos.

Costa (1998, citado por Gomes, 2014) salienta as dificuldades inerentes a fracos recursos económicos, nomeadamente o acesso facilitado ou dificultado à educação, à formação profissional ou habitação. A exclusão social pode refletir-se assim nos vários

contextos sociais que estão presentes no quotidiano do indivíduo, e pode ser um preditor na formação da sua personalidade (Sousa, 2005).

As investigações que incidem sobre esta temática revelaram também que existem outras dimensões subjacentes a estas famílias e que dizem respeito à sua estrutura e dinâmica relacional e verificou-se também um défice familiar que aponta as suas fragilidades e disfuncionalidades (Sousa, 2005; Abreu, 2011).

Nas décadas 60/70 surge uma das definições mais propagada na literatura sobre FM relativamente à sua organização estrutural e forma de se relacionarem (Cancrini, et al. 1997): 1) “Famílias isoladas” caracterizadas pelo seu isolamento emocional e físico em relação à família e ao contexto social, o que conduz estas famílias a não serem apoiadas em situações de crise; 2) “Famílias excluídas” salientando a separação do núcleo familiar com o contexto parental, social e institucional; 3) “Famílias suborganizadas” que apresentam uma forte carência do desempenho dos papéis; 4) “Famílias associas” que apresentam comportamentos antissociais; 5); “Famílias desorganizadas” que apresentam fortes perturbações ao nível da comunicação.

Linares (1997) caracteriza a estrutura familiar destas famílias com constantes ruturas e reorganizações, dando o exemplo de relações conjugais que começam e recomeçam num período de tempo muito curto. Também o sistema hierárquico é confuso, o que provém da fraca delimitação de papéis e falta de regras no seio familiar (Weizman, 1985; Alarcão, 2006).

Cancrini et al. (1997) evidenciam 4 configurações estruturais comuns a estas famílias: 1) “Pai periférico” caraterizado por ter uma baixa qualificação escolar e profissional, com historial ligado à justiça e uma forte ausência de casa o que conduz a uma escassa presença na vida familiar, nomeadamente com os filhos, este pai detém um papel secundário a nível afetivo e financeiro; 2) “Casal instável” que diz respeito na sua maioria a casais muitos jovens com relações pouco duradouras, instáveis e conflituosas, o que impossibilita a constituição de famílias autónomas. Isto conduz a uma rutura do casal, sendo que um dos cônjuges acaba por sair de casa e poderá surgir uma luta pela custódia dos filhos; 3) “Mulher sozinha” representa as famílias monoparentais, em que a mulher, proveniente de classe média-baixa e com um historial ligado a instituições, assume a responsabilidade de criar sozinha os filhos que provêm de inúmeras relações fracassadas. Estas mães têm um fraco vínculo materno e pouca motivação para estabilizarem a sua vida familiar, sendo por vezes necessária a intervenção do tribunal para garantir os direitos das crianças; 4) “Família petrificada” carateriza uma família que passou por um evento traumático

inesperado (e.g. morte de um filho) e conduz a uma alteração forçada no funcionamento familiar, nomeadamente nos papéis de cada elemento.

Os limites estabelecidos entre os subsistemas familiares e no seu contacto com o exterior por estas famílias definem-se pelo seu desmembramento (Minuchin, 1974). Devido ao distanciamento entre os seus elementos surgem conflitos inerentes à delimitação dos subsistemas da família, e denota-se que as fronteiras são pouco claras ou excessivamente permeáveis, tornando os seus elementos distantes e com uma hierarquia dominada pelo caos (Cancrini et al. 1997; Sousa, 2005).

Alarcão (2006) refere que os comportamentos sintomáticos tendem a emergir no início das primeiras etapas familiares, nomeadamente a formação do casal e com o surgimento dos filhos, deixando aqui transparecer a dificuldade destas famílias em fazer das crises, oportunidades de crescimento e/ou transformação. Deste modo, elas irão ter como consequência: a realização de tarefas familiares insuficientes, tais como suporte económico, educação, casa, saúde, educação dos filhos, ausência de afetos e má gestão em períodos de tensão, e que conduzirá à necessidade de procurar pessoas externas que possam colmatar estas necessidades, gerando assim uma diminuição das competências dos membros do sistema familiar (Cancrini, et al. 1997).

As funções familiares (suporte económico, educacional, relacional ou afetivo) são concretizadas de forma insatisfatória, pois não existem objetivos familiares claros e definidos. Na maioria, estas famílias gastam as suas energias em conflitos diários, em situações de sobrevivência e de emergência (Weizman, 1985; Reis, 2012).

Relativamente à economia familiar, nota-se uma dificuldade na gestão e nas prioridades com os gastos (Alarcão, 2004) o que leva à aquisição de bens financeiros de difícil acesso, com prejuízo direto nos bens de primeira necessidade (Linares, 1997).

Estas famílias caracterizam-se também por desequilíbrios emocionais, pois as emoções são muitas vezes vividas de forma intensa e sem capacidade de as controlar, sabendo-se igualmente que a partilha emocional é escassa entre o núcleo familiar (Sousa, 2005).

Também a comunicação é qualificada como sendo caótica, notando-se uma pobreza emocional na troca de informação, uma vez que o estilo comunicacional surge de forma vaga e não dirigida de forma assertiva ao elemento em questão e a comunicação afetiva é dominada pela pobreza de afetos, pela negatividade, inexistência de empatia (Reis, 2012).

Uma outra especificidade destas famílias, de acordo com Fulmer (1989) é que são na sua maioria lideradas por mulheres e tornam-se a figura central da gestão desorganizada do seio familiar, assumindo quase sempre uma estrutura monoparental.

1.2. Conjugalidade

Weizman (1985) refere que nas FM, a conjugalidade é pautada por uma grande inconstância afetiva que provoca a desarmonia entre o casal, o que por sua vez impossibilita o amadurecimento das relações conjugais, criando uma crise emocional oscilando em momentos de paixão que precedem períodos de agressividade.

Sousa (2005) salienta as constantes oscilações emocionais, caracterizando estas famílias com momentos extremos de amor e ódio, ou alegria e tristeza, e sem capacidade de refletir posteriormente nos seus atos, o que pode determinar momentos de agressões físicas e/ ou verbais. Esta instabilidade conjugal reflete-se no subsistema parental, provocando uma deterioração nas funções parentais e consequente falha na segurança dos filhos que poderão interiorizar um modelo de vinculação insegura (Sousa, 2005; Alarcão, 2004).

A desarmonia conjugal é uma constante no seio familiar e é o resultado das dificuldades em estabelecer relações equilibradas e igualitárias ou de desenvolver relações complementares que permitem obter o necessário um do outro para que ambos se completem (Alarcão, 2004).

1.2.1. Violência Conjugal ou doméstica

A violência conjugal, ou doméstica é um tema que tem assumido elevadas proporções ao longo dos tempos o que leva a que a sociedade se debruce cada vez mais para este estigma social. Mas em oposição, sabe-se que na primeira metade do século XIX, a lei portuguesa permitia que o marido batesse na mulher, assim como o Código Penal considerava o adultério praticado apenas pela mulher, servia como atenuante quando ocorria o homicídio conjugal executado pelo homem (Silva, 1995).

Segundo Maturana (1995) a violência doméstica engloba um conjunto de fatores relacionais, individuais, sociais e valores culturais. A violência doméstica é pautada pelo uso da força física, psicológica, política ou económica, sob forma de uso de poder sobre outrem (Alarcão, 2004; Redondo, Pimentel & Correia, 2012)

Para alguns autores, a violência é descrita pelo uso da força física ou poder contra o próprio ou outras pessoas, e que resulte em danos físicos ou psicológicos, sofrimento ou morte (Hoff, 1994; Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi & Lozano 2002).

Redondo, Pimentel e Correia (2012) referem que a violência doméstica abarca todo o tipo de atos violentos, praticados em âmbito público ou em privado, sejam eles em resposta a uma provocação ou com o objetivo concreto. Para estes autores existem cinco dimensões subjacentes à violência: Intencionalidade, alvos, poder, impacto e natureza.

Para Pina (2013), a violência compreende tanto agressões físicas como psicológicas, que ocorrem no seio familiar.

Gonçalves (2004) considera que a violência conjugal e a violência doméstica diferem, no sentido em que a primeira consiste em atos agressivos, físicos psicológicos, económicos ou sociais, com elevado grau de gravidade, infligidos de forma consciente por um elemento do casal ao outro, podendo resultar em homicídio; e no que respeita à segunda, esta é decorrente das dinâmicas familiares, atingindo outros elementos familiares. Para Martins (2009), a violência conjugal pode consistir em empurrões, bofetadas, e como consequência pode provocar um aborto, lesões internas e externa e homicídio. Esta diferença entre estes dois tipos de violência é igualmente discutida por Barcelos (2003, citado por Oliveira & Souza, 2006) e como sendo um tipo de violência quase sempre cometido contra a mulher.

Maturana e Varela (1980) consideram que as famílias não têm que ser submissas a estes fatores, apesar de estarem condicionadas à imposição de fatores de risco internos e externos, pois elas são detentoras de potencialidades que lhes permitam autorregular-se e auto organizar-se.

Na perspetiva de Alarcão (2004), o casal é composto por três elementos: eu, tu e nós e cada elemento, o eu e tu, têm sentimentos, valores, desejos, e comportamentos individuais. O nós refere-se ao casal em si e aos seus projetos, cabendo-lhe assim procurar a sua identidade, sendo muitas vezes aqui que são definidas as posições de dominador e dominado.

Sabemos que a violência contra as mulheres ocorre no seio da relação familiar e regra geral é cometida pelo companheiro, o que acarreta repercussões negativas no estado físico e emocional da mulher, condicionando o seu desempenho profissional, social e familiar (Alhabib, Nur & Jones, 2010). Também aqui pode surgir a violência sexual, que reflete uma intenção de obrigar alguém a manter este contacto sexual contra a sua vontade,

recorrendo das ameaças, agressão física ou qualquer outra espécie de intimidação. (Gil, et al, 2014)

Geralmente, as mulheres que são protagonistas neste quadro de violência, assumindo o papel de vítimas, tendem a apresentar baixa autoestima e uma postura enfraquecida, o que condiciona a sua capacidade de proteção para elas mesma ou para os filhos (Zotiis, Algeri & Portella, 2006). Também consideram que estas mulheres são por norma submissas e com características de passividade, que se isolam socialmente de amigos e familiares e da comunidade, o que causa uma grande dependência do companheiro/marido.

Para Krug, et al. (2002) os diversos fatores de risco são, a distribuição desigual de autoridade e poder entre os elementos da família; as relações centradas em papéis e funções rigidamente definidos ou sem definição de papéis; a presença de conflitos e tensão constantes que promovem dificuldades na interação e na comunicação; uma estrutura familiar de funcionamento fechado, sem abertura a contactos externos; existência de situações de crise ou perdas (desemprego, separação do casal, morte,); pouca autonomia dos membros da família; histórico familiar violento das pessoas envolvidas (maus-tratos, abuso na infância e abandono); existência de abuso de drogas ou alcoolismo; histórico de antecedentes criminais; dependência económica/emocional e baixa auto estima de alguns dos seus membros e gravidez precoce.

Para Machado e Gonçalves (2003), o isolamento físico, afetivo ou social; o poder e o domínio ou a influência moral, são fatores que colaboram para este tipo de violência.

A violência não escolhe estratos sociais, idades ou género, o que significa que pode em qualquer meio familiar existir um ou mais elementos vítimas de abuso físico e/ou psicológico (Marques, 2009), mas importa também referir que existe um padrão transgeracional deste tipo de comportamentos, que promovem a sua continuidade ao longo do tempo (Matos, 2002).

Para Walker (1979), a violência doméstica é cíclica e mantém um padrão repetitivo, caracterizado por três fases: 1) *Fase do Aumento da Tensão* – Fase em que o agressor acumula grande tensão, pois não sabe resolver os problemas sem recorrer à violência, culpabilizando a mulher pelo seu estado, e gerando assim um ambiente hostil para a mulher/vítima. Aqui o agressor pode agir sob o efeito de drogas ou álcool o que aumenta a violência; 2) *Fase do Ataque Violento*: caracterizada pelo ataque físico e/ou verbal, onde a vítima tenta defender-se, necessitando em muitos casos de acompanhamento médico, o que nem sempre é facilitado pelo agressor; 3) *Fase do Apaziguamento ou da Lua-de-mel*:

nesta fase o agressor faz promessas à vítima, em como não mais será violento e mostra-se muito arrependido. Pede desculpa, torna-se atencioso, chegando a oferecer prendas à mulher, ou tentando apenas seduzi-la.

Perante este ciclo de violência, torna-se difícil para a mulher uma tomada de decisão, pois vê-se por um lado, numa fase mais dramática, e ao mesmo tempo, também de gratificação, quando acredita que as coisas vão melhorar e que ela poderá ser feliz. Este ciclo pode ter fases de tensão e de apaziguamento mais curtas, propaga-se no tempo e pode aumentar o nível de violência, podendo assim chegar ao homicídio conjugal (Walker, 1979).

Fonseca, Sousa e Vaz (2003) consideram que este ciclo de violência resulta do facto de estes padrões de violência familiar se autossustentarem, ou seja, apos uma fase de tensão, segue-se a fase de “lua-de-mel” que se mantém até uma nova fase de violência.

A literatura refere também que, uma infância marcada pelo bom ambiente pode ser indicador de proteção para as mulheres, ou seja, se na família não haviam maus tratos, será pouco provável que tolerem este tipo de comportamentos (Conger, Cui, Bryant & Eder, 2000, citado por Pereira, 2016).

1.3. Parentalidade

Marcadas pela imaturidade e com consequências negativas nas práticas parentais, os pais estabelecem com os filhos relações de grande instabilidade. No entanto, há que reconhecer que os filhos são alvo de sentimentos positivos por parte dos pais, apesar de estes não serem capazes de desempenhar as tarefas e prestar os cuidados necessários, alegando que não conseguem fazer melhor, também por culpa de não terem bons modelos de referência (Sousa & Ribeiro, 2005).

O abandono das funções parentais resulta em alguns casos, de um elevado grau de incompetência e negligência parental, que pode originar a retirada dos filhos pelas entidades competentes (Gómez, et al. 2007).

É visível nestas famílias que a responsabilidade parental não se rege por nenhuma hierarquia, nem a sistemas ou regras claras, nem é muitas vezes assumido pelo subsistema parental, o que espelha a desorganização, a falta de normas e de responsabilidades dos elementos (Alarcão, 2004; Sousa, 2005).

Sousa (2005) aponta que em consequência destas limitações no subsistema parental, a fratria vê os seus papéis e funções limitadas, e são os filhos mais velhos que assumem

as funções parentais, havendo troca destas mesmas funções entre irmãos, criando assim um ambiente frágil.

Estas famílias são tipificadas como apresentando um conjunto de cinco características: múltiplos desafios com duração prolongada, um sentimento de crise enraizado, alienação, baixa autoestima e desamparo (Fuger, McMann & Summers, 1997, citado por Gomes, 2014).

Estas famílias detêm um fator comum que se reflete nas poucas competências parentais, originado pelo abandono das suas funções (Gómez, et al. 2007). Desta forma, é frequente observar-se a presença de diversas figuras (Fulmer, 1989), podendo contribuir para sentimentos de abandono, comportamentos defensivos e uma capacidade de autossuficiência emocional precoce, por parte da criança (Sousa, 2005)

Estas famílias embrenhadas em diversos problemas (desemprego, pobreza, isolamento social, stress) poderão contribuir para a exposição das crianças em situações de agressões físicas e/ou verbais, abuso sexual e negligência (Gómez, et al. 2007).

Pais com um nível socioeconómico baixo possuem também um fraco suporte emocional, recorrendo assim a comportamentos mais punitivos, ou seja, a práticas parentais abusivas (Almeida, André & Almeida, 1999).

É fundamental que estas famílias, tenham capacidade e competências para resolver problemas, utilizem estratégias para fortalecer os laços afetivos e manter a estabilidade emocional e bem-estar dos seus elementos (Figueiredo, 2010, citado por Reis, 2012).

Nas FM, a pobreza pode constituir um fator de risco para o desenvolvimento humano, pois pode conduzir os pais a dispensarem menos tempo com os filhos, originando falhas no cumprimento das suas funções parentais (Zappe, Yunes & Dell'Aglio, 2016).

Assim, torna-se pertinente descortinar o que é a parentalidade aos olhos de vários autores, o que faz parte das funções e competências parentais, em famílias com outros padrões diferentes das famílias multiproblemáticas.

Podemos entender a parentalidade como fazendo parte de um processo de socialização que abarca um conjunto de atividades, onde os indivíduos tentam responder às necessidades dos filhos de forma a promover o seu desenvolvimento, sendo para isso necessário assumir determinadas funções parentais (Simões, 2011) fazendo uso de recursos internos na família e fora dela (Cruz, 2005).

Houzel e colaboradores (1999, citado por Pereira & Alarcão, 2014) referem 3 eixos que concebem a parentalidade: o primeiro diz respeito aos deveres jurídicos referentes às obrigações de proteção e vigilância da criança quanto à saúde e educação; o segundo

refere-se à experiência da parentalidade; e o terceiro refere-se à prática da parentalidade, que engloba as tarefas domésticas, educação, cuidados, socialização e interações fantasmáticas entre o progenitor e a criança.

A parentalidade também é vista como um subsistema que engloba processos relacionais entre pais e filhos em que se estabelecem alicerces ainda antes do nascimento do bebê, se tivermos em conta as brincadeiras de infância e nas suas representações maternas (Zorning, 2010; Stern, 1997).

O conceito de parentalidade reparte-se em duas extensões: o envolvimento parental e a relação coparental. O envolvimento parental refere-se à dedicação que os pais demonstram no desempenho das suas funções e papéis, e a forma ativa de como participam na vida dos seus filhos (Mesquita, 2013). Este conceito é composto por três características, nomeadamente o compromisso (*engagement*) que se refere ao tempo dedicado aos filhos em tarefas apropriadas como o brincar; a disponibilidade (*accessibility*) que diz respeito à disponibilidade dos pais para o filho; e responsabilidade (*responsibility*) que se reporta à necessidade sentida pelos pais em relação ao cuidar dos filhos, garantindo todos os elementos necessários para promover o seu crescimento e desenvolvimento (Andrews, Luckey, Bolden, Whiting-Flickling & Lind, 2004, citado por Paz, 2014).

A coparentalidade ou relação parental nem sempre surge como dimensão da parentalidade uma vez que existem casos onde a relação entre pai e mãe não existe, criando assim a necessidade de agilizar o desempenho de papéis com o objetivo de exercer as funções parentais de forma colaborativa (Mesquita, 2013).

Antunes (2008) caracteriza a transição para a parentalidade como uma fase de crise que conduz a importantes mudanças para o casal e Zigler (1995, citado por Cruz, 2005) descreve a parentalidade como uma tarefa desafiante e complicada, pois com o nascimento de um filho, tenha ele sido desejado ou não, assinala-se uma nova etapa do ciclo vital familiar, e a passagem do subsistema conjugal para o parental traz consigo novas funções parentais que incluem novos papeis, rotinas e responsabilidades (Relvas, 2004).

Cruz (2005) afirma que as funções parentais devem primar inicialmente pela satisfação das necessidades básicas de saúde e de sobrevivência do bebê, podendo, na ausência destes cuidados, comprometer o desenvolvimento saudável do bebê; seguidamente refere a necessidade de apresentar a criança com um mundo físico estruturado que promova a existência de condições que potenciem as rotinas adequadas à

criança; em terceiro lugar, surge a capacidade de resposta às necessidades cognitivas, sociais e emocionais, em que a figura parental serve de mediador entre a criança e o mundo exterior que a envolve; a quarta função refere-se à satisfação das necessidades de segurança, afeto e confiança da criança, que se estabelecem através das relações vinculativas, sendo a vinculação segura um preditor de melhor desenvolvimento da criança face às situações decorrentes ao longo da vida; e a quinta função destaca as necessidades de interação social da criança perante a comunidade, tendo a família o papel de possibilitar a interação.

Segundo Pires (2010) a parentalidade consiste em aprender a fazer crescer, cuidar, estimular, desenvolver, protegendo e controlando. Assim, é importante a capacidade de desenvolver a sua sensibilidade para as necessidades da criança, a preocupação com o seu bem-estar e transmitir valores, a estimulação motora e cognitiva e o saber lidar como temperamento próprio da criança (Alarcão & Pereira, 2010).

Para Relvas (2004), os pais são os responsáveis pelo sucesso e igualmente pelo fracasso dos filhos perante a sociedade. A parentalidade consiste assim num desafio contínuo de inúmeras mudanças que permitem experienciar sentimentos de satisfação, contentamento, culpa e ansiedade.

1.3.1. Estilos de autoridade Parental

A interação entre pais e filhos e o clima emocional podem definir o estilo parental adotado, de acordo com as práticas parentais implementadas (Darling & Steinberg, 1993) e por isso, desde há várias décadas que a influência que o contexto familiar exerce na vida dos filhos tem sido amplamente estudada, sabendo-se que os estilos de autoridade parental exercidos pelos pais têm impacto no desenvolvimento e comportamento dos filhos (Soares, 2012).

Para Baumrind (1991) a família confere ao indivíduo, o seu primeiro contexto de socialização, contribuindo ativamente no comportamento e desenvolvimento da criança, onde, de acordo com Sroufe, (2002) os cuidados parentais constituem a variável mais importante no processo de desenvolvimento infantil.

Darling e Steinberg (1993) definem os estilos parentais através da persistência de determinados padrões de atuação sendo que, apesar de poderem variar de acordo com o contexto social, cabe aos pais avaliar se os comportamentos estão ou não adequados segundo as normas sociais.

Baumrind (1967) contribuiu para o debate envolto na influência parental e na sua relação para o desenvolvimento das crianças, propondo a existência de três estilos parentais: autoritário, autoritativo e permissivo. Cada EP resulta da condição entre o controlo e a responsividade/afeto face às necessidades e comportamentos dos filhos.

Um estilo autoritário revela pouca responsividade e elevados níveis de controlo e restritividade. É também caracterizado por um controlo psicológico rígido, não permitindo que a criança se torne independente não promovendo a sua individualidade. Este estilo revela uma conduta absoluta e sem espaço a diálogos. Os pais autoritários consideram a criança como subordinada e com autonomia limitada. Estes pais detêm o controlo em relação ao comportamento dos filhos, procurando que estes sigam um padrão tradicional de respeito pela autoridade e preservação da ordem (Baumrind, 1978).

O estilo autoritativo é caracterizado pela delimitação de regras e limites, de forma clara, mas não absoluta. São pais afetuosos e responsivos às necessidades da criança, dando-lhes espaço para assumirem responsabilidade e agirem com liberdade. Primam pela comunicação aberta, promovendo desta forma um ambiente caloroso, baseado numa comunicação eficaz, fomentam a autonomia e individualidade da criança, sabem reconhecer os direitos de cada elemento, têm uma atitude de confronto face às divergências, mas não exageram nas restrições, e nestas ocasiões permitem que a criança possa argumentar a sua contestação (Baumrind, 1967). Este estilo possibilita uma maior eficácia parental, fazendo com que as características da criança ao serem alteradas, fortaleçam as capacidades dos pais como promotores de socialização (Darling & Steinberg, 1993).

O estilo permissivo é adotado por pais que são pouco exigentes com os filhos, não há lugar a punições, nem controlo no comportamento da criança, os pais aceitam todo e qualquer comportamento adotado pelos filhos, sem que haja espaço para punições ou chamadas de atenção. A criança pode definir o que quer da forma que quer, e têm espaço para que esta possa regular o seu próprio comportamento, bem como as tomadas de decisão são maioritariamente da sua responsabilidade (Baumrind, 1966; 1971). Não existem regras ou limites definidos, poderá haver espaço a manipulação e a explicações face a alguma situação, mas o poder nunca se sobrepõe.

Maccoby e Martin (1983, citado por Fidalgo, 2009) vêm mais tarde reformular o modelo proposto por Baumrind (1966) onde apresentam duas dimensões: exigência e responsividade - que juntas resultam em quatro estilos parentais. A responsividade refere-se aos comportamentos de apoio e aceitação e promovem desta forma a autoafirmação e

a individualidade dos filhos. A exigência indica que comportamentos parentais que primam pela supervisão e disciplina. Emergem assim quatro estilos parentais: o autoritativo, autoritário, negligente e indulgente. A diferença que retiramos da tipologia apresentada por Baumrind (1966) e Maccoby e Martin (1983) consiste na divisão do estilo permissivo em dois: o negligente e o indulgente.

O estilo autoritativo é o resultado da combinação entre exigência e responsividade com altos níveis destas duas dimensões. Estes pais tendem a monitorizar a conduta comportamental dos filhos punindo atitudes incorretas, e recompensando atitudes corretas. A comunicação é aberta e clara, e sustentada pelo respeito mútuo entre pais e filhos. Estes pais interagem de forma afetuosa, são responsivos no que toca às necessidades e permitem a participação dos filhos quando necessário, incutindo assim o sentido de responsabilidade na tomada de decisões (Baumrind, 1966; Glasgow, Dornbusch, Troyer & Steinberg, 1997).

O estilo autoritário surge da combinação entre o nível de controlo muito elevado e um nível de responsividade baixo. Estes pais regem-se pela rigidez e autocracia, onde elevam níveis de exigência, com regras muito rigorosas. Exigem obediência dos filhos através da autoridade e do respeito e a punição é usada com frequência como forma de controlar comportamentos. Não primam o diálogo nem a autonomia (Baumrind, 1966).

O estilo negligente é consequência de níveis baixos de controlo e responsividade. Estes pais não são afetivos nem exigentes, têm pouco envolvimento no que concerne à socialização com a criança, não havendo monitorização no seu comportamento. Estes pais estão muito centrados em si mesmos e nos seus próprios interesses, costumam manter os filhos à distância atendendo apenas às suas necessidades básicas (Glasgow et al., 1997).

No que respeita ao estilo parental indulgente, estes apresentam baixos níveis de controlo, mas níveis altos de responsividade. Eles não incutem regras nem limites aos filhos, condicionando assim o sentido de responsabilidade nos mesmos. A tolerância é excessiva o que faz com que seja a criança a monitorizar o seu próprio comportamento, no entanto, ao contrário do estilo negligente, estes pais são comunicativos, afetivos e recetivos com os filhos, tentando sempre satisfazer pedidos requeridos pela criança (Baumrind, 1966; Glasgow et al. 1997).

1.3.2. O Investimento Parental

O investimento parental está relacionado com a forma como os pais investem nos seus filhos, de forma a garantir o seu sucesso reprodutivo e a sua sobrevivência, estando

dependentes da dimensão qualidade/quantidade de investimento, sendo que as suas estratégias sofrem influências de acordo com as suas condições ecológicas (Trivers, 1972 citado por Dinis, 2016; Lordelo et al. 2006). Estas condições podem originar dois padrões distintos, em que numa situação o indivíduo cresce num ambiente familiar insatisfatório com poucos recursos e com um investimento parental baixo; por outro lado temos o indivíduo que vive num ambiente familiar positivo, com um alto investimento parental e abundância de recursos (Lordelo, et al., 2006).

Numa perspetiva sociobiológica, o investimento parental está relacionado com o nível de empenho do adulto no seu papel de mãe/pai, caracteriza-se pela forma como os pais canalizam os seus recursos aos filhos, garantindo o seu sucesso reprodutivo, bem como o acesso a recursos que lhes permitam exercer as suas responsabilidades parentais, contribuindo para um saudável e normal desenvolvimento da criança (Greenberger & Goldberg, 1989).

Na perspetiva psicológica do desenvolvimento, o investimento parental refere-se com o grau de empenho por parte do adulto, nas suas tarefas parentais, com o objetivo de proporcionar um bom desenvolvimento à criança (Freitas, 2011; Dinis, 2016).

Culturalmente, os cuidados das crianças ainda são atribuídos maioritariamente à mãe, uma vez que o pai é a figura que busca obter recursos para sustentar a família (Brasileiro, Féres-Carneiro & Jablonski, 2002, citado por Lordelo et al., 2011), temos assistido a uma mudança de papéis e funções parentais, em que o pai está mais envolvido e participativo nos cuidados dos filhos (Lordelo et al., 2011).

Uma das primeiras fases de desenvolvimento da criança consiste em estabelecer laços afetivos com a sua figura cuidadora. As contribuições da criança tornam-se ativas neste processo de construção relacional com o adulto, contudo as qualidades de trocas comportamentais dependem da sensibilidade e responsividade dos pais nas respostas às necessidades da criança (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978, citado por Keller, 2000). Assim esta troca simétrica complementa-se, uma vez que temos o adulto que presta cuidados e a criança que irá recebê-los (Gameiro, Martinho, Canavarro & Moura-Ramos, 2008).

Seguindo esta perspetiva, os autores Bradley, Whiteside-Mansell, Brisby e Caldwell (1997) afirmam que o investimento parental e a vinculação estão ambos relacionados e referem que os pais que mais investem e cuidam, são mais sensíveis e prestam mais cuidados elevam em muito o desenvolvimento de uma vinculação mais segura, quer com os pais, quer com as relações futuras.

Há um conjunto de pressupostos que diferenciam a qualidade do investimento parental, nomeadamente a alegria e o prazer percebida e sentida pelos pais na interação com os filhos, o desejo manifesto de estarem com eles, os afetos demonstrados à criança, o grau de preocupação com o seu bem-estar e nas escolhas firmes dos pais para gerirem os interesses da criança e noção de sensibilidade e responsividade às necessidades da criança (Bradley, et al. 1997).

Esta é a noção ideal do que é a parentalidade, em que os filhos têm o apoio e acompanhamento dos pais no que se refere ao seu desenvolvimento (Dinis, 2016). Por vezes o pai vê-se impedido ou condicionado nas suas funções parentais, no que respeita às necessidades dos filhos, resultado das crenças, percepções e atitudes das mães acerca dessas funções paternas e alguns estudos vieram sustentar que o homem tem um papel mais ativo na vida dos filhos se mantiver uma relação satisfatória e harmoniosa com a mãe (Turcotte & Gaudet, 2009; Monteiról, et.al, 2010).

Silva e Piccini (2007) afirmam existir uma relação entre o relacionamento conjugal e os fatores que caracterizam o investimento nos filhos e, segundo Carter e McGoldrick (1995) referem, as principais causas de conflito conjugal dizem respeito à divisão de tarefas domésticas, bem como os cuidados prestados aos filhos.

Österberg (2000) vem referir que também a escassez de recursos económicos e a falta de um trabalho regular comprometem as respostas necessárias aos cuidados da criança. Assim, o nível socioeconómico interfere diretamente no investimento parental, nomeadamente com estas mães, uma vez que tendem a desenvolver uma atitude psicopatogénicas como a intromissão ou irritabilidade (Oliveira, Frizzo & Marin, 2000, citado por Dinis, 2016). A juntar a isto, também o stress se apresenta como uma condicionante ao bom desempenho do investimento parental, e neste aglomerado se problemas e escassez de recursos, a criança irá crescer num ambiente de privação emocional (Belsky, 1997, 2016; Brofenbrenner, 1979).

1.3.3. A interação mãe-criança

O processo transitório para a parentalidade assume a sua primeira transformação no início da gravidez, o que remete o casal para uma reorganização familiar de forma a integrar um novo elemento (Kruel, 2008).

Pires (2008) refere que o processo de mudança para as funções parentais significa um período de grandes mudanças e de adaptações nomeadamente para a mulher, pois ao

tornar-se mãe, irá sofrer alterações físicas e psicológicas, enfrentando perante a sociedade a responsabilidade materna.

O desenvolvimento de uma criança, e, por conseguinte, o desenvolvimento cognitivo infantil, pode ser considerado resultado das interações dinâmicas e contínuas da criança com os seus familiares e com o seu meio social (Fonseca & Cunha, 2003). A interação entre a criança e o seu meio ambiente não são independentes, pois a criança interpreta o meio à sua maneira, assim como o meio se adapta e responde às diferentes crianças (Fonseca & Cunha, 2003).

Koschansk e Murray (2000) referem que a interação precoce entre mãe e criança, representada de forma responsiva, pode conduzir a resultados positivos ao nível da socialização da criança, pois esta depende da socialização do adulto, assim como o tipo de interação mútua entre adulto e criança vai condicionar as competências da criança. O sistema familiar pode facilitar ou dificultar o desenvolvimento global da criança, e de acordo com as suas características podem surgir crianças competentes, tímidas ou imaturas (Brofenbrenner, 1979; Brazelton, 1988).

Assim, a interação mãe-criança estabelecida desde o início da vida vai ter um impacto no desenvolvimento global da criança. Esta relação é estabelecida através de vínculos afetivos que podem variar entre uma ligação segura e firme ou de uma relação insegura, de acordo com o modelo proposto por Ainsworth (1977, citado por Fonseca & Cunha, 2003). O vínculo seguro garante uma interação da criança com o adulto baseada em suporte e segurança; e a vinculação insegura será caracterizada por uma interação de raiva e/ou irritação e recusa no contacto da criança com o adulto.

A Teoria da Vinculação, originalmente desenvolvida por Bowlby (1981), reforça também o quão importantes são as relações humanas e os seus contributos para o desenvolvimento individual e a qualidade destas relações dependem da qualidade da vinculação da criança com os pais (Torres, Santos & Santos, 2008), contudo apesar do vínculo ser um elo de ligação que fortalece os laços, podem também ocorrer falhas na vinculação, que decorrem de uma ausência de afeto ou pelo contrário, de extremo afeto na relação. Uma mãe poderá proporcionar cuidados extremos ao bebé de forma inconsciente e uma mãe que não é capaz de prestar os cuidados suficientes, não irá conseguir introduzir nele o sentido de afeto, segurança e amor. É através do toque, do olhar da sua mãe, que o bebé vai formando conceitos, pois os sentidos são vivenciados de forma afetiva (Winicott, 1975, citado por Mendes, Fritsch, Pirocca & Sartor, 2013).

1.3.4. A importância do brincar na interação mãe-criança

O ato de brincar é uma ação do *homo ludens* e que promove o desenvolvimento intelectual, físico, afetivo e social, teremos a certeza que o brincar é a ferramenta mais importante na educação de uma pessoa para a sua vida (Brasil & Schwartz, 2005).

O brincar constitui uma atividade primária que fornece inúmeros benefícios ao nível do desenvolvimento e a criança tem a possibilidade de explorar o mundo, ser criativo e construir a partir daqui novos saberes, permitindo-lhe adquirir novas habilidades necessárias à sua faixa etária e que terão um impacto positivo no futuro. Para Cole e Cole (2004), o brincar ou o jogo lúdico não são apenas indicadores para o desenvolvimento infantil, mas também têm um enorme contributo para o amadurecimento cognitivo, afetivo e social, que são preditores de uma saudável estrutura da personalidade.

O brincar não estruturado, ou seja, não dirigido pelos outros e sim pela própria criança, é fundamental promovendo o desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Estimula a criança a imaginar por si, a trazer ao “real” o que sente e pensa, proporcionando-se um tempo e espaço onde pode ser o que imagina sem restrições, de forma autónoma e essencial, concretizando por momentos personagens, no intuito de perceber quem é (Eickman, Emond & Lima, 2015).

No seio familiar, os momentos de lúdicos podem ser utilizados como uma forma de propiciar momentos de partilha, de afetos, de emoções. Para alguns pais, o brincar com as crianças pelo simples prazer que isso proporciona, pode parecer-lhe algo inútil e infantil, ao invés de brincarem e transformarem esses momentos em ações puramente educativas, e atualmente as famílias não atribuem um papel preponderante ao ato de brincar (Ferland, 2006).

Numa interação lúdica com a criança, o adulto assume o papel de mediador e deve estimular a procura de respostas, pois o papel da criança no brincar deve ser prazeroso e não focado no resultado (Yaegashi & França, 2002). Desta forma o adulto deverá propor ao invés de impor, não obrigar a criança, mas sim convidá-la, permitindo assim que a liberdade da atividade lúdica se mantenha (Ferreira, 2009).

Torna-se fundamental consciencializar os pais que ao brincarem com os filhos, estão a facilitar e promover o desenvolvimento da criança e que o seu papel no jogo lúdico tem por objetivo mediar e estimular na busca de respostas. Assim, o autor Dantas (1998) refere que o adulto deve deixar que a criança dirija o brincar, para esta não perder as suas características lúdicas, mas se necessário, deve o adulto dar continuidade à brincadeira, tomando o papel de facilitador da mesma. Tornar a participação dos pais mais ativa no

brincar, irá demonstrar que valorizam os seus interesses e estão conscientes das suas necessidades. Dantas (1998) afirma também que o brincar dirigido pelo adulto pode perder o seu carácter lúdico, contudo, Ferland (2006) considera que este deve estar disponível para ajudar a promover a brincadeira e compreender que o brincar consiste numa tarefa imprescindível para que o desenvolvimento global da criança seja saudável.

Hohmann e Weikart (2003) consideram que as crianças que permitem que outros façam parte das suas brincadeiras, permitem ao adulto que interaja através do contacto físico e que possa inclusive sugerir ideias lúdicas, e desta forma o adulto demonstra que valoriza e apoia os interesses e necessidades da criança.

Em suma, o papel do adulto, em particular da mãe, beneficia a aprendizagem de comportamentos sociais apropriados, especialmente nas atividades lúdicas, salientando que para que a relação mãe-criança seja conseguida, é fundamental que a mãe esteja positivamente envolvida (Carvalho & Santos, 2002).

Parte II - Metodologia

2. Problema e Perspetiva da investigação

Este estudo surge no âmbito de um projeto desenvolvido durante o estágio académico, a pedido da instituição onde o mesmo decorreu. Este projeto assenta essencialmente nas necessidades percecionadas pelos técnicos, que lidam e trabalham diariamente com estas famílias, e tentam desta forma trabalhar para uma parentalidade mais positiva, para a melhoria das relações entre mães e filhos. Apesar de termos diversos autores que se debruçam sobre a questão das famílias multiproblemáticas e da parentalidade, poucos estudos existem recorrendo a esta abordagem qualitativa, tornando-se por isto, uma investigação que visa aprofundar estas questões vivenciais e de que forma elas têm impacto direto nas funções parentais.

A fenomenologia foi um dos métodos escolhidos para a análise dos resultados, uma vez que é coerente com a minha postura teórica e é a que me faz mais sentido a nível pessoal.

Como objetivo principal, pretendemos conhecer de forma aprofundada as características comuns, e o percurso de vida das famílias vulneráveis multiproblemáticas.

2.1. Delineamento do estudo

Para a presente investigação propusemos as seguintes questões de investigação

1. Conhecer as características sociodemográficas e clínicas comuns de um grupo de famílias multiproblemáticas;
2. Conhecer as necessidades das famílias multiproblemáticas;
3. Conhecer a história da família, bem como o seu funcionamento e a dinâmica familiar;
4. Perceber qual o Estilo Parental predominante nestas famílias, bem como o nível de Investimento Parental;
5. Quais as características da interação mãe-criança predominantes em famílias multiproblemáticas;
6. Conhecer as interações mãe-criança através do brincar livre/dirigido;

O presente trabalho de investigação é um estudo de carácter descritivo exploratório, que tem por objetivo investigar fenómenos pouco conhecidos e assenta num paradigma pós-positivista. O paradigma, ou esquema interpretativo é considerado por Guba (1990, p. 17, citado por, Aires, 2015) “um conjunto de crenças que orientam a acção”. Assim o

paradigma pós-positivista contempla que a realidade não pode ser captada pelo investigador tal como é, na sua totalidade (Guba, 1990, citado por Aires, 2015).

Tendo por objetivo a presente investigação, explorar as experiências dos participantes, através das suas histórias de vida e também da interação com os filhos através do brincar, achámos pertinente a escolha de um método qualitativo de natureza fenomenológica, pois será a mais indicada uma vez que se baseia na descrição de experiências pessoais de forma a alcançar o seu significado psicológico, descrito pelos participantes.

A investigação qualitativa consiste em estudar fenómenos que envolvam pessoas e as suas relações nos mais diversos contextos (Pereira, 2016). Ela não pretende enumerar ou medir os fenómenos, mas sim obter dados descritivos acerca das pessoas, em que o contacto direto do investigador vai permitir elaborar uma descrição naturalista dos fenómenos (Langdrige, 2007).

A investigação de índole qualitativa é fundamentada pelo método indutivo, pois cabe ao investigador destapar a intenção e o propósito da ação, e atribuir-lhe um significado que possui um determinado valor enquanto inserido num determinado contexto (Coutinho, 2014). A relação existente entre o investigador e realidade observada tem como objetivo construir uma teoria através do método indutivo e sistemático, consoante o surgimento dos dados empíricos (Coutinho, 2014), ou seja, a análise qualitativa pretende desvendar a complexidade do mundo aos olhos de quem o experiencia. Assim, cabe ao investigador, compreender, interpretar e encontrar significados partindo da visão dos sujeitos observados, para com isto ser possível descortinar os fenómenos na sua complexidade e individualidade.

Para Freser e Gondim (2004, citado por Pires, 2016) a investigação qualitativa permite obter uma compreensão da realidade humana atingível através do discurso, favorecendo assim o acesso direto ou indireto aos valores, às crenças e aos significados que são atribuídos pelos sujeitos a si mesmos, aos outros e ao contexto envolvente.

Assim, a presente investigação de carácter qualitativo, permite valorizar a construção do conhecimento através das experiências vividas pelos sujeitos que participaram nesta investigação, permitindo-nos aceder a uma compreensão da realidade no seu todo.

Para uma compreensão mais aprofundada dos casos recorreu-se à análise fenomenológica, pois esta não se centra apenas na quantificação dos resultados, mas sim numa alternativa qualitativa de investigação (Vilelas, 2009). Segundo o mesmo autor,

devemos recorrer ao método fenomenológico para estudar e compreender a experiência de vida e o seu significado partindo do ponto de vista daqueles que a vivem ou viveram.

2.1.1. Método fenomenológico

Numa conceção filosófica, a fenomenologia trata o estudo do fenómeno, ou seja, estuda a experiência subjetiva do sujeito tentando chegar ao conhecimento do modo como o mundo se lhe apresenta (Pachoud, 2005).

O método fenomenológico é caracterizado pela “experiência vivida” tal como ela é, e detém uma abordagem que procura compreender o significado dos factos observáveis, através da utilização de procedimentos que conduzem à compreensão do fenómeno através de relatos da vida (Lavarty, 2003). Para este autor, a fenomenologia será o método que melhor explica a experiência do ser humano, visto centrar-se nas suas vivências intencionais, de forma a perceber o mundo tal como é vivido pela pessoa, e não no mundo como se estivesse separado da pessoa.

Numa primeira instância, os aspetos basilares da abordagem fenomenológica permitem a compreensão do fenómeno da consciência e seguidamente na experiência do sujeito na sua totalidade (Giorgi & Sousa, 2010). Na perspetiva fenomenológica, segundo os mesmos autores, o fenómeno não é o objeto de uma experiência, mas sim o aparecer do objeto, a vivência intencional em que esta surge.

O método fenomenológico prevê uma descrição minuciosa do fenómeno da experiência, para assim chegar ao entendimento das estruturas essenciais, onde as ações são percebidas tal como vividas e experienciadas pelo sujeito. De acordo com Anthea (2015, citado por Siani, Correa & Las Casas, 2016) a fenomenologia permite-nos compreender a experiência vivida da pessoa de uma forma mais profunda que qualquer outra metodologia, pois ela considera o humor, as sensações e emoções, procurando assim compreender a experiência real e o que ela significa para a pessoa.

Husserl (1907), consolida a fenomenologia como a ciência dos fenómenos, pretendendo assim descrever de que forma os fenómenos se apresentam à consciência. Ele apresenta uma fenomenologia mais radical que lhe permite abrir caminhos para a realidade fundamental dos fenómenos humanos e focar-se na verdadeira essência das coisas, ou seja, conseguindo obter fidelidade absoluta e apoiar-se no modo de ser dos objetos, aquilo que é encontrado e que está originalmente presente (Husserl, 1970).

Para que uma análise fenomenológica contribua para uma melhor investigação, torna-se essencial seguir a teoria que Husserl denominou de *epóche* ou *redução fenomenológica*. A *epóche* consiste em rejeitar qualquer pré-conceito que possa surgir da parte do investigador, acerca do fenómeno investigado; e a redução fenomenológica inclui que os objetos sejam reduzidos, mas não os atos de consciência. Isto significa que os objetos são reconhecidos tal como se apresentam a si mesmos e são pensados como presenças e não como realidades (Giorgi & Sousa, 2010).

2.1.2. Análise de conteúdo

A análise de conteúdo consiste numa forma de recolha de informações suplementares de um texto, permitindo assim um maior conhecimento sobre o mesmo (Bardin, 2011). A sua conceitualização pode ser realizada de diferentes formas, de acordo com a vertente teórica e a intencionalidade do pesquisador que a elabora (Weber, 1985; Bardin, 2011).

Este método de análise tem por objetivo ultrapassar quaisquer dubiedades e contribuir de forma enriquecedora a leitura dos dados recolhidos. Como afirma o autor Chizzotti (2006, p.98) “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

Minayo (2001) compreende a análise de conteúdo como sendo um conjunto de técnicas, que permite obter informações sobre o comportamento humano, através de duas formas: a verificação de hipóteses e/ou questões e a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos.

Bardin (2011) salienta a importância do rigor na utilização da análise de conteúdo, ultrapassando incertezas e descobrindo o que foi questionado. Assim, a sua interpretação divide-se em dois polos: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade. Este método exige dedicação, paciência, tempo e disciplina por parte do investigador (Freitas, Cunha & Moscarola, 1997).

2.2. Participantes

O grupo clínico de participantes é constituído por 8 díades mães-filhos, referenciadas pela equipa técnica de uma instituição social de Lisboa, uma vez que são famílias que recebem apoio pela inclusão dos filhos em equipamentos da 1ª e 2ª infância.

Os dados sociodemográficos relevantes para este estudo foram facultados pelas mães aquando da realização das entrevistas individuais.

Tabela 1. Dados sociodemográficos das participantes

Sujeitos	Idade	Tipo de família	Habilitações Literárias	Situação Profissional	Idade dos filhos em (meses)	Nº de filhos
F1	27	Monoparental	Sem Informação	Desempregada	24	1
F2	34	Reconstituída	9º ano	Desempregada	24	3
F3	40	Reconstituída	Sem Informação	Desempregada	36	3
F4	23	Nuclear	9º ano	Ajudante de cozinha	24	1
F5	27	Alargada	9º ano	Desempregada	36	1
F6	38	Monoparental	Sem Informação	Empregada a tempo parcial	36	3
F7	32	Reconstituída	4º ano	Desempregada	18	4
F8	31	Alargada	Sem Informação	Desempregada	36	3

Nota: Cada participante (mãe) é designada de F, de acordo com o número da sua respetiva família (ex.: F1 – Família 1). A idade dos filhos descrita na Tabela 1 respeita aos filhos que participaram na presente investigação.

Como podemos observar através da tabela, o grupo clínico é composto por 8 mães e 8 crianças, com idades compreendidas entre os 23 e 40 anos e 18 meses e 3 anos, respetivamente. Destas famílias, duas são monoparentais, três reconstituídas, uma nuclear e duas alargadas. Relativamente às habilitações literárias, quatro não responderam, três possuem o 9º ano e apenas uma tem o 4º ano. No que respeita à situação profissional, seis encontram-se em situação de desemprego e apenas duas trabalham. O número de filhos varia entre um filho e quatro filhos, sendo que três mães têm 1 filho, quatro mães têm três filhos e apenas uma tem 4 filhos.

2.3. Instrumentos

Com base no grupo de intervenção foi elaborada uma entrevista semiestruturada para recolha da história familiar. Também foi aplicado o Questionário de Estilos Parentais para Pais (PAQ-P) de Pires (2011) e a Escala de Investimento Parental de Bradley, Whiteside-Mansell e Brisby (1997) adaptado para a população portuguesa por Gameiro, Martinho, Canavarro e Moura-Ramos (2008).

Para gravação das sessões diádicas foi utilizada uma câmara de filmar para posterior análise da interação durante o brincar livre e dirigido e o momento da arrumação.

2.3.1. Entrevista clínica semiestruturada

A entrevista semiestruturada foi a opção escolhida para recolha dos dados familiares, de forma a seguir um conjunto de questões definidas previamente ao mesmo tempo que se desenrola uma conversa mais informal, tendo o investigador de direccionar o seu foco para as temáticas subjacentes ao estudo pretendido. Esta entrevista tem por base a abordagem Centrada na Pessoa, para facilitar a compreensão acerca das vivências significativas e principais mudanças no ciclo de vida familiar.

Este instrumento é um dos mais utilizados para a recolha de dados em investigação social e segue algumas diretrizes, uma vez que não é totalmente aberta. Assim o investigador segue um número de perguntas de orientação, de acordo com a necessidade da informação necessária (Quivy & Campenhoudt, 1992).

Boni e Quaresma (2005) salientam a vantagem deste instrumento em relação à sua flexibilidade de tempo, permitindo assim uma abordagem mais aprofundada, e reforçam que a relação entre o entrevistador e o entrevistado, pode permitir uma maior abertura nas respostas dadas.

Através desta tipologia é possível abordar elementos fundamentais mais afetivos, conduzindo os entrevistados a expressar significados pessoais relativamente às suas atitudes e comportamentos (Boni & Quaresma, 2005).

Pretendemos com isto, que os participantes pudessem relatar as suas vivências e história familiar, bem como a história individual dos filhos que enquadraram o presente estudo.

2.3.2. Questionário de Estilos Parentais

Este questionário foi adaptado para a população portuguesa, do original *Parental Authority Questionnaire* –PAQ desenvolvido por Buri (1991). Através da observação da interação entre pais e filhos e posteriores entrevistas com os mesmos, chegou-se aos denominados estilos parentais (EP) (Buri, 1991, citado por Pires, Hipólito & Jesus, 2010).

Este instrumento avalia a tipologia dos estilos parentais, os padrões de socialização dos pais na relação com os filhos e o clima familiar no que toca aos aspetos afetivos e permite que os pais percecionem qual o seu estilo parental predominante (Pires, 2010).

Assim este questionário de autoridade parental respeita a um modelo multidimensional sugerido inicialmente por Baumrind (1971, citado por Pires et al. 2010/2011) e advém da relação entre duas dimensões, nomeadamente afeto/sensibilidade e exigência, que se traduz em três estilos parentais (EP): EP permissivo, caracterizado por pais que possuem elevada sensibilidade e não controlam em demasia no que concerne ao comportamento dos seus filhos; EP autoritativo (ou democrático) é descrito como um intermédio entre o EP permissivo e o EP autoritário, cujos pais tendem a definir as regras de forma clara, monitorizam o comportamento dos filhos e têm atenção às suas especificidades e necessidades quando exigem algo deles e são pais que promovem a comunicação e o diálogo; EP autoritário refere-se a pais diretivos e exigentes, que pouco se preocupam com as necessidades dos filhos, para impor a disciplina recorrem à punição como forma de corrigir comportamentos desadequados, são adeptos da obediência e desencorajam o diálogo.

Inicialmente era composto por 48 itens e posteriormente foi reduzido para 30 itens numa escala de *Likert* com 5 pontos: 1 = Discordo totalmente, 2 = Discordo, 3 = Não concordo nem discordo, 4 = Concordo e 5 = Concordo totalmente. Para a obter a pontuação de cada subescala (EP permissivo, EP autoritativo e EP autoritário, adicionam-se as pontuações dos itens que a constituem e que podem variar entre 10 pontos e 50 pontos (Pires et al. 2010/2011).

Este instrumento apresentou níveis satisfatórios de validade e fidelidade com os seguintes valores: consistência interna com valores do *Alpha de Cronbach* entre .74 e .78, e teste-reteste com valores de correlação entre .75 e .92. (Pires et al. 2010).

Na validação para a população portuguesa, as médias obtidas para cada estilo parental foram: EP Permissivo – $M = 2.18$, $DP = .52$; EP Autoritativo – $M = 4.3$, $DP = .2$; EP Autoritário – $M = 2.75$, $DP = .65$ (Pires et al. 2010).

2.3.3. Escala de Investimento Parental na Criança (EPIC)

Originalmente desenvolvida por Bradley, Whiteside-Mansell e Brisby & Caldwell 1997, *Parental Investment in Child* – PIC, esta escala não pretende avaliar as competências e os comportamentos parentais, mas sim a avaliar atitudes, disponibilidade (física e psicológica), responsividade e sensibilidade parental, assim como outros aspetos comportamentais (Bradley et al., 1997).

A EPIC foi posteriormente adaptada e validada para a população portuguesa por Gameiro, Martinho, Canavarro e Moura-Ramos (2008). Tem 24 itens na escala original,

cotados numa escala tipo *Likert* com 4 pontos: 1 = Concordo fortemente, 2 = Concordo, 3 = Discordo e 4 = Discordo fortemente, avaliando o investimento socioemocional dos pais para com os filhos. Assim esta escala apresenta quatro dimensões: 1) *Aceitação do papel parental*, que reflete as escolhas consistentes dos pais agindo de acordo com o interesse dos filhos; 2) *Prazer*, que se refere à alegria e ao prazer experienciado pelos pais e filhos, que inclui o afeto e desejo de passar tempo com a criança; 3) *Conhecimento/Sensibilidade*, perante as necessidades da criança; 4) *Ansiedade de separação*, que se refere às preocupações relacionadas com a separação do filho (Gameiro, et al., 2008).

Na aferição para a população portuguesa (Gameiro et al, 2008) a distribuição dos itens pelas 4 dimensões originais, mostrou que os itens da dimensão *Ansiedade de Separação* apareciam dissolvidos nas outras dimensões, em particular na dimensão *Prazer*. Assim, a EPIC engloba apenas as dimensões de *aceitação do papel parental*, *prazer* e *conhecimento/sensibilidade*. Os resultados relativos à fiabilidade são satisfatórios, à exceção da consistência interna, pois apresenta valores inferiores ao esperado, com o *alpha de Cronbach* de .68 para a dimensão de aceitação parental, de .65 para a dimensão prazer e de .67 para a dimensão conhecimento/sensibilidade (Freitas, 2011).

Os resultados obtidos para média e desvio padrão das três subescalas e para o valor total da EPIC foram os seguintes: Aceitação do papel parental ($M = 17.53$; $DP = 2.83$); Prazer ($M = 21.96$; $DP = 2.88$) e Conhecimento e Sensibilidade ($M = 15.49$; $DP = 2.69$), sendo para a escala completa obteve-se ($M = 55.03$; $DP = 5.36$) (Gameiro, et al 2008).

2.4. Procedimentos

Como referido anteriormente, na secção dos participantes, este grupo foi referenciado por técnicos das equipas multidisciplinares dos respetivos equipamentos, de forma a poderem integrar o projeto “Do Brincar ao Pensar”. Os critérios de seleção foram de acordo com o pedido feito pela instituição, por acharem que estas famílias usufruiriam e beneficiariam deste programa, no sentido de consolidar os laços afetivos entre mães e filhos e haver momentos onde aprendem a estimular a criança, terem momentos de prazer na interação, sem fazer desta um processo meramente instrumental.

O primeiro contacto com as participantes foi realizado pelas respetivas educadoras de infância dos seus filhos, e posteriormente feitas as apresentações entre participantes e investigadoras.

Inicialmente o projeto foi apresentado aos técnicos da instituição e após aprovação foi proposto às famílias participantes. Foi agendada e realizada uma reunião inicial com os técnicos dos respetivos equipamentos e com as mães, para esclarecer e clarificar os objetivos propostos.

Após terem aceitado o convite para integração do projeto, foi-lhes entregue e posteriormente assinado pelas mesmas, o Consentimento Informado (Anexo I), e agendada uma sessão individual, apenas com a presença das mães e equipa de investigação, para realização da entrevista e aplicação dos questionários PAQ-P (Anexo II) e EPIC (Anexo III).

Importa referir que as entrevistas clínicas foram conduzidas pela equipa de investigação (duas investigadoras), cada uma delas nos seus respetivos estabelecimentos, e ambas preparadas para realizar os procedimentos o mais idêntico possível, de forma a evitar enviesamentos futuros no recolher dos dados.

A aplicação dos questionários e a entrevista clínica semiestruturada, decorreram individualmente em salas adequadas, com total privacidade para evitar interrupções, e importa ressaltar que não houve autorização para proceder à gravação de todas as entrevistas, tentando manter ainda assim, rigor na transcrição das histórias clínicas. Não se procedeu à gravação de todas as entrevistas, no entanto foi possível anotar que o tempo entre estas, variou entre 45m a 1h e 50m.

A sessão com as díades decorreu igualmente nas instalações infantis frequentadas pelas crianças, com a duração de 30/35 minutos aproximadamente. A recolha dos dados realizou-se entre fevereiro de 2017 e junho de 2017.

Foi elaborado um calendário com a explicação das sessões, datas, horários, e um contacto telefónico da equipa de investigação. Foram acordadas 13 sessões para cada díade, com o objetivo de avaliar três momentos (T0, T1 e T2), no entanto, na presente investigação, coube analisar o T0, ou seja, história clínica individual da mãe e uma sessão de brincar livre, dirigido e arrumação.

As sessões de interação em díade decorreram de acordo com os objetivos propostos inicialmente e que se seguiram de acordo com o DPICS – *Dyadic Parent-child Interaction Coding System* de Robinson e Eyberg, (1981), contudo esta grelha de observação serviu apenas como base para a realização das sessões uma vez que este estudo é meramente qualitativo e as sessões padronizadas foram analisadas através do método de análise de conteúdo.

Seguindo as diretrizes do DPICS, cada sessão envolveu três momentos: o brincar livre com duração de 10 minutos, o brincar dirigido pela mãe, com duração de 10 minutos e o momento da arrumação com duração de 5 minutos. A interação diádica decorreu numa sala (do estabelecimento) preparada com os seguintes materiais: uma mesa, duas cadeiras, e uma cadeira num dos cantos da sala. Na mesa foram dispostas folhas brancas, lápis de cor e animais de borracha de várias espécies (animais domésticos, animais selvagens e animais de quinta). No chão, colocámos 1 puzzle, legos e um conjunto de carros (polícia, bombeiros, ambulância e carros habituais). Estes conjuntos de brinquedos são de fácil manuseamento quer para a mãe quer para a criança e representam objetos facilmente encontrados no dia-a-dia das famílias.

Os procedimentos foram previamente esclarecidos às mães. O primeiro momento de brincar livre seria orientado pela criança que teria total liberdade para brincar e fazer o que quisesse. Nos 10 minutos seguintes, o brincar seria orientado pela mãe com igual liberdade para escolher o que quisesse e por último, o momento da arrumação, em que a criança teria de arrumar os brinquedos e colocá-los nos respetivos lugares, com duração de cinco minutos.

Estas sessões realizaram-se ao fim de 4 meses do estágio académico, permitindo desta forma criar uma certa ligação de empatia com as crianças, estabelecido através de observação feita nas salas das creches.

2.4.1. Procedimentos de tratamentos de dados

Os dados da história familiar foram recolhidos através de uma Entrevista Clínica Semiestruturada (Anexo IV), recorrendo seguidamente ao seu registo para posterior análise. Apesar de terem aceitado a integração para este projeto, não foram autorizadas as gravações de todas as entrevistas, apenas de algumas. Apesar disto, aceitaram ser gravadas em interação lúdica com os filhos. Para recolha de dados da interação com as díades, foi usado um videogravador na sessão do brincar livre/dirigido, e posterior análise de conteúdo através da visualização dos mesmos.

Inicialmente, para a análise fenomenológica das histórias clínicas, recorreu-se a uma primeira “leitura flutuante”, que permitiu uma leitura geral da informação recolhida por forma a familiarizar-se com o texto. Para os autores Smith e Osborn (2008) este processo é repetido durante as várias leituras e o investigador deve ir fazendo anotações na margem sobre o que considera interessante ou mais significativo, sendo que ao reler o texto, a margem oposta à utilizada anteriormente irá servir para documentar os temas emergentes

e as notas retiradas irão transformar-se em frases, com o intuito de identificar o essencial descrito;

De seguida decorreu o processo de “Codificação”, onde se elaborou uma lista com as temáticas emergentes e seguidamente identificadas como unidades de sentido que refletiram a experiência, vivência e percepção de cada participante.

O passo seguinte consistiu em identificar padrões emergentes e agrupar as temáticas, primeiro caso a caso e só depois os vários casos, que posteriormente foram novamente confirmadas com o texto.

Posteriormente passámos ao processo interpretativo, que nos permitiu realçar algumas temáticas e reduzi-las. Para Smith e Osborn (2008) esta operação não é elaborada apenas com recurso aos dados obtidos, mas também pela riqueza de alguns excertos e de acordo com a sua importância para o tema.

Nesta análise o investigador tem um papel ativo e fundamental, pois terá como objetivo, uma aproximação ao mundo pessoal dos participantes, numa perspetiva de *insider*, contudo não é possível fazê-lo diretamente, uma vez que o acesso ao mundo do outro torna-se complicado devido às próprias conceções do investigador, e torna-se necessário um processo de atividade interpretativa, para que seja possível atribuir sentido a esse outro mundo (Smith & Osborn, 2008).

Para proceder à análise dos vídeos da interação das díades, optámos por seguir os passos propostos por Bardin (2011), sendo esta a obra uma das obras mais citadas em investigações qualitativas. O autor propõe que a análise de conteúdo se divida em três fases: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material; 3) Tratamento dos resultados.

A Pré-análise permite sistematizar as ideias iniciais e estabelecer indicadores para a interpretação das informações coletadas, e depois do material alvo de investigação estar organizado, seguem-se os seguintes passos: Leitura flutuante, que neste caso consiste na visualização dos vídeos até que o investigador já estivesse familiarizado com eles; formulação de hipóteses e traçar objetivos; exaustividade, que pretende não deixar de fora qualquer elemento; pertinência na escolha das categorias, de acordo com o que nos propusemos a observar.

A segunda etapa consistiu na exploração do material, que se prende com a construção das operações de codificação, ou seja, retirámos unidades de registo dos vídeos de acordo com as subcategorias encontradas.

A última fase compreende o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, de forma a captar os conteúdos manifestos e latentes contidos nos vídeos.

Parte III – Resultados

3. Síntese das histórias clínicas

Para uma melhor compreensão das histórias clínicas, foi elaborada uma pequena síntese individual sobre cada família solicitando dados relevantes, relativos às vivências individuais, evitando assim qualquer informação que as pudesse comprometer ou identificar.

Estas sínteses pretendem apenas dar a conhecer os aspetos mais importantes das vivências destas famílias, para que a análise dos resultados seja o mais clara possível para o leitor, e que facilmente se identifiquem as grandes temáticas evidenciadas nas entrevistas. Para evitar nomes fictícios optámos por designar F1 à mãe e F1.1 ao filho, de acordo com o respetivo número da família.

Família 1. F1 (mãe) viveu com os pais até aos 6 anos de idade, altura em que o pai foi preso e a mãe deixou-a aos cuidados de uma tia a quem considera como mãe. Voltou a viver com a mãe biológica aos 13 anos, mas a relação mantinha-se distante, ao contrário a relação com o pai, que apesar da distância física, era descrita como “carinhosa” (sic.) e de afeto. Refere que a mãe é toxicodependente.

A primeira relação amorosa durou 5 anos e foi marcada por abusos físicos e psicológicos, o namorado exercia um grande controlo sobre ela, tendo terminado por se sentir exausta e porque um tio descobriu as agressões, ameaçando denunciar a situação às autoridades. O seu percurso escolar foi regular, tinha amigas das quais se afastou por causa do namorado.

Engravidou com 23 anos sem planejar, e quando soube já estava separada do companheiro, reatando após saberem da gravidez. Refere que se sentiu desamparada durante o período de gestação pois o companheiro foi detido por agressão a outrem, mas ainda assim reataram a relação. O seu filho F1.1 é uma criança saudável, têm uma relação próxima, ele ainda dorme na cama da mãe, e diz a mãe que é uma criança que chama muito pela sua atenção. Vai com a mãe às visitas prisionais, de forma a manter contacto com o pai. A criança é acompanhada por uma psicóloga, que de acordo com a mãe, tem a ver com alguns comportamentos agressivos que tem. Reconhece que por vezes não tem paciência e grita muito com o filho, mas diz que o ama “incondicionalmente” (sic.). Quanto à relação conjugal, espera que o companheiro saia da prisão para poderem constituir uma família, pois agora ainda vive sozinha com o filho.

Família 2. F2 cresceu com os pais, mas a relação com a sua mãe era conflituosa e distante, não tinha afeto nem apoio. Ainda hoje não percebe o porquê de a mãe ser tão fria e distante com ela. Já com o pai, a relação era próxima e afetuosa, no entanto a relação entre os pais era tranquila e alegre. O pai faleceu em 2004, com um cancro, o que lhe causou um grande sofrimento.

Na escola, F2 foi vítima de *bullying* por ser “mestiça” (sic.). Na passagem para o 5º ano, assumiu uma postura firme e de autorrespeito, sem nunca mais passar por agressões ou humilhações. Começou a trabalhar aos 16 anos num cabeleireiro.

A sua primeira relação amorosa foi aos 15 anos com o pai do primeiro filho, e era uma relação instável e conflituosa, separando-se mais tarde. Atualmente está com o companheiro que é pai dos dois filhos mais novos, que descreve como uma relação de companheirismo e cumplicidade. Gostam de fazer atividades juntos e tratam-se por sócios, pois na sua ótica, eles gerem uma “empresa” (sic.) familiar, a própria família.

A gravidez de F2.1, filha mais nova, foi desejada e planeada, mas foi uma gravidez de alto risco, tendo de ficar em repouso absoluto durante a gestação. Também provocou grandes alterações físicas o que deixou a mãe com uma autoestima baixa. A filha nasceu saudável, apesar dos riscos. A mãe descreve-a como “uma menina sociável” (sic.) e que gosta muito da atenção dos pais, mas é muito “preguiçosa” (sic.) para falar corretamente, e a mãe investe muito no seu desenvolvimento. Sente que ama os três filhos, mas sente igualmente que tem um carinho especial pela filha mais nova.

Família 3. F3 foi criada pela avó e por uma tia, juntamente com duas irmãs mais velhas, e com os primos. O agregado era composto por oito pessoas. Os seus pais são toxicodependentes.

Atualmente vive com o companheiro e com os dois filhos de ambos, e com a sua filha mais velha atualmente com 19 anos, fruto da sua primeira relação. Quando a menina tinha 10 anos, F3 conheceu o atual companheiro e pai dos seus dois filhos mais novos.

A gravidez do filho mais novo foi planeada e desejada pelo casal, mas caracteriza-a como a “pior de todas” (sic.), relativamente à gestação e às alterações físicas. Durante este período o companheiro estava em Angola, mas sempre esteve muito presente através do contacto diário. A mãe descreve o filho (mais novo) como muito “carinhoso, curioso, e gosta de participar nas atividades domésticas” (sic.). Contudo a mãe refere que o seu comportamento nos últimos tempos alterou, e descreve-o como uma criança muito “independente, até para brincar” (sic.), mas que agora tudo o que faz tem de ser na

presença dos pais. A criança é acompanhada por um psicólogo devido às dificuldades de aprendizagem apresentadas, nomeadamente a “linguagem e na motricidade orofacial” (sic.).

As responsabilidades em casa são maioritariamente assumidas pela mãe, a relação entre todos é boa, mesmo do companheiro para com a enteada. Esta apresenta comportamentos associados à fase de maturação na adolescência (tira dinheiro à mãe, usa o cartão de crédito e está afastada ou mais isolada da família). A mãe refere que o pai aparenta ter preferência pelo filho do meio, e que tem menos paciência para o filho mais novo.

A F3 encontra-se em situação de desemprego, por opção, pois decidiu investir tempo na família. O companheiro trabalha em Portugal, mas ausenta-se por vezes para Angola. A relação conjugal é assente em confiança, mas a mãe sente algum excesso de responsabilidade e sente que o companheiro se afasta de algumas tomadas de decisão. Ele sente-se “criticado” (sic.) e ela sente-se “incompreendida” (sic.).

Família 4. F4 cresceu no seio de uma família composta pelos pais e o irmão mais novo. A mãe era muito liberal com ela, deixava-a sair de casa sempre que queria, em oposição ao pai, que era mais protetor. Os pais tinham uma relação conflituosa, e separam-se quando esta tinha quatro anos, contudo não refere se ficou com o pai ou a mãe. Saiu de casa durante a adolescência e começou a trabalhar. Aos 20 anos decidiu engravidar, pois para ela tudo tem de ser “planeado e organizado” (sic.). A gestação correu dentro do normal até aos 6 meses, altura em que começou por sentir contrações e ficou de repouso absoluto, pelo que ficou muito “nervosa” (sic.). Nasceu às 42 semanas de gestação.

A relação com o marido é um pouco conflituosa, pois têm opiniões muito divergentes no que respeita à forma de educar. A mãe gosta de ser mais exigente com a filha e o pai tende a infantilizá-la, inclusive na forma de falar. A mãe caracteriza a filha como “muito independente e desenrascada” (sic.), que nunca foi de grandes birras, mas que ultimamente o cenário tem-se alterado. Opta por ser exigente pois quer que a filha aprenda a lidar com as situações sozinha, para que no futuro não venha a ter dificuldades em gerir a sua vida, pois sabe que a mãe e o pai não estarão presentes para sempre. No que toca a decisões em prol da filha, estas são tomadas pelo casal. As brincadeiras com a filha são durante a realização de tarefas, como nas refeições ou durante o banho, uma vez que a mãe desvaloriza as atividades lúdicas, pois considera-as infantis e remete-as para o pai. A filha expressa alegria quando o pai chega a casa pois sabe que ela brinca com ela.

Família 5. F5 nasceu no seio de uma família numerosa, com os pais e mais oito irmãos e descreve a relação com todos como sendo boa, sem mais detalhes. Teve uma relação amorosa com um rapaz mais velho 12 anos, pai do seu filho, marcada por vários episódios de agressões físicas nomeadamente durante a gestação do bebé. Esta relação terminou quando F5 decidiu apresentar queixa numa instituição e, no mesmo dia, foi levada juntamente com o filho pequeno para uma casa abrigo no norte do país onde esteve durante 11 meses. Durante este período o contacto com a família era pouco, realizava tarefas na casa com outras mulheres e tinham de cumprir horários e algumas regras. Regressou a sua casa quando o ex-companheiro foi deportado para o seu país.

Atualmente namora com um rapaz mais velho, com dois filhos e estão a fazer planos para irem viver juntos. Atualmente encontra-se desempregada e vive com o apoio dos pais, com quem ainda reside, juntamente com quatro irmãos e o seu filho.

O filho, F5.1, é saudável, gosta muito de brincar com a mãe, que o leva muitas vezes a passear no parque. A mãe refere que o filho não é uma criança muito “obediente” (sic.), tendo a mãe de arranjar algumas estratégias para conseguir que ele cumpra com o que ela lhe pede.

Família 6. F6 tem três filhos, com três, 18 e 20 anos. Vive com os três, trabalha a tempo parcial em limpezas. Não falou da sua infância, referindo apenas que hoje em dia está mais próxima dos pais, desde que a filha mais nova nasceu. O pai dos filhos mais velhos faleceu há uns anos, de leucemia e era portador de VIH, sendo que F6 contraiu a doença, no entanto refere não saber como. Por falta de conhecimento, amamentou a filha mais velha, que por consequência disso contraiu também a doença.

O pai da F6.1, sua filha mais nova, vive e trabalha em França. Conheceram-se numa das suas viagens a Portugal, e apesar da distância, diz que é um pai presente, liga todos os dias e pretende no futuro levar a família com ele para o estrangeiro, incluindo os filhos mais velhos, a quem trata muito bem.

A gravidez não foi planeada, mas a notícia foi bem-recebida por ambos, até porque o companheiro não tem mais filhos. Ela refere que viveu alguns receios na gravidez, vivia muitos momentos de ansiedade e tem consciência de que isso pode afetar um bebé. A filha não tem problemas de saúde, mas a mãe foi informada pelas educadoras acerca da preocupação dos comportamentos de F6.1, pelo facto de esta ter dificuldade no relacionamento interpessoal com os pares e com adultos. Durante o dia a criança não fala com ninguém na creche, nem mesmo quando se dirigem a ela ou lhe perguntam alguma

coisa. Isto tudo não coincide com a visão da mãe, uma vez que ela refere que a filha está sempre bem-disposta, relaciona-se muito bem com os irmãos, é muito faladora, ao ponto de a mãe às vezes ter de lhe pedir para se calar. A mãe refere que é muito “apegada” (sic.) à filha, e talvez por ser a mais nova, tem alguns comportamentos que o próprio pai da menina repreende, como o facto de andar sempre com ela ao colo, não lhe larga a mão na rua e que fica demasiado tempo na creche à espera que a filha se acalme para ir para a sala, uma vez que a criança chora bastante quando a mãe se ausenta. Quanto à relação conjugal, F6.1 diz que se sente um pouco “insegura” (sic.) pois o companheiro está longe e “ninguém sabe o dia de amanhã” (sic.), no entanto mantém a esperança de ir viver com ele.

Família 7. F7 tem quatro filhos, as duas mais velhas são de pais diferentes e os dois mais novos são do seu atual companheiro, residindo todos juntos. F7 foi criada pela mãe e pelo pai, juntamente com três irmãos, até aos três anos de idade, altura em que o pai saiu de casa para se casar com a cunhada. A mãe, não conseguindo criar quatro filhos sozinha, deixou-os aos cuidados de familiares, sendo que F7 ficou com o pai e a tia, na altura já casada com o seu pai, durante um ano, até à data em que a mãe voltou para ir buscá-la, assim como aos outros filhos. Refere que ninguém deve “julgar a mãe” (sic.), pois ela não tinha condições para criar os filhos, mas assim que pôde reverteu a situação. O pai regressou por essa altura a casa da ex-mulher, mas passou a ser agressivo com a ex-mulher, batendo-lhe sempre que ela falava. F7 abandonou a escola muito cedo para tomar conta de uma sobrinha e por isso apenas concluiu o 4º ano. O pai da sua filha mais velha era um recluso, que acabou por falecer na prisão, não tendo por isso a filha, oportunidade de o conhecer. O pai da segunda filha vive no estrangeiro, constituiu nova família, mas mantém o contacto com a filha.

O atual companheiro, com que vive há alguns anos é o pai dos dois filhos mais novos, contudo F7 suspeita que possa ser também pai da filha mais velha, porque como a própria admitiu, envolveu-se a primeira vez com ele, durante o encarceramento do outro, ou seja, uma relação de há muitos anos. São um casal unido, é o companheiro que toma as decisões em casa, ou pelo menos a última palavra é sempre dele. Todos contribuem para as tarefas, tornando assim a gestão da casa mais fácil para a mãe. Estão ambos desempregados, mas recebem apoios sociais o que lhes permite viverem com o necessário para que não falte nada aos filhos.

A gravidez da filha mais nova, que integra esta investigação, foi planeada e desejada, até porque F7 diz que quer ter mais filhos, adora ser mãe. A menina é saudável, sem problemas de saúde, é sociável, adora brincar com os irmãos e com os pais.

Família 8. A F8 nasceu numa família numerosa, com os pais e oito irmãos, contudo não fala da sua infância, refere apenas que mantém um bom relacionamento com os irmãos, exceto os que estão longe. Atualmente vive com o companheiro e a filha de ambos, e com o sogro. Tem dois filhos mais velhos de uma relação que durou oito anos, que foi marcada por agressões físicas, o que mais tarde levou à retirada dos filhos para instituições diferentes pois passavam o tempo que estavam juntos a agredirem-se. Quando vão a casa ao fim de semana vão em horários diferentes pelo mesmo motivo.

A relação com o companheiro é estável e apoiam-se mutuamente, ambos decidiram ter um filho em comum. A menina nasceu saudável, mas a mãe refere que teve sarna sem saber como. Diz que a filha é uma menina “muito agitada” (sic.), comum para a idade, gosta de brincar sozinha na banheira. Quando os irmãos vão a casa, brinca com eles, mas as brincadeiras tornam-se violentas e a mãe acaba por ter de os separar. Costuma ir buscar a filha à creche e leva-a a brincar no parque quando está bom tempo. Contudo refere que por vezes chega a casa muito cansada e não tem paciência para a filha.

3.1. Análise Fenomenológica das Histórias Clínicas

A análise do discurso das mães, (aqui designadas por ex.: F1, F2, ou consoante o número da família), foi obtido através da transcrição das entrevistas, e apesar de algumas não terem sido gravadas, tentámos registar o mais possível o discurso delas. A análise efetuada através do método fenomenológico, pretendeu assim obter uma visão pessoal, de acordo com as vivências das próprias mães.

Seguindo os passos já referidos nos procedimentos, depois da leitura flutuante, emergiu um tema global que designámos de Categoria Central, e que deu origem aos Constituintes Essenciais, que foram comuns a todas as famílias e que apresentamos sucintamente nas tabelas 2, 3, 4 e 5. Apresentamos na tabela 2, a síntese global das categorias centrais comuns a todas as famílias e respetivos constituintes essenciais.

A primeira Categoria central refere-se à História de Vida destas mulheres e está relacionada com os sentimentos respeitantes à sua relação com os progenitores, ou seja, à família de origem e aos abusos sofridos, e ao momento em que cortam estes laços, nomeadamente com os companheiros com quem experienciaram estes abusos. Embora

referidos em momentos distintos, estas mães tiveram vivências semelhantes, comuns entre elas, dentro do seu meio familiar. A maioria delas foi vítima de relações abusivas ou assistiram a casos de violência doméstica no seu meio familiar.

A maioria das participantes refere que as relações familiares foram marcadas por falta de suporte afetivo, nomeadamente por parte das suas mães. Não havia cumplicidade, sentiam-se na sua maioria, desamparadas, e recorriam muitas vezes à sua rede de relações sociais (amigos) para poderem partilhar momentos ou mudanças importantes que ocorrem, especialmente na fase da adolescência.

Outra categoria central refere-se à Família, onde surge como Constituinte Essencial a Gravidez, momento em que engravidam dos filhos mais novos, (uma vez que algumas mães já tinham outros filhos), ou em alguns casos, o primeiro filho. Apesar de haverem duas distinções, entre a gravidez planeada ou não planeada, a maioria das participantes revelou estar preparada para a chegada do novo elemento, em decisão conjunta do casal, o que simboliza a união de laços afetivos e a tomada de decisão para uma nova etapa da vida familiar. Já as mães que não planejaram a gravidez, tiveram o apoio dos companheiros, que receberam a notícia com entusiasmo, inclusive a F1, que já estava separada quando recebeu a notícia, voltou a juntar-se para que pudessem juntos constituir uma família, contudo o companheiro continua detido.

A Parentalidade, foi a última categoria central, e refere-se ao comportamento parental, onde as participantes demonstraram que apesar das dificuldades que estão implícitas nas funções parentais e de sentirem que lhes faltam algumas ferramentas, tentam ser o mais adequadas possível às necessidades dos seus filhos, procuram investir no seu desenvolvimento, da melhor forma que elas sabem, ou que lhes foi transmitido.

Na sua maioria estas mães têm filhos de relações anteriores, e na sua maioria, as famílias são reconstituídas, embora encontremos outros tipos de famílias, nomeadamente alargadas, nucleares e monoparentais.

Tabela 2. Categorias e constituintes globais das histórias clínicas

Categorias Centrais	Constituintes Essenciais
História de vida	Família de origem Relações Abusivas
Família	Gravidez
Parentalidade	Comportamento parental

Nota: Síntese global das Categorias presentes nas histórias clínicas

Desta primeira categoria central, História de Vida, surgem dois constituintes essenciais, nomeadamente: Família de Origem e Relações Abusivas.

Dentro da Família de Origem sobressaem três significados psicológicos, sendo o primeiro Ausência de Suporte Afetivo. Esta categoria foi comum a seis das participantes, que relataram que a relação com as suas progenitoras não era a mais afetiva.

Algumas participantes descrevem que a relação com a mãe era distante, marcada por conflitos, sentiam falta de afeto, ainda hoje algumas não compreendem o que levou a que a relação entre mãe e filha fosse distante, e algumas expressaram a necessidade de se sentirem apoiadas, especialmente na fase da adolescência. Algumas inclusive ficaram aos cuidados de outros elementos da família, pois as suas progenitoras não detinham as condições necessárias para cuidar dos filhos. Foram encontradas seis ocorrências nas entrevistas, explícitas nos seguintes exemplos: “A relação com a minha mãe não era positiva (...)” (sic.) (F1); “A relação era conflituosa (...) postura rígida e fria (...)” (sic.) (F2).

O segundo significado psicológico refere-se às Relações Familiares, que eram consideradas pela maioria das participantes como boas ou normais. Algumas destas mães foram criadas por outros elementos da família (tios e avós) e ainda assim mantêm uma relação de proximidade com as progenitoras, sem lhes atribuir qualquer tipo de culpa, pois consideram que as suas progenitoras terão tido a necessidade de tomar certas escolhas, para proteger os filhos. Contudo, hoje consideram-se independentes, e determinadas a não seguirem os passos das suas mães, pois assumem as suas responsabilidades parentais. Este significado psicológico foi descrito três vezes, por três participantes e explícita nos seguintes discursos: “(...) dizem que a minha mãe nos abandonou (...) não tinha condições para criar os filhos, por isso tomou a decisão de os deixar com outros elementos da família (...) ninguém tem de julgar (...)” (sic.) (F7).

O terceiro significado psicológico, as Memórias Marcantes são episódios que de alguma forma tiveram um impacto significativo no passado das participantes, e que consideraram relevantes para partilhar na entrevista. Estes momentos referem-se a episódios com familiares, nomeadamente a morte e a prisão de um dos progenitores de duas participantes, cenas de violência doméstica entre progenitores, e memórias marcadas por violência entre o casal ou por colegas de escola. Todas se referem a estes episódios como algo que não se apaga, que deixaram marcas de dor, de ausência e de vazio. Assim, as memórias marcantes foram descritas nos seguintes discursos: “foi aquele soco da vida

(...)” (sic.) (F2); “ele chegava a casa e se a minha mãe dissesse alguma coisa ele ia para cima dela (...) era sangue por todo o lado” (sic.) (F7).

Outro Constituinte Essencial são as Relações Abusivas, que contêm dois significados psicológicos: Violência Física e Violência Psicológica. O primeiro prende-se às relações abusivas que as participantes mantiveram na sua maioria com os primeiros companheiros, em que atribuem a pouca experiência em relações e a “maturidade” dos companheiros (por serem mais velhos) ao facto de terem sido vítimas destes abusos durante alguns anos. Foram episódios descritos com alguma vergonha por algumas participantes, outras expressaram orgulho por terem alterado o rumo da sua vida, por quererem proteger os filhos de cenas violentas. Foram assim encontrados ao longo das entrevistas, três ocorrências destas situações: “(...) sofri de violência física” (sic.) (F1); “ao 4º mês (de gravidez) começou a ser violento (...) ele mudou de repente” (sic.) (F5); “fui vítima de violência doméstica durante oito anos” (sic.) (F7).

Quanto à violência psicológica, esta refere-se a todo o tipo de abusos e sujeições à mercê dos companheiros, em que as participantes se viram privadas de fazerem as próprias escolhas, eram sujeitas a episódios de ciúmes excessivos, sentiam culpa e vergonha por exporem a família a algumas situações. Estas mulheres estavam condicionadas e submissas às condições impostas pelos companheiros. Uma das participantes foi vítima de *bullying* pelos colegas, exposta ao preconceito racial, sentindo-se humilhada e envergonhada, culpando-se por ser diferente. Foram encontradas cinco ocorrências que descrevem este tipo de violência: “(...) não podia usar as roupas que queria, nem olhar para outros rapazes (...)” (sic.) (F1); “não era aceite pelos colegas (*bullying*)” (sic.) (F2); “(...) era muito ciumento, não deixava que me se arranjasse (...)” (sic.) (F5).

Tabela 3. Descrição da Categoria central da História de vida

Categorias Centrais	Constituintes Essenciais	Significados Psicológicos	Exemplos de discurso
História de vida	Família de origem	Ausência de suporte afetivo	“A relação com a minha mãe não era positiva (...)” (sic.) (F1) “A relação era conflituosa (...) postura rígida e fria (...)” (sic.) (F2).
		Relações Familiares	“(...) dizem que a minha mãe nos abandonou (...) não tinha condições para criar os filhos, por isso tomou a decisão de os deixar com outros elementos da família (...) ninguém tem de julgar (...)” (sic.) (F7).
		Memórias marcantes	“foi aquele soco da vida (...)” (F2); “ele chegava a casa e se a minha mãe dissesse alguma coisa ele ia para cima dela (...) era sangue por todo o lado” (sic.) (F7)
	Relações Abusivas	Violência Física	“(...) sofri de violência física” (sic.) (F1); “ao 4º mês (de gravidez) começou a ser violento (...) ele mudou de repente” (sic.) (F5); “fui vítima de violência doméstica durante oito anos” (sic.) (F7).
		Violência Psicológica	“(...) não podia usar as roupas que queria, nem olhar para outros rapazes (...)” (sic.) (F1); “não era aceite pelos colegas (<i>bullying</i>) (F2); “(...) era muito ciumento, não deixava que me se arranjasse (...)” (sic.) (F5).

Nota: Síntese das categorias do discurso das mães acerca da sua história familiar. As mães são designadas de F de acordo com o número da respetiva família (ex. F1).

A segunda Categoria Central que respeita à Família refere-se à gravidez das participantes, nomeadamente dos filhos que com elas integraram este projeto. Assim foram retirados dois significados psicológicos, sendo o primeiro a Gravidez Desejada que se prende com o facto de estas terem sido planeadas e de que forma foram recebidas. Assim foi perceptível em cinco das participantes, a vontade que tinham em ser mães novamente com os atuais companheiros, ou no caso de algumas, ser o primeiro filho. Todas referem que a gravidez foi planeada e desejada, no entanto não há muitas referências no que respeita aos sentimentos expressos pelos companheiros. No decorrer do discurso encontrámos quatro ocorrências que descrevem este momento e que foram expressas no seguinte discurso: “gravidez (...) foi desejada e planeada” (sic.) (F2); “A gravidez (...) foi planeada, desejada” (sic.) (F3); “Foi decisão de ambos ter um filho” (sic.) (F7).

O segundo significado psicológico diz respeito à Gravidez não desejada/ não planeada, que se refere ao facto de a gravidez ter surgido de forma involuntária e de que

forma foi recebida ou vivida. Neste contexto, algumas participantes referem que ou por se encontrarem separadas do companheiro, ou por não acharem aquele o momento certo, não planejaram esta nova fase na vida do casal. No entanto, as participantes referem que após a notícia, os pais ficaram felizes com a novidade, assumindo as suas funções parentais. Encontrámos três ocorrências no discurso das participantes, que apresentamos de seguida: “(...) não foi planeada (...) eu estava separada do pai” (sic.) (F1); “Ele ficou super feliz quando eu lhe contei” (sic.) (F5); “(...) não foi planeada, mas foi bem-recebida pelos dois (...)” (sic.) (F6).

Tabela 4. Descrição da Categoria central Família

Categoria Central	Constituintes Essenciais	Significados Psicológicos	Exemplos do discurso
Família	Gravidez	Gravidez desejada/ Planeada	“gravidez (...) foi desejada e planeada” (sic.) (F2); “A gravidez (...) foi planeada, desejada” (sic.) (F3); “Foi decisão de ambos ter um filho” (sic.) (F7).
		Gravidez não desejada/ Não planeada	“(...) não foi planeada (...) eu estava separada do pai” (sic.) (F1); “Ele ficou super feliz quando eu lhe contei” (sic.) (F5); “(...) não foi planeada, mas foi bem-recebida pelos dois (...)” (sic.) (F6).

Nota: Síntese do discurso das mães acerca da categoria Família

Relativamente à última Categoria Central, Parentalidade, conseguimos encontrar aspetos relacionados com o comportamento das participantes em relação aos filhos. Assim como Constituinte Essencial, obtivemos o Comportamento Parental que subdividimos em dois significados psicológicos: a Responsabilidade/ Controlo/ Monitorização e Prazer/Conhecimento/Sensibilidade.

A Responsabilidade/ Controlo/ Monitorização, que abarca de modo geral os conceitos relacionados com os estilos parentais. As participantes revelaram certas atitudes que consideram ser as mais corretas no que toca à educação dos filhos, e que assim conseguem estar atentas às suas necessidades, são protetoras, exigentes quando consideram necessário, mas sentem que nem sempre conseguem ser assertivas. Assim, foi possível encontrar 11 ocorrências no discurso, expressas em algumas das seguintes citações: “eu faço tudo por ele, mas tenho pouca paciência pra ele e sei que grito muito” (sic.) (F1); “Eu ainda cometo muito esse erro, epa coitadinho” (sic.) (F3); “(...) ela é muito pequenina, sei que quer ajudar, mas pode aleijar-se ou sei lá” (sic.) (F6).

A segunda unidade de significado psicológico, refere-se ao Prazer/ Conhecimento e Sensibilidade/Aceitação e relaciona-se com os itens que caracterizam a Escala de Investimento Parental. Aqui foram descritos comportamentos parentais que demonstram a presença de alegria e prazer experienciado pelas mães no que respeita aos afetos e ao tempo em comum com os filhos, à sensibilidade e conhecimento que detêm sobre as necessidades que os filhos requerem e a aceitação que elas referem ao agirem em consonância com os interesses dos filhos. As participantes demonstram ser sensíveis, afetuosas, mas por vezes sentem que o cansaço as impede de estarem totalmente disponíveis para a criança. Ao longo das entrevistas encontrámos 12 ocorrências, que citamos nas seguintes afirmações: “é o miúdo que brinca mais (...) até dá gosto a gente ter os carrinhos, ter as pistas (...)” (sic.) (F3); “deixei de me preocupar só comigo, para me preocupar também com ela” (sic.) (F4); “Às vezes chego a casa tão cansada que não tenho paciência para ela” (sic.) (F8).

Tabela 5. Descrição da Categoria Central Parentalidade

Categoria Central	Constituintes Essenciais	Significados Psicológicos	Exemplos do discurso
Parentalidade	Comportamento Parental	Responsabilidade Controlo Monitorização	“Eu ainda cometo muito esse erro, epa coitadinho” (sic.) (F3); “(...) ela é muito pequenina, sei que quer ajudar, mas pode aleijar-se ou sei lá” (F6).
		Prazer/ Conhecimento/ Sensibilidade	“é o miúdo que brinca mais (...) até dá gosto a gente ter os carrinhos, ter as pistas (...)” (sic.) (F3); “deixei de me preocupar só comigo, para me preocupar também com ela” (sic.) (F4); “Às vezes chego a casa tão cansada que não tenho paciência para ela” (sic.) (F8).

Nota: Síntese do discurso das mães acerca da categoria Parentalidade

3.2. Resultados dos questionários da Parentalidade

Sendo este trabalho de metodologia qualitativa, considerámos pertinente apresentar os resultados obtidos nos questionários PAQ-P e EPIC em forma de gráfico, apenas para contextualizar. As figuras 1 e 2 ilustram a perceção das famílias relativamente ao PAQ-P e ao EPIC, respetivamente.

A figura 1 indica os seguintes valores: EP Permissivo – $M = 2.46$, $DP = .36$; EP Autoritativo – $M = 4.2$ $DP = .38$; EP Autoritário – $M = 3.45$ $DP = .28$.

As famílias F1, F2, F3, F4, F5, F7 e F8 percebem a sua autoridade parental como sendo maioritariamente Autoritativa, e a F6 apresenta um EP Autoritário, No entanto F8 apresenta valores muito próximos em dois EP o que pode poderá indicar um EP misto (autoritativo-autoritário).

Figura 1. Questionário de Estilos Parentais

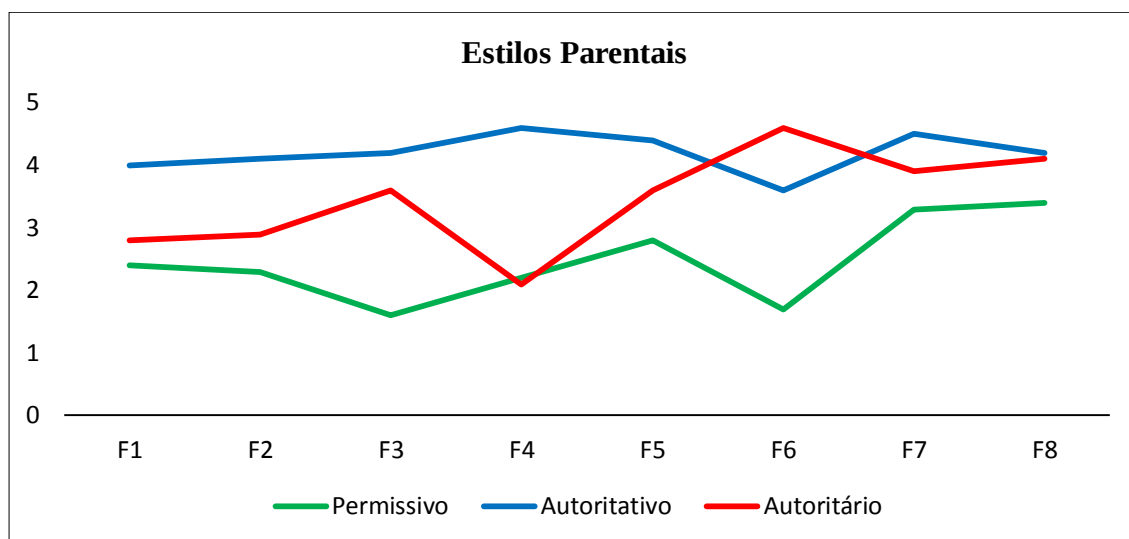


Figura 1. Valores médios (M) obtidos relativamente aos Estilos Parentais (EP) de cada família aqui designada de F, de acordo com o número da família. Valores médios de referência (EP Permissivo – $M = 2.18$, $DP = .52$, EP Autoritativo – $M = 4.3$, $DP = .2$, EP Autoritário – $M = 2.75$, $DP = .65$), obtidos no estudo de validação (Pires, et al., 2010).

A figura 2, indica os seguintes valores: - Aceitação Parental – $M = 2.83$, $DP = .33$; Prazer – $M = 1.5$, $DP = .24$; Conhecimento/Sensibilidade – $M = 2.25$, $DP = .30$.

A F1, F3 e F5 apresentam um valor mais elevado no item Conhecimento/Sensibilidade; F2, F4, F6, F7 e F8 apresentam valores mais elevados no item Aceitação Parental, sendo o Prazer, o item com valores mais baixos na maioria das famílias.

De acordo com a média (M) e desvio padrão (DP) encontrados no estudo de validação para a população portuguesa, verificamos que os valores obtidos por estas famílias encontram-se muito abaixo dos valores de referência, e todas as famílias apresentam resultados muito idênticos entre si. Estas subescalas que constituem o EPIC integram aspetos relacionados com o investimento socio emocional, que neste caso geral indica pouco investimento, ou prazer nas funções parentais.

Figura 2. Escala de Investimento Parental na Criança

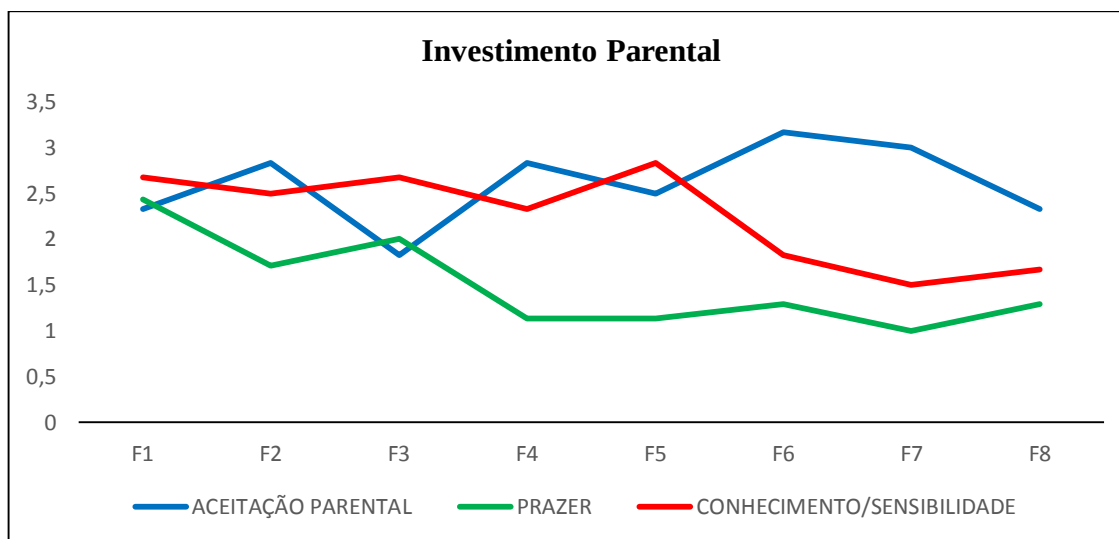


Figura 2. Valores médios (*M*) obtidos relativamente à Escala de Investimento Parental de cada família aqui designada de F, de acordo com o número da família. Valores médios de referência (Aceitação Parental – *M* = 17.53, *DP* = 2,83; Prazer – *M* = 21.96, *DP* = 2.88; Conhecimento/Sensibilidade - *M* = 15.49, *DP* = 2.69 (Gameiro, et al., 2008)

3.3. Análise de Conteúdo da interação mãe-criança

Depois de várias visualizações dos vídeos, emergiram categorias que envolvem os comportamentos e a comunicação observados nas sessões. A análise está dividida pelos três momentos que caracterizam as sessões: o Brincar Livre (BL), o Brincar Dirigido (BD) e a Arrumação (ARM), de forma a encontrar e perceber as diferenças que ocorrem na interação diádica de acordo com o rumo da atividade lúdica. Foi elaborada uma lista das subcategorias (Anexo V) que compõem as nossas tabelas, de forma a ser perceptível o significado de cada uma delas.

Nas tabelas 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 evidenciamos as categorias que surgiram no decorrer das sessões diádicas, e para uma melhor compreensão comprovamos com exemplos de discursos e comportamentos das mães e das crianças.

Apresentamos em primeiro lugar, na tabela 6, uma síntese global dos três momentos, onde apresentamos as categorias encontradas e a frequência com que estas aparecem, de forma a podermos comparar as diferenças que ocorram entre o BL, BD e a ARM.

Para clarificar, explicamos aqui quais as subcategorias que estão inseridas nas categorias: Comportamento da Mãe engloba as subcategorias Comunicação Verbal e

Comunicação Não-verbal; a Interação da Mãe engloba a subcategoria Participação Lúdica; e o Comportamento da criança engloba as subcategorias Expressão e Participação Lúdica.

O momento da ARM não inclui a categoria Interação da mãe.

Tabela 6. Síntese global das categorias encontradas nos três momentos de interação

Categorias	BL		BD		ARM	
	<i>fo</i>	%	<i>fo</i>	%	<i>fo</i>	%
Comportamento da Mãe	40	42.55	54	45.38	34	62.96
Interação da Mãe	36	38.30	38	31.93		
Comportamento da Criança	18	19.15	27	22.69	20	37.04
	94	100	119	100	54	100

Nota: Tabela Global de todas as categorias observadas em cada situação: Brincar Livre (BL), Brincar Dirigido (BD) e Arrumação (ARM)

De seguida apresentamos a tabela 7 que respeita ao primeiro momento – Brincar Livre (BL) com duração de 10 minutos.

A primeira categoria que surge, refere-se ao Comportamento da Mãe, de acordo com o que foi observado em sala com os filhos, durante uma atividade lúdica. Esta categoria subdivide-se nas subcategorias Comunicação Verbal e Comunicação Não-verbal.

A subcategoria Comunicação Verbal surge através do que foi dito pelas mães e pelo diálogo estabelecido com os filhos o que demonstra que a comunicação faz parte destas relações e que mesmo durante uma atividade lúdica a comunicação está sempre presente. Obtivemos a primeira Unidade de Registo que respeita à Comunicação Positiva, que apesar de não estar expressa em todas as mães, percebemos que é importante uma comunicação que reforce de forma positiva o comportamento e esforço dos filhos quando estes vão ao encontro das suas expectativas tal como “E esta cor qual é? (...) Ah muito bem” (sic.) [F1], e que estas mães estão dispostas a ensinar e aceder às necessidades das crianças como a M. que ajuda C. a agarrar bem no lápis e diz “muito bem” (sic.) [F2], ou utilizam apenas uma palavra com uma conotação positiva para elogiar o filho “Boa” (sic.) [F8].

A segunda Unidade de Registo diz respeito à Comunicação Negativa que é expressa por três mães, várias vezes ao longo dos primeiros 10 minutos. Esta comunicação negativa refere-se a atitudes das mães que por vezes podem demonstrar pouca sensibilidade

parental e alguma exigência para a tomada de decisões, “Vá qual é que queres diz lá” (sic.) [F1] ou “Então tens que decidir-te...ah afinal queres este” (sic.) [F1], e por vezes até alguma desvalorização do que é dito pela criança, como por exemplo quando esta aponta para um quadro e diz à M. “Tá fixe” (sic.) e M. responde “Tá fixe o quê? Não tá nada” (sic.) [F1] ou no caso de M. que diz a C. que o sol não é vermelho “O sol é de amarelo (...) O sol é amarelo” (sic.) [F8] e surge também alguma ironia por parte da M. “É a mãe do memé? São um bocadinho diferentes, mas pronto” (sic.) [F4] não valorizando o esforço da criança ao tentar corresponder às expectativas da mãe. Aqui tivemos também em conta as expressões faciais que acompanharam o discurso e que revelaram um certo desprezo ou ironia por parte das mães.

Outra Unidade de Registo que surge é a Interação Verbal, o que demonstra que é valorizada a comunicação bilateral entre mãe e criança durante a atividade lúdica. É notório o investimento das mães em estimular o desenvolvimento dos filhos como por exemplo “Diz lá como faz o porco?” (sic.) [F1]; “Como se chama este?” (sic.) [F5], e da parte da criança há respostas, mas também questões, o que lhes pode garantir uma afirmação ou segurança materna quando C. pergunta a M. “O que é isto?” (sic.) [F4].

Ainda dentro da Comunicação Verbal surge a Unidade de Registo Ordens, que nos mostra que as mães durante o BL dão ordens que interferem diretamente nas escolhas das crianças como por exemplo “Este? Este é melhor?” (sic.) [F1], ou “Senta-te, vamos fazer este” (sic.) [F8].

Na Subcategoria Comunicação Não-verbal encontramos apenas uma Unidade de Registo que respeita à Comunicação Negativa, o que pode indicar que por vezes o falar ou pedir à criança alguma coisa não seja suficiente para que ela o faça, e leva a que as mães adotem uma postura exigente, como o caso de C. querer tirar um lápis de cor para si e M. tirá-lo da sua mão, até que responda ao que lhe perguntou [F1], ou M. tirar o lego da mão de C. para que esta responda o nome da cor [F4].

Tabela 7. Descrição da Categoria Comportamento da Mãe (M.) no BL

Categoria	Subcategoria	Unidades de Registo	Unidades de contexto (Exemplos)	fo	%
Comportamento da Mãe (M.)	Comunicação Verbal	Positiva	[F1] “E esta cor qual é? (...) Ah muito bem (sic.)” (35 seg) [F8] “Boa” (2’01’’)	3	7.5
		Negativa	[F4] “Isto é azul? Ah bom pensei” (sic.) (8’01’’) [F8] M. pinta o sol e C. diz que também vai pintar um de vermelho “Vou pintar do Benfica como o pai (sic.) (1’08’’) e M. diz que o sol não é vermelho “O sol é de amarelo (...) O sol é amarelo” (sic.) (1’19’’)	10	25
		Interação Verbal	[F1] “Qual é esta cor? (sic.)” (51 seg) [F5] “Como se chama este? (...) Gostas da vaca? A vaca dá leitinho (sic.) (4’)	15	37.5
		Ordens	[F1] “Este? Este é melhor” (sic.) (14 seg) [F8] “Senta-te, vamos fazer este” (sic.) (1’58’’)	10	25
	Comunicação Não-verbal	Negativa	[F1] C. tenta tirar um lápis e M. afasta-lhe a mão enquanto espera que C. responda de que cor é o lápis (21’’)	2	5
				40	100

Nota: Síntese das subcategorias e respetivas unidades de registo da categoria Comportamento da Mãe (M. – Mãe; C. – Criança; F- Família) no BL

No que concerne à análise da Interação das Mães sobre a Subcategoria Participação Lúdica, encontrámos seis unidades de registo. Na tabela 8, a primeira Unidade de Registo é a Disponibilidade de M. onde se verifica que a maioria das mães estiveram disponíveis para participar nas atividades escolhidas pelas crianças e que estiveram disponíveis para brincar, mostraram satisfação e estiveram sensíveis às necessidades dos filhos: “espera, eu vou brincar contigo” (sic.) [F1], “Queres ajuda?” (sic.) [F2].

A segunda Unidade de Registo é Indisponibilidade de M., que demonstra uma ausência participativa (não física) em algumas atividades, ou seja, mesmo estando presentes na sala, as mães ignoraram ou desvalorizam a criança, como é o caso de M. que já demonstra alguma saturação “Não sei (...) Não sei quem é esse (...) também não sei” (sic.) [F4], ou quando C. vai brincar com os carros e M. continua a desenhar [F8].

Outra Unidade de Registo que surge é M. e C. Brincam Juntos, ou seja, mais do que partilharem o mesmo espaço físico, mãe e criança envolvem-se na mesma atividade, partilham a mesma brincadeira, o que acontece com a maioria das mães em mais do que

um momento, o que demonstra envolvimento com a criança, e demonstram satisfação durante aquele tempo, como o caso de M. e C. que desenham juntos [F1, F2, F5].

Relativamente à Unidade de Registo M e C. Brincam sem Interação, verificou-se que apenas uma das mães [F1] num determinado momento partilha com a criança o mesmo brinquedo, mas sem interação, ou seja, partilham o lego, mas cada um constrói uma torre, sem interagirem, não havendo qualquer interação afetiva ou verbal.

Outra Unidade de Registo que surge é M. Solicita C. para brincar e esta acede. Aqui verificámos que mesmo sendo o brincar livre para a criança, a mãe toma iniciativa ao sugerir uma atividade e a criança acede como no caso de a mãe sugerir irem brincar com o puzzle e a criança aceitar ou a mãe sugerir uma casa com legos “Queres fazer uma casa? Gostas?” (sic.) [F5].

A última Unidade de Registo que surge é M. Solicita C. para brincar e esta não acede o que se verificou em apenas uma situação em que a mãe sugere “Olha aqui estes tão bonitos aqui ... olha aqui a mãe ... Olha aqui o lego” (sic.) mas a criança não quer “Oh mãe eu quero brincar com isto (carros) ” (sic.) [F8].

Tabela 8. Descrição da categoria Interação da Mãe (M.) no BL

Categoria	Subcategoria	Unidades de Registo	Unidades de contexto (Exemplos)	fo	%
Interação da Mãe	Participação lúdica	Disponibilidade da M.	[F1] “Vamos fazer os dois” (30’’) [F2] “Queres ajuda?” (4’35’)	13	36.11
		Indisponibilidade da M.	[F1] C. vai buscar um livro, M. folheia-o rapidamente e diz “ <i>Já acabou, vai lá buscar os legos</i> ” (7’03’’) [F4] C. faz perguntas a M. e esta não lhe quer dizer “ <i>Não sei (...) Não sei que é esse (animal)</i> ” (3’48’)	8	22.22
		M. e C. brincam juntos	[F3] M. e C. constroem uma torre juntos (45’)	9	25
		M. e C. brincam, mas sem interação	[F1] Brincam ambos com os legos, mas cada um constrói a sua “torre (9’26’)	2	5.56
		M. solicita C. para brincar e esta acede	[F5] “Queres fazer uma casa? Gostas?” (14’’) “Queres uma ponte?” (37 seg)	3	8.33
		M. solicita C. para brincar e esta não acede	[F8] “ <i>Olha aqui estes tão bonitos aqui ... olha aqui a mãe ... Olha aqui o lego</i> ” (sic.) (6’35’)	1	2.78
				36	100

Nota: Síntese das subcategorias e respetivas unidades de registo na categoria Interação da Mãe, no BL (M. – Mãe; C. – Criança; F- Família)

A terceira e última Categoria que surge durante o BL é o Comportamento da Criança que engloba as subcategorias Expressão e Participação Lúdica. Na subcategoria Expressão surgem duas Unidades de Registo, nomeadamente Rir onde a criança se ri com entusiasmo quando a mãe desenha uma casa [F6] ou quando a mãe imita o som de algum animal [F7], e Gritar onde a criança demonstra insatisfação quando a mãe tenta montar duas peças do lego e a criança tira-lhas da mão gritando “Não (...) Não (...) É papa” (sic.) [F4].

Dentro da subcategoria Participação Lúdica conseguimos detetar quatro Unidades de Registo que passamos a descrever de seguida. A primeira é C. Obedece a M. quando esta pede para a criança apanhar um brinquedo do chão e para o arrumar [F1].

Outra Unidade de Registo é C. ignora a M., que se verificou em duas situações, quando a mãe sugere à criança fazerem uma tartaruga, mas a criança não lhe responde [F5], ou quando a mãe dobra o desenho da criança e tenta ensiná-la, mas esta não lhe responde nem olha para a mãe e continua a brincar com os carrinhos [F8].

A terceira Unidade de Registo que surge é C. solicita M. para brincar e esta acede onde se verifica em dois momentos que a criança faz questão de integrar a mãe na sua atividade e pede-lhe que faça um desenho: C. dá uma folha e um lápis a M. e pede para ela desenhar [F2] e C. pede a M. para desenhar uma casa e M. desenha [F6].

A última Unidade de Registo, Iniciativa de C. para outra atividade, torna-se uma situação recorrente (nove ocorrências) ao longo dos 10 minutos e demonstra a iniciativa da criança em explorar o maior número de brinquedos possível, mesmo que esteja a meio de uma atividade com a mãe. Por exemplo, durante o tempo em que estão a desenhar, C. levanta-se, volta a sentar-se e começa a pegar nos animais [F2]; C. deixa M. a brincar com os animais e vai brincar com os legos [F4].

Tabela 9. Descrição da categoria Comportamento da C. no BL

Categoria	Subcategoria	Unidades de Registo	Unidades de contexto (Exemplos)	fo	%
Comportamento da C.	Expressão	Rir	[F6] C. ri-se com grande entusiasmo quando M. pega no lápis para desenhar a casa (3'12'')	2	11.11
		Gritar	[F4] M. monta 2 peças do lego e C. grita, tirando-lhe as peças da mão sempre que M. pega em alguma “ <i>Não (...) Não (...) É papa</i> ” (sic.) (8'50'')	1	5.56
	Participação lúdica	C. obedece a M.	[F1] M. pede para C. apanhar um brinquedo que cai no chão e prontamente C. apanha (3'01'')	2	11.11
		C. ignora M.	[F8] M. dobra o desenho de C. e tenta ensiná-la, mas C. não lhe responde nem olha pra M. e continua a brincar com os carrinhos (6'35'')	2	11.11
		C. solicita M. para brincar e esta acede	[F2] C. dá uma folha e um lápis a M. e pede para ela desenhar (5'40'') [F6] C. pede a M. para desenhar uma casa e M. desenha (2'50'')	2	11.11
		Iniciativa de C. para outra atividade	[F5] M. está a brincar com os legos e pede a C. que a ajude, entretanto C. levanta-se e vai para a mesa brincar com os animais (2'05'')	9	50
				18	100

Nota: Síntese das subcategorias e respetivas unidades de registo na categoria Interação da C. no BL (M. – Mãe; C. – Criança; F – Família)

No segundo momento, o Brincar Dirigido (BD), com duração de 10 minutos a primeira Categoria que surge, refere-se ao Comportamento da Mãe. Esta categoria subdivide-se nas subcategorias Comunicação Verbal e Comunicação Não-verbal.

Dentro da Comunicação Verbal encontramos quatro Unidades de Registo. A primeira refere-se à Comunicação Positiva que surge 12 vezes, o que demonstra um grande investimento por parte das mães em valorizar o esforço da criança, ou o facto de a mãe ser educada e pedir algo de forma delicada ou agradecer: “Ah esta é aqui, desculpa” (sic.) [F1]; “consegues sim (...) Consegues sim, anda lá (...) Tu consegues (...) Tenta” (sic.) [F5]; “Muito linda” (sic.) [F7]. Segue-se a Comunicação Negativa como segunda Unidade de Registo, que se verificou através de várias chamadas de atenção por parte das mães e de quererem ser elas a coordenar as regras: C. quer colocar uma peça do lego e

M. diz-lhe que ali não [F1]; “Não, não é aí tas distraída” (sic.) [F4]; M.: “Tem que ser direitinho, olha eu a fazer direitinho” (sic.) [F8].

A Unidade de Registo Interação Verbal indica que também aqui a comunicação é valorizada e está muito presente durante este período, onde as mães estimulam os filhos, têm paciência para explicar regras e ajudam a promover o raciocínio da criança, ou a criança interage com a mãe, faz perguntas, dá respostas e conta com a disponibilidade da mãe: “Onde fica o peixinho? (...) Na água” (sic.) [M. F4]; “Dá-me a laranja (...) Agora procura o morango” (sic.) [M. F8].

A última Unidade de Registo são as Ordens, que ocorreu 12 vezes, indica que na sua maioria as mães tiveram de se impor de forma autoritária: “Vá começa a fazer” (sic.) [M. F1]; “Não, agora vamos brincar com os legos” (sic.) [M. F6]; “Não, agora vamos jogar um jogo, a caneta fica ali” (sic.) [M. F7].

A subcategoria que se segue é Comunicação Não-verbal, com duas Unidades de Registo. A primeira refere-se à Comunicação Positiva que expressa comportamentos afetivos entre mãe e criança, como dar um beijo: M. pede um beijo a C. e este dá-lhe [F1]; M. abraça C. e dá-lhe um beijo na face [F3]. Quanto à Unidade de Registo Comunicação Negativa revela um comportamento por parte da mãe menos próprio em relação à criança, no sentido em que a mãe não consegue obter o que pretende da criança e opta por adotar comportamentos autoritários como por exemplo retirar os brinquedos das mãos da criança: C. quer desmontar uma parte da torre de legos e M. afasta-lhe a mão [F1]; M. dá uma palmada “suave” na perna de C. para que esta brinque com ela [F2]; M. tira o puzzle da mão de C.: “Agora estamos a brincar com os legos” (sic.) [F6].

Tabela 10. Descrição da categoria Comportamento da M. no BD

Categoria	Subcategoria	Unidades de Registo	Unidades de contexto (Exemplos)	fo	%
Comportamento da M.	Comunicação Verbal	Positiva	[F5] M. incentiva C. a desenhar depois de este dizer que não consegue (ex.: “consegues sim (...) Consegues sim, anda lá (...)” [F7] “Que linda” (16’26’’)	12	22.22
		Negativa	[F2] M. diz a C. que ela perdeu porque não acabou o jogo (14’03’’) F8] M. quer que C. coloques as peças do puzzle direitas “Tem que ser direitinho, olha eu a fazer direitinho” (14’57’’);	8	14.81
		Interação Verbal	[F2] “Como faz o porco”? (16 min) [F4] “onde fica o peixinho? (...) Na água” (16 min)	11	20.37
		Ordens	[F6] “Não, agora vamos brincar com os legos” (10’47’’) [F7] “Não, agora vamos jogar um jogo, a caneta fica ali” (18’14’)	12	22.22
	Comunicação Não-verbal	Positiva	[F3] M. abraça C. e dá-lhe um beijo na face (14’50’’);	5	9.26
		Negativa	[F6] M. tira o puzzle da mão de C. (“Agora estamos a brincar com os legos” (sic.) (11’20’’)	6	11.11
				54	100

Nota: Síntese das subcategorias e respetivas unidades de registo do Comportamento da M. no BD (M. – Mãe; C. – Criança; F – Família)

Na Categoria Interação da M., com a subcategoria Participação Lúdica (Tabela 11) encontrámos cinco Unidades de Registo. A primeira, Disponibilidade de M. demonstra que a mãe está disponível a ajudar a criança, que brinca com ela, que lhe responde quando é solicitada, o que é demonstrado pela maioria das mães mais que uma vez: M. tenta sempre envolver C. nas atividades que sugere, mas mesmo C. ignorando, M. interage sempre com ele (M. atira carrinhos para C. brincar com ela (...) “A mamã ajuda” (sic.) [F3]; “Faz tu agora os olhos (...) Faz duas bolinhas. Depois pintamos no fim” (sic.) [M. F5].

Na Unidade de Registo Indisponibilidade de M. a mãe não acede a pedidos feitos pela criança, ignora, ou impede a realização de alguma tarefa, o que está presente em duas mães: C. quer colocar uma peça na torre de legos e M. não deixa [F1]; C. fala para M., chama-a, mas M. não lhe responde [F8.]

A terceira Unidade de Registo M. e C. brincam juntos, demonstra que em alguns momentos as atividades são partilhadas, mãe e criança estão envolvidas na mesma

brincadeira, o que acontece com todas as famílias, neste segundo momento de interação: M. e C. brincam com os animais imitando ambos os sons [F1]; M. e C. montam o puzzle juntos [F4].

Na Unidade de Registo M. solicita C. para brincar e esta acede, significa que a criança está disposta em alguns momentos em aceitar as ideias propostas pela mãe, deixa que seja a mãe a escolher o/os brinquedo/s e participa de forma livre na atividade: M. diz a C. para irem os dois pintar um céu com nuvens [F1]; “Queres fazer um jogo com a mãe?” (sic.) [F4]. Em oposição surge a Unidade de Registo M. solicita C. para brincar e esta não acede, em que a mãe sugere a atividade, ou escolhe os brinquedos, mas não consegue convencer a criança a brincar com ela, o que acontece em algumas situações na maioria das famílias: “Anda jogar (...) Tô a ver que não queres (...)” (sic.) [F6]; M. diz a C. para brincarem com os legos, mas C. não quer “Não...amanhã” (sic.) [F8].

Tabela 11. Descrição da categoria Interação da M. no BD

Categoria	Subcategoria	Unidades de Registo	Unidades de Contexto (Exemplos)	n	%
Interação da mãe	Participação lúdica	Disponibilidade da M.	[F3] Como C. não quer brincar com o puzzle que M. sugeriu, M. vai para junto de C. brincar com os legos	7	18.42
		Indisponibilidade da M.	[F1] C. quer colocar uma peça na “torre” de legos e M. não deixa (12’20’’)	5	13.16
		M. e C. brincam juntos	[F6] M. e C. brincam com os legos (11’20’’) [F7] M. e C. montam o puzzle juntas (12’21’’)	10	26.31
		M. solicita C. para brincar e esta acede	[F1] M. diz a C. para irem os dois pintar um céu com nuvens (19’58’’) [F4] “ <i>Queres fazer um jogo com a mãe?</i> ” (10’33’’)	7	18.42
		M. solicita C. para brincar e esta não acede	[F6] “ <i>Anda jogar (...) Tô a ver que não queres (...)</i> ” (16’03’’)	9	23.68 %
				38	100

Nota: Síntese das subcategorias e respetivas unidades de registo da Interação da M. no BD (M. – Mãe; C. – Criança; F – Família)

Seguindo agora para a Categoria Comportamento da Criança, encontrámos duas subcategorias, nomeadamente Expressão e Participação Lúdica. Na primeira surge apenas uma Unidade de Registo que se refere ao Rir, que expressa um momento em que a criança

se ri num determinado momento e que acontece com duas díades: C. ri-se bastante quando brinca com M. com os animais e imitam sons [F1]; C. ri-se quando M. começa a fazer sons com as peças do lego [F7].

Dentro da Participação Lúdica encontrámos quatro Unidades de Registo. A primeira C. obedece a M. representa a obediência imediata da criança, a uma ordem da mãe, sem questionar ou fazer birra: M. pede a C. para arrumar os legos antes de iniciar outra atividade e C. arruma [F4]; C. arruma os carros pela ordem que M. lhe diz [F8].

Na segunda Unidade de Registo encontramos C. ignora M. em que a criança finge não ouvir, não responde ou não brinca com a mãe, o que pode indicar que a criança quer ter um momento apenas seu, brincar à sua maneira sem querer ajuda ou a participação da mãe: M. diz a C. para brincarem com outros brinquedos, mas C. ignora e não responde [F3]; M. tenta incentivar C. a brincar com os carros mas C. vira a cara e não quer [F7]; M. constrói uma cerca com legos e C. não liga, brincando com os carros [F8].

Surge uma terceira Unidade de Registo que se refere ao Comportamento Desadequado da criança, em que esta se expressa de forma desadequada: C. começa a atirar os animais para o chão [F1]; C. começa a atirar os animais para o chão [F5].

Na última unidade de registo Iniciativa de C. para outra atividade e que é muito recorrente durante este segundo momento, percebe-se que a criança, mesmo acedendo ao pedido da mãe para brincar, rapidamente se entretém com outros brinquedos, pára o que está a fazer com a mãe e procura outra atividade, o que demonstra que o seu papel é sempre mais ativo na procura de novas atividades: após começarem a brincar com o puzzle, C. volta para a mesa e chama M. [F2]; M. continua a montar o puzzle, C. levanta-se e vai brincar com os animais [F6]; “Agora vamos brincar com isto” (sic.) [C. F8].

Tabela 12. Descrição da categoria Comportamento da Criança (C.) no BD

Categoria	Subcategoria	Unidades de Registo	Unidades de contexto (Exemplos)	fo	%
Comportamento da Criança (C.)	Expressão	Rir	[F1] C. ri-se bastante quando brinca com M. com os animais e imitam sons (17'')	2	7.41
	Participação lúdica	C. obedece a M.	[F8] C. arruma os carros pela ordem que M. lhe diz (12'05'')	4	14.81
		C. ignora M.	[F3] M. diz a C. para brincarem com outros brinquedos, mas C. ignora e não responde (13'55'')	7	25.93
			[F6] M. faz o puzzle e C. não lhe dá atenção “Então ____ não estás concentrada, vá concentra aqui vá” (sic.) (14'30'')		
		Comportamento desadequado	[F1] C. começa a atirar os animais para o chão (17'02'')	4	14.81
		[F5] C. começa a atirar os animais para o chão (2'03'')			
	Iniciativa de C. para outra atividade	[F1] C. não quer brincar com os legos e levanta-se da mesa (13'41'')	10	37.03	
		[F3] C. deixa M. a brincar com os carros e vai brincar com os legos (11'17'')			
				27	100

Nota: Síntese das subcategorias e respetivas unidades de registo do Comportamento da Criança no BD (M. – Mãe; C. – Criança; F – Família)

O terceiro momento, a Arrumação (ARM) com duração de 5 minutos, é sintetizado nas tabelas 13 e 14.

A tabela 13 contém a primeira Categoria, referente ao Comportamento da Mãe, da qual emergem apenas uma subcategoria, nomeadamente a Comunicação.

Dentro da Comunicação, a primeira unidade de registo que surge é M. pede a C. para arrumar o que permitiu verificar de que forma a mãe dá esta ordem específica para uma tarefa que faz parte da interação. Assim, tomamos como alguns exemplos as seguintes mães: “Olha agora temos que arrumar (...) temos que ir pra casa (sic.) [F1]; “____ vamos arrumar os brinquedos? Ajuda a mãe” (sic.) [F3]; “Olha queres ir ao parque andar de baloiço? (...) “Então temos que arrumar isto aqui pode ser? Ajudas a mãe a arrumar? Vamos ver quem arruma mais rápido” (sic.) [F5].

De seguida surgem outras duas unidades de registo, a comunicação Positiva e comunicação negativa, onde se verifica uma maior quantidade de afirmações positivas, que elogiam e reforçam o esforço da criança em arrumar: “Já tá tudo arrumado meu amor” (sic.) [F3]; “Sim Se faz favor” (...) “tás a ser muito bonito” (sic.) [F5]; e nas afirmações

Negativas, as mães criticam a forma como a criança está a realizar a tarefa: “Estás a arrumar mal” (sic.) [F4]; “Nem parece que to a te conhecer ____” (sic.) [F6].

A unidade de registo Interação Verbal, indica novamente a importância da comunicação durante aquele momento, em que a mãe ajuda a criança a arrumar a sala de forma lúdica: M. e C. vão contando o número de peças do lego conforme C. as vai colocando no saco [F3]; “O que é isso?” (sic.) [F6].

As Ordens surgem novamente como unidade de registo, uma vez que as mães sentem a necessidade de dar ordens de forma mais autoritária, e dar ordens específicas para que as coisas fiquem arrumadas como elas pretendem: “Vai arrumar o jogo onde estava (...) Não estava assim” (sic.) [F4]; “Vá olha ali (...) vai buscar (...)” (sic.) [F6]; “Põe estas na mesa (...) E estas também” (sic.) [F7].

Tabela 13. Descrição da categoria Comportamento da Mãe (M.) no ARM

Categoria	Subcategoria	Unidades de Registro	Unidades de contexto (Exemplos)	fo	%
Comportamento da Mãe (M.)	Comunicação	M. pede a C. para Arrumar	[F1] “Olha agora temos que arrumar (...) temos que ir pra casa” (sic.) (20’10’’) [F5] “Olha queres ir ao parque andar de baloiço? (...) então temos que arrumar isto aqui pode ser? Ajudas a mãe a arrumar? Vamos ver quem arruma mais rápido” (sic.) (11’05’’) (sic.) (23’44’’) [F7] “Boa, que linda” (sic.) (21’58’’) [F4] “Estás a arrumar mal” (sic.) (20’27’’) [F3] “Já tá tudo arrumado meu amor” (sic.) (23’44’’) [F7] “Boa, que linda” (sic.) (21’58’’) [F4] “Estás a arrumar mal” (sic.) (20’27’’) [F3] Juntos, M. e C. vão contando o número de peças do lego conforme C. as vai colocando no saco. [F8] C. vai arrumando e M. vai dizendo as cores dos legos e dos carros.	11	32.35
		Positiva	[F3] “Já tá tudo arrumado meu amor” (sic.) (23’44’’) [F7] “Boa, que linda” (sic.) (21’58’’) [F4] “Estás a arrumar mal” (sic.) (20’27’’) [F3] Juntos, M. e C. vão contando o número de peças do lego conforme C. as vai colocando no saco. [F8] C. vai arrumando e M. vai dizendo as cores dos legos e dos carros.	6	17.65
		Negativa	[F4] “Estás a arrumar mal” (sic.) (20’27’’) [F3] Juntos, M. e C. vão contando o número de peças do lego conforme C. as vai colocando no saco. [F8] C. vai arrumando e M. vai dizendo as cores dos legos e dos carros.	2	5.88
		Interação Verbal	[F3] Juntos, M. e C. vão contando o número de peças do lego conforme C. as vai colocando no saco. [F8] C. vai arrumando e M. vai dizendo as cores dos legos e dos carros.	6	17.65
		Ordens	[F2] “Estou a falar contigo, olha pra mim” (sic.) (25’30’’) [F6] “A mãe falou para arrumares (...) vá anda” (sic.) (23’28’’) [F3] Juntos, M. e C. vão contando o número de peças do lego conforme C. as vai colocando no saco. [F8] C. vai arrumando e M. vai dizendo as cores dos legos e dos carros.	9	26.47
				34	100

Nota: Síntese das subcategorias e respetivas unidades de registo do Comportamento da Mãe no ARM (M. – Mãe; C. – Criança; F – Família)

Na Categoria Comportamento da Criança encontramos duas subcategorias: Expressão e Participação Lúdica.

Na Expressão surgem três Unidades de Registo, Chorar, Rir e Gritar. Na Unidade de Registo Chorar, M. coloca C. sentado na cadeira, de castigo por este não arrumar e C. chora [F2]; M. puxa a mão de C. para que ela largue o saco dos brinquedos e esta chora [F7]. Na Unidade de Registo, Rir, a criança tenta puxar a mãe para brincar em vez de arrumar a sala e ri-se enquanto desarruma as almofadas tentando assim que M. entre na brincadeira, para não ter que arrumar a sala [F1]. Por último temos a Unidade de Registo Gritar, em que a criança eleva o tom de voz quando está a ser contrariada: C. começa a elevar o tom de voz quando M. lhe tira os lápis da mão [F2], ou quando quer dar uma ordem à mãe: “Senta...Senta...Senta....Senta!” (sic.) [C. F6] “Calma a mãe senta, não é preciso gritar” [M. F6].

Na subcategoria Participação Lúdica surgiram três Unidades de Registo. A primeira, Obedecer, mostra a criança a cumprir a tarefa que lhe foi pedida pela mãe sem questionar: C. arruma os brinquedos quando M. lhe pede [F4]; C. obedece e começa a arrumar os brinquedos com a ajuda da M. [F5].

Na segunda Unidade de Registo, Desobedecer, a criança expressa que não quer arrumar, prefere continuar a brincar, ignorando os pedidos da mãe: C. diz que não quer arrumar e tenta brincar com M. [F1]; M. diz que C. não pinta mais, mas ela agarra numa folha e lápis e vai para a mesa pintar [F2].

Por último surge o Comportamento Desadequado, que ocorre apenas uma vez, em que a criança começa a atirar os brinquedos para cima da mãe e para o chão, sem que haja uma repreensão por parte da mãe [F7].

Tabela 14. Descrição da categoria Comportamento da C. no ARM

Categoria	Subcategoria	Unidades de Registo	Unidades de contexto (Exemplos)	n	%
Comportamento da Criança (C.)	Expressão	Chorar	[F1] M. coloca C. sentado na cadeira, de castigo por não arrumar e C. chora (23'35'')	2	10
			[F7] C. chora porque M. lhe tira o saco dos brinquedos da mão" (21'24'')		
		Rir	[F1] C. ri-se enquanto desarruma as almofadas e tenta assim que M. entre na brincadeira, para não ter que arrumar a sala	1	5
		Gritar	[F2] C. começa a elevar o tom de voz quando M. lhe tira os lápis da mão (25'21'')	2	10
			[F6] C. vai sentar-se na cadeira e chama M. para se sentar ao lado dela, gritando "Senta...Senta...Senta...Senta!" (24'35'')		
		Participação lúdica	Obedecer	[F1] Após o castigo, M. volta a perguntar se C. a quer ajudar, e ele diz que sim (24'02'')	8
			[F8] C. começa logo a arrumar assim que M. lhe pede (20'12'')		
	Desobedecer		[F1] M. diz que o ajuda, mas C. não quer arrumar (21'41'')	6	30
			[F2] M. diz para C. arrumar os lápis e C, responde "Não" (sic.) (25'53'')		
		Comportamento desadequado	[F7] C. começa a atirar os brinquedos com força para dentro do saco, para cima da mãe e para o chão, mas M. nada diz e apanha-os do chão (23'59'')	1	5
				20	100

Nota: Síntese das subcategorias e respetivas unidades de registo do Comportamento da C. no ARM

Parte IV - Discussão

Discussão

Ao analisarmos as características das FM, as vivências comuns destas participantes, as suas características parentais e por fim a interação lúdica entre mãe-criança, cabe-nos agora fazer uma ligação entre aquilo que foram os objetivos e questões propostas, com os resultados obtidos de acordo com o que sustenta a literatura. A primeira questão foi a seguinte:

1. Conhecer as características sociodemográficas e clínicas comuns de um grupo de famílias multiproblemáticas;

Verificámos que das oito participantes, seis encontram-se desempregadas e apenas duas trabalham, o que de acordo com Alarcão (2006) caracteriza estas famílias como tendo poucos recursos económicos, contudo este não é por si só um indicador de disfuncionalidade familiar. O número de filhos varia entre um e quatro, e apenas três delas têm um filho apenas. No que se refere ao tipo de família, existem duas famílias monoparentais, três reconstituídas, duas alargadas e apenas uma nuclear. Gómez, et al. (2007) referem que estas famílias são na sua maioria monoparentais, o que não se enquadra na realidade da nossa amostra, no entanto temos de considerar que são apenas oito famílias, todas elas com estruturas diferentes.

A segunda e terceira questão são:

2. Conhecer as necessidades das famílias multiproblemáticas;
3. Conhecer a história da família, bem como o seu funcionamento e a dinâmica familiar;

No que se refere às necessidades das famílias, e às suas histórias de vida, são apresentados nos resultados obtidos através da análise fenomenológica, e que sintetizamos a seguir.

Um dos constituintes essenciais, Família de origem, é apresentado como sendo comum à maioria das participantes, marcada pela ausência de suporte afetivo, com relações conflituosas com as suas progenitoras, o que vai ao encontro do que diz a literatura, pois de acordo com Melo (2011) estas famílias possuem uma capacidade de resposta insuficiente no que se prende com as necessidades dos filhos. Também Cacrini, et al. (1997) reforçam que estas famílias são caracterizadas por negligência parental no que respeita às atividades funcionais e relacionais, no entanto, algumas destas participantes que foram criadas por outros elementos da família, não atribuem culpa à escolha das suas progenitoras, alegando que por detrás destas decisões, terão tido os seus motivos, e consideram no geral que as suas relações familiares foram normais.

No que respeita às Relações Abusivas, que integram outro constituinte essencial, a maioria destas participantes foi sujeita a este tipo de abusos físicos e/ou psicológicos, e presenciaram a mesma situação com outros elementos da sua família, o que é sustentado por vários autores, que atribuem à violência, uma das características recorrentes destas famílias (Alarcão, 2006; Sousa, 2005; Linares, 1997). Como refere a literatura, a violência doméstica abarca todo o tipo de atos violentos, praticados em âmbito público ou em privado, sejam eles em resposta a uma provocação ou com o objetivo concreto (Redondo, Pimentel & Correia, 2012).

Gómez, et al. (2007), referem que estas famílias abarcam um conjunto de sintomas como as crises recorrentes, a falta de comunicação, a negligência, os maus tratos, a violência o abandono das funções parentais, o abuso de substâncias ou a exclusão social. Também Cancrini et al. (1997) apontam, nestas relações de abusos, uma configuração que se refere ao “Casal instável” que na sua maioria caracteriza casais muitos jovens com relações pouco duradouras, instáveis e conflituosas, o que impossibilita a constituição de famílias autónomas, e isto refletiu-se nas primeiras experiências que estas participantes vivenciaram, das quais nasceram os primeiros filhos e que hoje, apesar das vicissitudes da vida, encontraram estabilidade emocional para elas e para os filhos, encerrando assim episódios de vida que as marcaram.

Outro constituinte que se retirou das histórias das participantes refere-se ao momento da gravidez, dos seus filhos, que participaram também neste trabalho de investigação. A maioria das participantes referiu que a gravidez foi planeada pelo casal, o que caracteriza uma fase de transição para a parentalidade, descrita por Antunes (2008) como uma fase que conduz a importantes mudanças para o casal, e que indica que o casal está disposto a assumir este compromisso.

Nos casos em que a gravidez não foi planeada, as mães contaram com o apoio dos companheiros, e, no caso de F1, ela reatou a relação que havia terminado, pois a união foi a solução encontrada de forma a proporcionar o bem-estar da criança, o que indica o assumir de novas responsabilidades. A literatura aponta este momento como uma nova etapa no ciclo vital familiar, e a passagem do subsistema conjugal para o parental traz consigo novas funções parentais que incluem novos papéis, rotinas e responsabilidades (Relvas, 2004).

Relativamente à Parentalidade e ao constituinte que daí emerge, o Comportamento Parental, encontrámos dois significados psicológicos. O primeiro refere-se à Responsabilidade/Controlo/Monitorização e revelou que as participantes tendem a

adequar as suas atitudes, considerando o melhor para os seus filhos. Muitas vezes tomam consciência de que são demasiado protetoras, ou não têm paciência para os filhos, no entanto o facto de refletirem sobre isso é um aspeto positivo, pois a parentalidade é uma tarefa complicada e desafiante para qualquer mulher. A literatura refere que a parentalidade consiste em aprender a fazer crescer, cuidar, estimular, desenvolver, protegendo e controlando (Pires, 2010). Assim, é importante a capacidade de desenvolver a sua sensibilidade para as necessidades da criança, a preocupação com o seu bem-estar e transmitir valores (Alarcão & Pereira, 2010).

No que se refere ao Prazer/Conhecimento e Sensibilidade/aceitação, estes indicam que existe um certo nível de investimento parental por parte destas mães, e que elas sentem alegria e prazer nas suas funções parentais, nomeadamente no tempo que passam com os filhos, ou o facto de quererem agir de acordo com as necessidades ou interesses dos filhos. Referem que gostam de estar com eles, de dar carinho, mas por vezes sentem-se saturadas e isso reflete-se na disponibilidade para com os filhos. De acordo com a perspetiva psicológica do desenvolvimento, o investimento parental refere-se com o grau de empenho por parte do adulto, nas suas tarefas parentais, com o objetivo de proporcionar um bom desenvolvimento à criança (Freitas, 2011; Dinis, 2016).

A literatura tem mostrado que estas famílias multiproblemáticas, estão normalmente associadas a poucos recursos económicos, mas que só isto não é um indicador de uma família desestruturada, uma vez que estas famílias se encontram muitas vezes num emaranhado de problemas e crises sucessivas. Estas famílias representam uma franja da nossa sociedade atual, o que exige um trabalho por parte dos técnicos, mais direcionado para as suas vivências. Os resultados obtidos revelam histórias de vida complicadas, com um padrão de poucos recursos económicos e afetivos, com marcas de violência física e psicológica que deixa cicatrizes que raramente desaparecem. As dificuldades inerentes a fracos recursos económicos, nomeadamente o acesso facilitado ou dificultado à educação, à formação profissional ou habitação pode conduzir à exclusão social e irá certamente refletir-se nos diversos contextos sociais que fazem parte da vida das pessoas (Costa, 1998, citado por Gomes, 2014; Sousa, 2005).

Também a estrutura destas famílias é caracterizada por constantes ruturas e reorganizações, tal como foi referido nas relações conjugais destas participantes, o que muitas vezes impediu o amadurecimento das mesmas.

Outro dos objetivos era o de perceber qual o EP predominante nestas famílias e qual o nível de Investimento Parental das mesmas, com a seguinte questão:

4. Perceber qual o Estilo Parental predominante nestas famílias, bem como o nível de Investimento Parental;

Como é possível observar através dos resultados obtidos na figura 1, as famílias na sua maioria percecionam a sua própria autoridade parental de acordo com o EP Autoritativo. Estes valores, apesar da amostra reduzida, vão de encontro com o estudo realizado por Pires, et al. (2010), onde se concluiu que o EP predominante na população portuguesa é na sua maioria autoritativo de estilo puro (quase 86% da amostra).

Os resultados evidenciam que estas mães adotam uma postura assente em regras e limites tendencialmente claros, indica que são afetuosas e responsivas e que possibilitam que os filhos possam agir de forma livre, mas responsável, primam pela comunicação aberta e atendem às necessidades e direitos dos filhos, demonstram maior eficácia parental (Baumrind, 1967; Darling & Steinberg, 1993).

No entanto, a F6 apresenta uma média mais elevada no EP Autoritário ($M = 4.6$, $DP = .52$) o que poderá ser indicador de uma autoridade pautada por grandes níveis de controle e reestrutividade, condicionando assim a sua autonomia e individualidade, não havendo espaço para que as regras sejam quebradas. Este estilo reflete uma autoridade controladora e restrita, e exige um padrão de respeito e subordinação por parte da criança (Baumrind, 1978).

A F8 apresenta $M = 4.2$ no EP Autoritativo correspondendo o valor mais elevado que reflete um estilo que preza a comunicação bilateral, a afetuosidade e responsividade parental, sendo este o estilo mais equilibrado (Pires, 2010), contudo a F8 apresenta um $M = 4.1$ no EP Autoritário, o que poderá indicar um EP misto (autoritativo-autoritário).

Relativamente aos resultados obtidos na Escala de Investimento Parental, revelam que as participantes apresentam valores muito baixos, o que pode indicar que existe pouco prazer e alegria na experiência parental. A escala de Aceitação do papel parental revelou-se como a mais elevada, o que poderá indicar que as escolhas das mães recaem de acordo com os interesses dos filhos, ou que elas agem de acordo com o que acham mais importante para os seus filhos.

Propusemo-nos também a conhecer as interações mãe-criança através da observação sistemática de situação padronizada através do brincar livre/dirigido e desta forma aprofundar o conhecimento acerca das díades mãe-criança de famílias multiproblemáticas. Colocámos para isso, as seguintes questões:

5. Quais as características da interação mãe-criança predominantes em famílias multiproblemáticas;

6. Conhecer as interações mãe-criança através do brincar livre/dirigido;

Leal (2001) salienta o quão importante são as relações entre mãe-criança e porque é importante estudá-las, e se contribuirmos para que as mães sejam orientadas de forma ajustada, serão uma mais valia na construção das brincadeiras dos filhos (Goldfeld & Chiari, 2005).

Poletto (2005), refere que pouco se sabe acerca do brincar de crianças provenientes de famílias com poucos recursos económicos, e das suas interações lúdicas com a família, por isso a autora considera importante que se estude esta interação.

É possível verificar através da tabela 6 que entre o momento do BL e do BD, existe uma diferença que se refere a um aumento de ocorrências no BD. Enquanto que no BL, o Comportamento da Mãe verifica-se $fo = 40$, no BD verificam-se $fo = 54$. o que poderá indicar que a mãe, ao saber que este momento era dirigido por si na interação lúdica, poderá ter condicionado o seu comportamento e fez com que assumisse um papel de acordo com o que lhe foi pedido de início, tornando-se mais comunicativa e com mais interação na atividade.

Também na Interação da Mãe, observou-se um aumento ligeiro do BL para o BD, que pode significar que a mãe continuou a interagir com a criança e dessa forma tentou sempre adequar o seu papel face à situação.

O Comportamento da Criança, também aumentou, em número de ocorrências do BL para o BD. Isto pode significar que o fato de a mãe ter tentado mudar a direção do jogo e tentar ser ela a dirigir a interação pode ter provocado na criança a necessidade de querer contornar a situação a seu favor de forma a continuar a ser ela a dirigir o brincar, aceitando ou não as sugestões da mãe, ou por vezes ignorando-a.

Por fim o momento da ARM apresenta um total de $fo = 54$ ocorrências, mas importa lembrar que aqui decorreram apenas 5 minutos, ao contrário dos 10 minutos para o BL e o BD.

No BD, o comportamento da mãe inclui a comunicação verbal e não verbal, representando 45.38%, seguida da Interação da mãe com 31.93% e por fim o Comportamento da criança representou 22.96%, num total de 119 ocorrências. Isto indica que também aqui a comunicação foi privilegiada, incluindo a negativa e a positiva, e que teve um aumento no número de ocorrência talvez justificado pelo facto de ser a mãe a dirigir o brincar neste momento.

Pudemos verificar que no BL, a comunicação negativa foi bastante representativa, em relação à comunicação positiva, onde observámos alguma ironia, desvalorização,

saturação das mães durante as atividades das crianças e pouca margem para a criatividade. Isto pode demonstrar que as mães a determinada altura não seguem a criança, já demonstram alguma saturação e já não estão dispostas a seguir as vontades da criança.

Houve também muita interação verbal, ou seja, as mães na sua maioria foram interagindo com os filhos, demonstrando que são crianças capazes de responder aos que lhes é pedido e que sabem os nomes das coisas. Também as ordens representaram uma parte considerável no comportamento das mães, o que poderá indicar alguma imposição nas escolhas das crianças, uma vez que durante este momento de BL, as mães tentaram por várias vezes dirigir algumas situações.

De acordo com a literatura, a comunicação recíproca, mas especialmente uma comunicação positiva entre criança e progenitor é um importante contributo para o desenvolvimento de competências sociais e para a capacidade de autorregulação da criança (Cummings, Davies & Campbell, 2000). No BD a comunicação positiva aumentou em relação ao BL e aumentou em relação à comunicação negativa. Aqui a comunicação positiva integrou os elogios e incentivos ao desempenho da criança, no entanto a comunicação negativa ficou pautada por chamadas de atenção e até de algumas imposições por parte da mãe, por ser ela a escolher as brincadeiras, o que por vezes não era bem aceite por parte da criança. Isto sustenta o que a literatura indica, uma vez que a função do adulto consiste em propor e não impor, de forma a manter a atividade lúdica, e porque uma atividade lúdica dirigida pelo adulto arrisca-se a perder o seu carácter lúdico (Dantas, 1998). Claro que aqui temos em conta o que foi pedido às mães, contudo isto serve para perceber alguma da dinâmica entre as díades, e a forma como as crianças aceitam ou não o que é proposto pelo adulto.

Em relação à Interação da Mãe na atividade lúdica, esta envolveu a sua disponibilidade ou indisponibilidade, se a díade interagia brincando, e se a criança estava disponível para o que a mãe lhe pedia. Na maioria, as mães estiveram disponíveis, quer na BL, quer na BD, estavam prontas a ajudar, a explicar as regras do jogo ou a explicar os nomes dos objetos. Desta forma demonstram que valorizam e apoiam os seus interesses e necessidades (Hohmann & Weikart, 2003).

Apesar disto, também se mostraram indisponíveis em algumas situações, contrariando ou não permitindo satisfazer alguma vontade expressa pela criança. Como refere Dantas (1998) o adulto deve dar continuidade à brincadeira, assumindo um papel de facilitador.

Relativamente ao comportamento da criança, quer na BL quer na BD, foi a categoria que menos representou em número de ocorrências. Podemos considerar que a criança gosta de brincar com o adulto, mas gosta mais de brincar sozinha, toma iniciativa para a escolha de outras brincadeiras, ou mesmo quando já iniciou uma atividade com a mãe, rapidamente procura outra para fazer. Como refere Borges (2008), a brincadeira acaba quando o adulto tenta brincar como se fosse a própria criança. É importante que os adultos percebam que o seu papel no brincar é somente de mediador, devem apenas estimular a criança, devem sempre sugerir ou convidar, e nunca impor ou obrigar. Devem permitir a criatividade e liberdade lúdica.

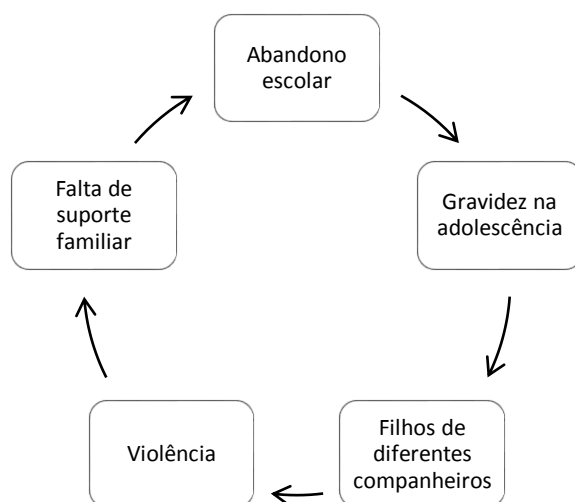
Alguns estudos indicam que a criança em contexto com adultos e outras crianças, detém um papel ativo em iniciar e manter as brincadeiras, quase sem a intervenção de um adulto. De salientar também que brincar com a criança é diferente de ser criança, e por vezes isso causa alguma inibição aos pais, porque não foram educados para isso (Borges, 2008).

Por fim, quanto ao momento da Arrumação, encontramos duas categorias. Uma refere-se ao comportamento da mãe, com uma subcategoria que se refere à comunicação, e a outra categoria refere-se ao comportamento da criança. Todas as mães pediram aos filhos para arrumar a sala, que na maioria começaram de imediato, contudo, houve espaço a algumas birras e choros por parte das crianças. Aqui elas demonstraram que ao serem contrariadas, reagem de forma impulsiva e quebram regras. Estas situações demonstram também que o momento de brincar está a ser prazeroso e a palavra arrumar significa o fim desse momento.

Verificámos também que no último momento, a interação entre mãe-criança foi privilegiada, uma vez que a mãe, ao dar uma ordem, favorece a comunicação ou outro tipo de interação, quer ao nível de ajuda, quer ao nível de incentivo inclusive, promover o desenvolvimento da criança através de jogos, contagens, descrever cores, entre outras atividades lúdicas.

O nosso objetivo geral foi o de conhecer de forma aprofundada as características comuns entre estas famílias, o que no fundo foi de encontro ao proposto, dadas as semelhanças encontradas nestas famílias. São histórias de vida traçadas por vivências conflituosas e violentas, com relatos diretos sobre as relações negativas com as progenitoras, e primeiros companheiros, e inclusive relações abusivas com outros familiares. A análise qualitativa permitiu explorar as experiências destas mães de forma a obter uma compreensão da sua realidade, privilegiando o discurso direto.

Apresentamos de seguida um esquema simples que nos indica os aspetos comuns entre estas participantes:



Limitações do estudo

Começando pela amostra do nosso estudo, sabemos que se tratou de uma amostra reduzida. Não foi possível aumentar o número de participantes, por se tratar de um projeto no âmbito do estágio académico e o que dificultaria o desenrolar das sessões, uma vez que o objetivo seriam 13 sessões por díade. Outro fator a considerar, foi o facto de nem todas as participantes estarem receptíveis, algumas inclusive chegaram a desistir.

Cada estagiária trabalhou durante o período do estágio com quatro díades, seguindo todos os procedimentos, para que o mínimo de diferenças houvessem, e optámos por juntar as participantes num grupo clínico para as respetivas dissertações, obtendo assim uma investigação qualitativa e outra quantitativa.

O método fenomenológico presente nesta investigação assenta numa análise subjetiva da experiência individual de cada uma das participantes, por parte do investigador. Algumas considerações finais são baseadas na história de vida destas mães, contudo não podemos generalizar a todas elas, pois cada uma experiencia a vida de forma diferente.

Outra limitação, ocorreu ainda no período do estágio, que contou com a desistência de algumas participantes a meio das sessões do projeto. Isto condicionou alguns resultados finais. Contudo este é um dado importante que deve ser tido em conta para que no futuro possamos colaborar de uma forma diferente e mais positiva com estas famílias.

Também é importante referir que o investigador desenvolveu este trabalho de forma esforçada, nomeadamente nos resultados da análise fenomenológica, mas sabemos o quão difícil é para uma pessoa, conseguir decifrar todas as hipóteses que envolvem fenómenos.

Potencialidades e Propostas de intervenção

No sentido de colmatar as fragilidades e necessidades destas famílias, seria importante apoiá-las, nomeadamente às mães solteiras, ou com histórias de vida marcadas por vivências traumáticas, de forma a fornecer-lhes ferramentas que lhes permitam crescer enquanto pessoas, que possam ajudá-las a procurar recursos para sustento pessoal e ajudá-las a serem autónomas e independentes, especialmente no que se refere às instituições de cariz social e aos apoios sociais a que muitas vezes recorrem.

Estas mulheres tentam fazer o melhor pelos filhos, de acordo com o que lhes foi transmitido e ensinado, logo se o que receberam na infância foi escasso e desajustado ao seu desenvolvimento, provavelmente esses padrões irão passar para gerações futuras. É igualmente importante que haja um corte nos ciclos de violência, que estas mulheres aprendam a valorizar-se e serem confiantes. Para isso, importa que as instituições que lidam com elas diariamente estejam capacitadas de técnicos preparados e empenhados em trabalhar em conjunto para alterar esta realidade.

No que respeita ao desenvolvimento das crianças, era importante que fossem criados projetos que envolvessem os pais, de todas as classes sociais, de forma a que percebam a importância do brincar como contributo para o crescimento saudável da criança, e de certa forma, ensiná-los a brincar com os filhos. Aquilo que parece tão simples como o brincar, envolve um processo complexo sobre a forma mais adequada de relacionar pais e filhos.

Conclusão

Chegamos à parte em que podemos refletir sobre os temas mais pertinentes que foram debatidos ao longo desta investigação, mais concretamente os resultados que obtivemos e que nos permitem contribuir para futuras investigações que possam daqui advir.

Através dos resultados que obtivemos neste estudo, consideramos que foram um contributo significativo para compreender e atender às reais necessidades das FM.

Como já foi referido, este trabalho surgiu de um projeto no decorrer do estágio académico. Teve por objetivo trabalhar com mães e crianças, no sentido de melhorar ou reforçar a qualidade das relações entre mãe-criança.

Começámos esta investigação, olhando para as questões da vida familiar destas participantes, e sobre as suas vivências do passado. Conseguimos encontrar muitas semelhanças entre estas histórias de vida, tais como a falta de suporte afetivo, as relações abusivas que marcaram de forma negativa estas mulheres, a gravidez na adolescência, a questão dos filhos de diferentes companheiros, ou o abandono escolar. Através da entrevista clínica, foi-nos possível obter uma visão diferente da realidade destas mães, uma vez que conseguimos ultrapassar a barreira que por vezes a literatura nos impõem e conseguimos ouvir e ver com outros olhos as dificuldades e as marcas que o passado pode deixar.

A escolha da metodologia qualitativa permitiu-nos uma aproximação da realidade destas famílias, uma vez que nos permitiu aceder a conteúdos mais subjetivos da realidade de cada participante. Permitiu-nos aceder às dificuldades destas mulheres, enquanto mães e enquanto mulheres que pretendem ser aceites pela sociedade.

Estes estudos tornam-se essenciais para que outras mulheres sejam ouvidas e acima de tudo compreendidas, principalmente pelos técnicos que exercem um trabalho direto nestas famílias, pois eles têm assim a possibilidade de lhes dar ferramentas essenciais para que consigam organizar-se interna e externamente, e isso irá conduzir a relações saudáveis e mais estáveis, nomeadamente com os filhos.

Através dos seus discursos, fomos percebendo que existem aspetos com impacto negativo na vida destas mulheres, tais como a ausência de suporte afetivo por parte dos progenitores, as relações de violência o abandono escolar, a gravidez precoce ou as várias relações com diferentes companheiros. Contudo, estas mulheres pretendem transmitir uma imagem adequada, de acordo com a sua desejabilidade social.

Durante estas sessões, foi possível verificar que nem sempre o que elas diziam correspondia à realidade, principalmente durante as sessões com os filhos, em que nem

sempre a autoridade parental correspondia aos resultados obtidos nos questionários. Nem todas as mães mostraram um EP autoritativo, mas na sua maioria autoritário, impondo-se através de ordens ou até de algum tipo de chantagens.

Foi também perceptível alguma dificuldade nas atividades lúdicas. Algumas mães demonstraram pouca sensibilidade ao brincar com as crianças, não permitindo a criatividade, pois consideram as regras mais importantes nestes momentos lúdicos. Podemos questionar se a falta de suporte afetivo possa ter contribuído de forma negativa na educação que estas mães transmitem aos filhos, ou se por outro lado, as leva a adotarem uma postura diferente da realidade que conheceram.

Se por um lado sabemos que o brincar é essencial para a criança, a interação com os adultos através das atividades lúdicas também. Verificámos que existem interações mais isoladas por parte das crianças, porque as mães têm dificuldade em se adaptar a determinados momentos. Estas dificuldades podem comprometer a relação entre mãe e filho e por consequência, comprometer o desenvolvimento da criança, que se encontra nesta altura da vida, carecida de suporte afetivo, emocional e social, pois daqui irá estruturar-se para se relacionar com os seus pares.

Nos três momentos (BL, BD e ARM) verificámos que a comunicação positiva foi caracterizada maioritariamente por elogios a nível do desempenho da criança, mas também houve críticas, momentos de desvalorização, de alguma ironia por parte da mãe e de saturação, em que a mãe de certa forma se desligou da criança. Aqui foi sentida a dificuldade que estas mães na sua maioria têm em brincar com os filhos.

É importante salientar novamente o esforço que foi feito por parte do investigador, no sentido de se ajustar ao método de análise escolhida para a investigação, mais precisamente o método fenomenológico, dada a dificuldade neste tipo de tratamento de dados feito apenas por uma pessoa, por isso é importante reforçar a continuação de estudos sobre estas temáticas através deste método e de outros que ficaram por explorar.

Concluo assim que este trabalho, apesar de ser constituído por um grupo de participantes muito reduzido, irá tornar possível a promoção das relações entre estas famílias, bem como com os técnicos das instituições que trabalham com elas diariamente, de forma a criarem respostas eficazes em situações de crise.

Referências Bibliográficas

- Abreu, J. S. R. (2011). *Reflexões em torno do conceito famílias multiproblemáticas: a visão do contexto escolar e dos professores sobre a crescente problematização das famílias e suas implicações*. Dissertação de Mestrado: Universidade do Minho, Braga.
- Aires, L. (2015). *Paradigma Qualitativo e práticas de investigação educacional*. Universidade Aberta.
- Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios familiares. Uma visão sistémica*. (3ª ed.) Lisboa: Quarteto Editora.
- Alarcão, M. & Pereira, D. (2010). Avaliação da parentalidade no quadro da proteção à infância. *Temas em Psicologia*, 18 (2), 499 – 517.
- Alhabib, S., Nur, U., & Jones, R. (2010). Domestic violence against women: Systematic review of prevalence studies. *Journal of Family Violence*, 25(4), 369-382.
- Almeida, A., André, I., & Almeida, H. (1999). Famílias e maus tratos às crianças em Portugal. *Análise Social*, 34(150), 91-121. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218798695T1vKY9iv7Ce08NU0.pdf>
- Antunes, M. (2008). *Relação conjugal no pós-parto: Diferenças de género*. Tese de Mestrado Integrado em Psicologia. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Bandeira, T. T. A., & Seidl-de-Moura, M. L. (2012). Mothers and fathers' beliefs about parental investment. *Paidéia*, 22 (53), 355-363.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. (4ª ed.). (A. R. Luís. & P. Augusto, Trad). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).
- Bateson, G. (1987). *Natureza e espírito*. Lisboa: Dom Quixote.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control and child behavior. *Child Development*, 37, 887-907.
- Baumrind, D. (1967). Child care practices anteceding three patterns of preschool behavior. *Genetic Psychology Monographs*, 75, 43-88.
- Baumrind, D. (1978). Parental disciplinary patterns and social competence in children. *Youth & Society*, 93 (3), 239-272.
- Baumrind, D. (1991). The influence of parenting style on adolescent competence and substance use. *Journal of Early Adolescence*, 11(1), 56-95.
- Bayle, F. (2006). *À volta do nascimento*. Lisboa: Climepsi.

- Bayle, F. & Martinet, S. (2008). *Perturbações da Parentalidade*. Lisboa: Climepsi.
- Belsky, J. (1997). Attachment, mating and parenting: Na evolutionary interpretation. *Human Nature*, 8, 361-373.
- Bertalanffy, V. (1977). *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Boni, V. & Quaresma, S. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Electrónica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 1, (2), 68-80.
- Borges, A. L.A. (2008). A criança, o brincar e a interação entre pais e filhos. *Revista Ed. Popular*, Unerlândia, 7, 120-126.
- Bowlby, J. (1981). *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bradley, R. H., Whiteside-Mansell, L., Brisby, J. A. & Caldwell, B. M. (1997). Parentes socioemotional investment in children. *Journal of Marriage and the Family*, 59 (1), 77-90. doi: 10.2307/353663.
- Brasil, M. L. S., & Schwartz, E. (2005). *As actividades lúdicas em unidade de hemodiálise*, 27 (2), 103-112. Retirado de <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHealthSci/article/viewFile/1430/800>
- Brofenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Cancrini, L., Gregorio, F. & Nocerino, S. (1997). *Las familias multiproblemáticas*. In M. Coletti e J. Linares (coords), *La intervención sistémica en los servicios sociales ante la familia multiproblemática. La experiencia de Ciutat Vella*. Barcelona, Paidós, 45-80.
- Cardoso, J. & Veríssimo, M. (2013). Estilos Parentais e relações de vinculação. *Análise Psicológica*, 4, (XXXI), 393-406.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (M. A. V. Veronese, Trad. 2ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Chizzotti, A. (2006). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. (8ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Cole, M., & Cole, S. (2004). *O desenvolvimento da criança e do adolescente*. (4ª Ed). Artmed Editora.
- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática* (2ªed.). Coimbra: Almedina.

- Couto, M. F. S. (2008). *A História transgeracional familiar e a decisão de institucionalização do idoso*. Dissertação de Mestrado. Universidade Fernando Pessoa.
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. (1ª ed.). Coimbra: Quarteto.
- Cummings, E. M., Davies, P. T., & Campbell, S. B. (2000). *Developmental psychopathology and family process. Theory, research and clinical implications*. New York: The Guilford Press.
- Dantas, H. (1998). Brincar e trabalhar. In T. M. Kishimoto (Ed.), *O brincar e suas teorias* (pp. 111-122). São Paulo: Pioneira Thomson learning.
- Darling, N. & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: an integrative model. *Psychological Bulletin*, 113, 487-496.
- Dias, M. O. (2011). Um olhar sobre a família na perspectiva sistémica: O processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento*, 139-156.
- Dinis, M. C. P. (2016). *O impacto da relação conjugal no investimento parental*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde. Universidade de Lisboa.
- Doron, R. & Parot, F. (2001). *Dicionário de Psicologia*. Lisboa: Climepsi.
- Eyberg, S. M. & Robinson, E. A. (1981). *Dyadic parent-child Interaction Coding System: a manual*. University of Washington.
- Eyberg, S. M., Nelson, M. M., Duke, M., & Boggs, S. R. (2009). *Manual for the Dyadic Parent-Child Interaction Coding System* (3ª ed.). University of Florida
- Eickman, S. H., Emond, A. M. and Lima, M. (2015). Evaluation of child development: beyond the neuromotor aspect. *Pediatrics*, 92 (3), 71-83.
- Ferland, F. (2006). *Vamos brincar? Na infância e ao longo de toda a vida*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Ferreira, D. T. J. (2009). *O brincar, o brinquedo e a interação lúdica com crianças no período escolar: estudo com um grupo de díades mãe-filho*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Fernando Pessoa.
- Fidalgo, J. G. F. (2009). *Influência da percepção de práticas educativas parentais durante a infância no desenvolvimento da ligação materno-fetal*. Tese de Mestrado em Psicologia Aplicada. Lisboa: ISPA- Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

- Fonseca, L., Sousa, C., Vaz, J. M. (2003). *A sexologia, perspectiva multidisciplinar II*. Coimbra: Edições Quarteto.
- Fonseca, V. & Cunha, A. C. B. (2003). Teoria da experiência de aprendizagem mediatizada e interação familiar. Cruz Quebrada: Faculdade de Motricidade Humana.
- Freitas, E. H. S. (2011). *A importância das memórias dos cuidados recebidos na infância e a qualidade do investimento parental em mães de bebés pré-termo*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde. Universidade de Lisboa.
- Freitas, H. M. R., Cunha, M. V. M., & Moscarola, J. (1997). Aplicação de sistemas de software para auxílio na análise de conteúdo. *Revista de Administração da USP*, 32 (3), 97-109.
- Fulmer, R. (1989). Lower-income and professional families: a comparison of structure and life cycle process. In B. carter & M. McGoldrinck (eds.). *The Changing Family Life Cycle: A Framework for Family Therapy*, 545-578. Boston: Allyn & Bacon.
- Gameiro. S., Martinho. B., Canavarro, M. C., Moura-Ramos, M. (2008). Estudos psicométricos da Escala de Investimento Parental na Criança. *Psychologica*, 48, 77-99.
- Gimeno, J. (2001). *Quem sai aos seus* (2ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Glasgow, K.L., Dornbusch, S. M., Troyer, L. & Steinberg, L. (1997). Parenting styles, adolescent's attributions, and educational outcomes in nine heterogeneous high school. *Child Development*, 68, 507-529.
- Gomes, M. E. F. (2014). *Avaliação do impacto de um programa de intervenção com famílias multiproblemáticas: para uma parentalidade mais positiva*. Universidade Fernando Pessoa
- Gómez, E., Muñoz, M. M., & Haz, A. M. (2007). Familias multiproblemáticas y en riesgo social: características e intervención. *Psyke*, 2 (16) 43-54. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22282007000200004>
- González, C. (2004). Famílias multiproblemáticas, dificultades de abordaje. *Trabajo Social*, 6 (1), 145-156.
- Greenberger, E. & Goldberg, W.A. (1989). Work, parenting and the socialization of children. *Developmental Psychology*, 25, 23-35. doi: 10.1037/0012-1649.25.1.22
- Guryan, J., Hurst, E. & Kearney, M. (2008). Parental education and parental time with children. *Journal of Economic Perspectives* 22(3), pp. 23–46.

- Hoff, L. A. (1994). *Violence Issues. An Interdisciplinary Curriculum guide for professionals*. Ottawa: Health Canada.
- Hohmann, M. & Weikart, D. P. (2003). *Educar a criança*. (2ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Husserl, E. (2014). *A ideia de fenomenologia*. Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1907).
- Husserl, E. (1970). *The crisis of european sciences and transcendental phenomenology*. Evanston: Northwestern University Press.
- Keller, H. (2000). Human parent-child relationships from an evolutionary perspective. *American Behavioral Scientist*, 43, 957-96. doi: 10.1177/00027640021955694
- Koschanska, G., Murray, K. T. (2000). Mother-child mutually responsiveorientation and conscience development: From toddler to early school age. *Child Development*, 71, 2, 417-431.
- Kruel, C. S. (2008). *Transição para a parentalidade no contexto de cardiopatia congénita do bebé*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial da Saúde.
- Langdridge, D. (2007). *Phenomenological psychology: Theory, Research and Method*. Harlow, UK: Pearson Education.
- Laverty, S. M., (2003). Hermeneutic Phenomenology and Phenomenology: A Comparison of Historical and Methodological Considerations. *International Journal of Qualitative Methods*, 1, 1-29.
- Linares, J. L. (1997). *Modelo sistémico y familia multiproblemática*. In J. M. Colletti, & J. Linares, *La intervención sistémica en los servicios sociales ante la família*. Barcelona: Paidós.
- Lordelo, E., R., França, C., B., Lopes, L., M., S., Dacal, M., P., O., Carvalho, C., S., Guirra, R., C. & Chalub, A., A. (2006). Investimento Parental e desenvolvimento da criança. *Estudos de Psicologia*, 11 (3), 257-264.
- Machado, C., & Gonçalves, R., A. (2003). *Violência e Vítimas de Crimes*. Coimbra: Quarteto.
- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2008). *Avaliação psicológica: instrumentos validados para a população portuguesa*. Coimbra: Edições Quarteto.
- Machado, M. (2012). *Compreender a terapia familiar. Psicologia.pt: O portal dos psicólogos*.

- Matos, M. (2002). Violência conjugal. In C. Machado, & R. A. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crimes. Vol. I: Adultos* (pp. 81-130). Coimbra: Quarteto.
- Maturana, H., & Varela, F. (1980). *Autopoiesis and cognition*. Boston: Reidel.
- Maturana, H. (1995). Biología y violencia. In F. Coddou, *Violencia: en sus distintos ambitos de expresion*. Santiago de Chile: Dolmen.
- Melo, A. & Alarcão, M. (2011). Avaliações em situações de risco e perigo para as crianças: Um roteiro organizador. *Análise Psicológica*, 3 (29), 451-466.
- Mendes, R., Fritsch, B. G., Pirocca, G. Q. & Sartor, L. (2013). *Falhas no vínculo mãe-bebê. Um estudo psicanalítico*. I Congresso de Pesquisa e Extensão da FSG. Caxias do Sul – RS, de 30 de Setembro a 02 de Outubro de 2013.
- Mesquita, M. (2013). *Parentalidade: um contexto de mudanças*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Minayo, M. C. S. (2001). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Minuchin, S. (1974). *Families & Family Therapy*. Cambridge: Harvard University Press.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Monteirol, L., Fernandes, M., Verissimo, M., Costa, I. P., Torres, N. & Vaughn, B. E. (2010). Perspectiva do pai acerca do seu envolvimento em famílias nucleares. Associações com o que é desejado pela mãe e com as características da criança. *Revista Interamericana de Psicologia*, 44, (1), 1-11.
- Muniz, J. R. & Eisenstein, E. (2009). Genograma: informações sobre família na (in)formação médica. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 33 (1), 72-79.
- Oliveira, D. C. & Souza, L. (2006). Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6 (2), 2º semestre.
- Organização Mundial de Saúde (OMS) (1991). Retirado de: <http://www.who.int/eportuguese/countries/prt/pt/>
- Östberg, V. (2000). Children's living conditions in Sweden. Social patterns and trends in parental accessibility, child care and economic resources. *International Journal of Social Welfare*, 9, 64-75.
- Paz, T. (2014). *Estilos parentais e o rendimento escolar*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e de Aconselhamento. Universidade Autónoma de Lisboa.
- Pereira, I. & Alarcão, M. (2014). Parentalidade minimamente adequada: Contributos para a operacionalização do conceito. *Análise Psicológica*, 32 (2), 157-171.

- Pereira, J. M. H. S. (2016). *“Quando o sofrimento se torna insuportável”*. Experiência vivida de mulheres homicidas em context de violência doméstica. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Pina, A. (2013). Quanto mais me bates, menos gosto de mim. Abordagem da Violência Doméstica em cuidados de saúde primários. *Revista Portuguesa de Medicina Geral Familiar*, 29 (4), 250-254.
- Pires, A. S. R. (2008). *Estudo da conjugalidade e da parentalidade através da satisfação conjugal e da aliança parental*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Pires, M. (2010). *Valores, estilos parentais, stresse infantil e vivência emocional dos filhos*. Faro: Universidade do Algarve.
- Pires, M., Hipólito, J. & Jesus, S. (2010). Questionário de Estilos Parentais para Pais: Validação Preliminar. Actas do VII Simpósio de Investigação em Psicologia, 538-552. 4 a 6 de fevereiro 2010. Braga: Universidade do Minho
- Poletto, R. C. (2005). A ludicidade da criança e a sua relação com o contexto familiar. *Psicologia em estudo*, 10, 65-75.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Redondo, J., Pimentel, I., & Correia, A. (2012). *Uma proposta de Manual para profissionais de saúde na área da violência familiar/entre parceiros íntimos*. Coimbra: Serviço de Violência Familiar – Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra.
- Reis, I. M. D. G. (2012). *Intervenção social com famílias multiproblemáticas: diálogos entre a sistémica e a mediação*. Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa.
- Relvas, A. P. (1999). *Conversas com famílias: discursos e perspectivas em terapia familiar*. (p. 11-38). Porto: Edições Afrontamento.
- Relvas, A. P. (2004). *O ciclo vital da família - Perspectiva sistémica*. (3ªed.) Santa Maria de Leiria: Edições Afrontamento.
- Robinson, E., & Eyberg, S. (1981). The dyadic parent-child interaction coding system: Standardization and validation. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 49, 245-250. doi: 10.1037/0022-006X.49.2.245.
- Siani, S. R., Correa, D. A. & Las Casas, A. L. (2016). Fenomenologia, método fenomenológico e pesquisa empírica: o instigante universo da construção de

- conhecimento esquadrihada na experiência de vida. *Revista de Administração da UNIMEP*, 4 (1).
- Silva, L. F. (1995). *Entre marido e mulher alguém meta a colher*. Celorico de Basto: À Bolina, Editores Livreiros, Lda.
- Simões, S. C. C. (2011). *Influência dos estilos educativos parentais na qualidade da vinculação de crianças em idade escolar em diferentes tipos de família*. Tese de Doutoramento em Ciências Biomédicas. Universidade do Porto.
- Smith, J. A., & Osborn, M. (2008). Interpretative phenomenological analysis. In J. A. Smith (Ed.). *Qualitative psychology: A practical guide to research methods*, 53–80. London: Sage
- Soares, S. (2012). *Estilos parentais: percepções entre pais e filhos*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Sousa, L. (2005). *Famílias Multiproblemáticas* (1ª ed.). Coimbra: Quarteto.
- Sousa, L. & Ribeiro, C. (2005). Percepção das famílias multiproblemáticas pobres sobre as suas competências. *Psicologia*, XIX (1-2), 169-191.
- Sroufe, L. A. (2002). From infant attachment to promotion of adolescent autonomy: prospective, longitudinal data on the role of parents in development'. In J. G. Borkowski, S. L. Ramey, & M. Bristol-Power (Eds.). *Parenting and the child's world: Influences on academic, intellectual, and socioemotional development*. 187-202.
- Stern, D. (1997). *A constelação da maternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Tavares, J., Pereira, A. J., Monteiro, S., Gomes, A. (2007). *Manual de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem*. Porto Editora: Porto.
- Tokumar, R. S., Zortea, T. C., Howat-Rodrigues, A. B. & Andrade, A. L. (2011). Diferenças no investimento materno em função de variáveis socioambientais. *Estudos de Psicologia*, 16 (1), 49-55.
- Torres, N., Santos, A. J., & Santos, O. (2008). Qualidade da vinculação ao pai e à mãe e o desenvolvimento da amizade recíproca em crianças de idade pré-escolar. *Análise Psicológica*, XXVI (3), 435-445.
- Turcotte, G. & Gaudet, J. (2009). Conditions favorables et obstacles à l'engagement paternel: un bilan des connaissances. In D. Dubeau, A. Devault & G. Forget (Eds.), *La paternité au XXI siècle*. Québec, Canada: Les presses de l'Université Laval. P 39-70.

- Vilelas, J. (2009). *Investigação – O processo de construção do conhecimento*. (1ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Weber, R. (1985). *Basic content analysis*. Beverly Hills: Editora Sage.
- Weizman, J. (1985). Engaging the severely dysfunctional family in treatment: basic considerations. *Family Process*, 24, 473-485.
- Yaegashi, S. F., & França, S. L. (2002). O brincar segundo as mães de crianças na faixa etária entre zero e quatro anos de idade. *Iniciação Científica*, 4 (1), 69-76.
- Zappe, J. G., Yunes, M. A. M., Dell’Aglia, D. D. (2016). Imagens Sociais de Famílias com crianças e adolescentes: Impacto do Status socioeconómico e da institucionalização. *Pensando Famílias*, 20 (1), 83-98.
- Zorning, S. M. A. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: Um processo de construção da parentalidade. *Tempo Psicanalítico*, 42 (2), pp. 453-471.
- Zottis, G. A. H., Algeri, S., & Portella, V. C. C. (2006). Violência intrafamiliar contra a criança e as atribuições do profissional de enfermagem. *Família, Saúde Desenvolvimento*, 8 (2), 146-153.

ANEXOS

Anexo I – Consentimento informado



Informação aos participantes

Projecto “Do Brincar ao Pensar”

Como dinamizadores responsáveis por este projeto da Universidade Autónoma de Lisboa, a frequentar o 2º ano de mestrado em Psicologia Clínica e de Aconselhamento e a estagiar atualmente nos equipamentos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, vimos por este meio pedir a sua colaboração com o objetivo de desenvolver o projecto “Do Brincar ao Pensar”.

O objetivo do projeto consiste em fortalecer as relações entre pais-filhos através do brincar, como facilitador da relação e do desenvolvimento parental e da criança.

Iremos recolher informações sobre a família que compõem o agregado e realizar 14 sessões de interação através do brincar com os pais-filhos. As sessões serão semanais e terão a duração de 45 a 60 minutos.

Três sessões serão padronizadas com brincar livre/dirigido (pela mãe)/arrumação. Estas sessões serão gravadas através de câmara de filmar; nas sessões seguintes os vídeos serão visualizados de forma a promover momentos de reflexão e que servirá apenas para efeito de análise de resultados.

Pedimos assim autorização para recolher gravação audiovisual em três sessões; aos pais será passado um Questionário de Estilos Parentais (PAQ-P) e de Investimento Parental na Criança (PIC) em dois momentos. Toda a informação será confidencial e a sua participação é voluntária podendo responder apenas às questões que entender.

Os equipamentos onde serão realizadas as sessões, terão no fim do projeto uma cópia do trabalho final, tendo as famílias que participaram, acesso ao mesmo.

Desde já agradecemos a sua compreensão e participação neste projeto. Segue abaixo o consentimento informado que deverá ler e assinar se estiver de acordo.

Consentimento Informado

Título do Projecto: “Do Brincar ao Pensar”

Ao assinar este documento confirmo o seguinte:

Compreendi a informação sobre o projeto acima referido, tendo-me sido explicado que a minha participação, assim como a do meu educando é feita livremente e tive oportunidade de colocar todas as minhas dúvidas.

Compreendi o que me é pedido e aceito fazer parte deste projeto, e que toda a informação prestada durante as sessões é para fins de estudo e são confidenciais.

Aceito a gravação de três sessões com recolha de imagens, compreendendo que serão apenas utilizadas para observação das dinâmicas parentais.

Será facultado no fim do projeto uma cópia das sessões gravadas relativamente à interação entre pais-filhos.

Assinatura do(a) participante:

Data:

Assinatura do dinamizador:

Anexo II – Questionário de Estilos Parentais (PAQ-P)

Questionário de Estilos Parentais – Pais

(Pires, 2011)

Adaptação do *Parental Authority Questionnaire* PAQ, (Bani, 1991)

Para cada uma das frases faça uma cruz no número da escala de 5 pontos (1=Discordo totalmente, 5= Concordo totalmente) que melhor descreve ou se aplica a si como Mãe/Pai na relação com os seus filhos. Não existem respostas certas ou erradas, tente não demorar muito tempo em cada questão. É importante que responda a todos os itens, não se esquecendo de nenhum.

1= Discordo totalmente 2= Discordo 3= Não concordo nem discordo 4=Concordo 5=Concordo totalmente

1	Acredito que numa família bem estruturada, as crianças devem fazer as coisas à sua maneira.	1 2 3 4 5
2	Obrigo os meus filhos a fazer coisas que acredito serem correctas, mesmo que eles não concordem.	1 2 3 4 5
3	Sempre que digo aos meus filhos para fazerem algo, espero que o façam imediatamente sem perguntas.	1 2 3 4 5
4	Quando uma regra familiar é estabelecida, explico os motivos desta aos meus filhos.	1 2 3 4 5
5	Encorajo o diálogo com os meus filhos quando estes não estão de acordo com as regras e restrições familiares.	1 2 3 4 5
6	Acredito que uma criança necessita de ser livre para tomar as suas próprias decisões e fazer o que quiser, mesmo que isso não esteja de acordo com o meu desejo.	1 2 3 4 5
7	Não permito aos meus filhos que questionem as minhas decisões.	1 2 3 4 5
8	Oriento os meus filhos através do diálogo e da disciplina.	1 2 3 4 5
9	Penso que devo usar a minha autoridade para conseguir que os meus filhos se comportem como eu acho que devem.	1 2 3 4 5
10	Acho que os meus filhos não precisam de obedecer às regras e normas de comportamento simplesmente porque alguém com autoridade as estabeleceu.	1 2 3 4 5
11	Transmito aos meus filhos o que espero deles mas também lhes dou liberdade para conversar quando não concordam comigo.	1 2 3 4 5
12	Acredito que os pais sensatos devem ensinar desde cedo quem é o chefe da família.	1 2 3 4 5
13	Raramente dou orientações aos meus filhos sobre o seu comportamento.	1 2 3 4 5

14	Quando as decisões familiares são estabelecidas, na maioria das vezes faço aquilo que os meus filhos querem.	1 2 3 4 5
15	Dou aos meus filhos orientações de forma clara e consistente.	1 2 3 4 5
16	Fico muito chateado(a) quando os meus filhos tentam discordar comigo.	1 2 3 4 5
17	Acredito que a maior parte dos problemas na sociedade seriam resolvidos se os pais não restringissem as actividades, as decisões e os desejos dos filhos durante o seu crescimento.	1 2 3 4 5
18	Deixo claro o comportamento que espero dos meus filhos e, quando não correspondem às minhas expectativas, acabo por puni-los.	1 2 3 4 5
19	Permito aos meus filhos decidir a maior parte das coisas sozinhos sem lhes dar muitas orientações.	1 2 3 4 5
20	Tenho em consideração a opinião dos meus filhos nas decisões familiares, mas não tomo decisões só porque eles assim o querem.	1 2 3 4 5
21	Não me sinto responsável por orientar e dirigir o comportamento dos meus filhos.	1 2 3 4 5
22	Tenho padrões bem definidos de comportamentos para os meus filhos, mas estou disposto(a) a ajustar esses padrões às necessidades individuais de cada um.	1 2 3 4 5
23	Oriento o comportamento dos meus filhos e espero que sigam as minhas orientações, mas converso com eles e ouço sempre as suas opiniões.	1 2 3 4 5
24	Permito que os meus filhos tenham o seu próprio ponto de vista nos assuntos familiares e decidam por si o que vão fazer.	1 2 3 4 5
25	Sempre pensei que a maioria dos problemas da sociedade seriam resolvidos se os pais fossem rígidos e autoritários para com os seus filhos.	1 2 3 4 5
26	Digo sempre aos meus filhos o que devem fazer e como fazer.	1 2 3 4 5
27	Dou indicações claras para o comportamento e actividades dos meus filhos, mas sou compreensivo(a) quando discordam delas.	1 2 3 4 5
28	Na minha família, não dou orientações em relação a comportamentos, actividades e desejos dos meus filhos.	1 2 3 4 5
29	Os meus filhos sabem o que espero deles e insisto para que atendam às minhas expectativas simplesmente por respeito pela minha autoridade.	1 2 3 4 5
30	Se tomo uma decisão que magoe os meus filhos, estou disposto(a) a conversar com eles e a admitir as minhas falhas.	1 2 3 4 5

Anexo III – Escala de Investimento Parental (EPIC)

ESCALA DE INVESTIMENTO PARENTAL NA CRIANÇA

(Bradley, Whiteside-Mansell, & Brisby, 1997; Versão Portuguesa: S. Gameiro, M. Moura-Ramos e M. C. Canavarro, 2006)

Nome: _____

As seguintes afirmações expressam diferentes opiniões acerca de aspectos relacionados com o investimento parental na criança. Assinale, para cada afirmação, o número que melhor indica o quanto concorda ou discorda com essa afirmação. Por favor, preencha todos os itens. Use as seguintes categorias de resposta:

1 – Concordo fortemente 2 – Concordo 3 – Discordo 4 – Discordo fortemente

1.	Criar uma criança é tão exigente. Estou desejoso/a por um tempo mais tardio na minha vida em que possa ter tempo para mim.	1	2	3	4
2.	Estou sempre a gabar-me acerca do/a meu/minha filho/a aos meus amigos e família.	1	2	3	4
3.	Se se elogiam muito as crianças, elas tornam-se vaidosas.	1	2	3	4
4.	Gostaria que o/a meu/minha filho/a se apressasse e aprendesse a fazer mais coisas por ele/a mesmo/a. Dessa forma não teria de fazer tanto por ele/a.	1	2	3	4
5.	Levo fotografias do/a meu/minha filho/a comigo para onde quer que vá.	1	2	3	4
6.	Os bebés têm de aprender que não podem receber colo sempre que choram.	1	2	3	4
7.	Desde que o/a meu/minha filho/a chegou, sinto que não tenho qualquer privacidade.	1	2	3	4
8.	Frequentemente dou por mim a pensar acerca do/a meu/minha filho/a.	1	2	3	4
9.	A maior parte dos pais parece demasiado preocupada de que o/a seu/sua filho/a se possa magoar.	1	2	3	4
10.	Tive que desistir de fazer muitas coisas de que gosto apenas para tomar conta do/a meu/minha filho/a.	1	2	3	4
11.	Agarrar e mimar o/a meu/minha filho/a é mais divertido do que a maior parte das outras coisas que faço.	1	2	3	4
12.	As crianças têm simplesmente que aprender a ajustar-se ao barulho e luzes de uma casa.	1	2	3	4
13.	Às vezes gostava que as pessoas estivessem tão interessadas em mim como estão no/a meu/minha filho/a.	1	2	3	4
14.	Gosto de ir a lugares de que o/a meu/minha filho/a vai gostar.	1	2	3	4
15.	Muitos pais agarram e dão colo em demasia às suas crianças.	1	2	3	4
16.	Tem sido difícil lidar com as exigências colocadas à família por esta criança.	1	2	3	4
17.	É mais divertido comprar algo novo ao/à meu/minha filho/a do a mim próprio/a.	1	2	3	4
18.	É normalmente um incómodo demasiado grande ir com o/a meu/minha filho/a às compras.	1	2	3	4
19.	A maior parte das vezes em que saio de casa levo o/a meu/minha filho/a comigo.	1	2	3	4

Anexo IV – Entrevista Clínica Semiestructurada

História Clínica Familiar

Dados da Família: Pai / Mãe / Filhos / Avós / outros membros que coabitem ou sejam significativos na relação familiar – ex: amas)

Nome da Mãe: _____ Idade: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Escolaridade: _____ Profissão: _____

Estado civil/Situação marital: _____

Nome da Pai: _____ Idade: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Escolaridade: _____ Profissão: _____

Estado civil/Situação marital: _____

Nome do filho(a): _____ Idade: _____ meses

Data de Nascimento: ____/____/____ Escolaridade/Escola: _____

Pedido: Que expectativas tem acerca do convite para participar neste projeto?

Genograma Familiar: (pôr a legenda):

Condições Habitacionais:

História Clínica Individual (Mãe):

História familiar: (Dinâmica e relações familiares)

Desenvolvimento/ percurso escolar/ profissional/ relacional

História Clínica Individual (Pai):

História familiar (Dinâmica e relações familiares):

Desenvolvimento/ percurso escolar/ profissional/ relacional

História Clínica Individual (Criança):

História familiar (Gravidez desejada, planeada, como foi vivida a gravidez e o nascimento, como vivencia o papel de mãe):

Desenvolvimento/ percurso escolar/ relacional:

Dados clínicos: Perturbações/ sintomatologia / internamentos / doenças existentes

Mãe:

Pai:

Criança:

Comunicação e Dinâmica familiar (Papéis, hierarquias, estilo de liderança, rituais/tradições):

Relações entre os diferentes sistemas da família:

- Marital: (história e relação do casal, comunicação, intimidade; tarefas; papéis)
- Parental/Filial: (relação pais/filhos e filhos/pais; estilos educativos parentais)
- Fraternal: (relação entre irmãos; posição na fratria?)

Fases do desenvolvimento da família – Ciclo de Vida Familiar (De que forma a família lida com os problemas do quotidiano)?

Alterações da vida familiar: (Acontecimentos que provocaram uma alteração no funcionamento e potencialmente uma crise: Ex: doença familiar; rutura, morte; mudança de casa, emprego, etc.; e sua adaptação):

**Anexo V – Descrição de cada item das subcategorias escolhidas para a
interação lúdica**

Comunicação Positiva: M. elogia e gaba o comportamento, as respostas e ideias de C. em momentos que esta deve ser valorizada, exceto se a M. valorizar comportamentos de C. que sejam negativos. Aqui incluímos os agradecimentos, os elogios, encorajamentos (ex.: obrigada, muito bem, tu consegues)

Comunicação Negativa: M. reprova, repreende, ataca, ironiza, impede ou desvaloriza a C. em determinados momentos, mesmo tendo em conta o esforço da C., exceto se a M. repreende C. num comportamento desadequado. Há palavras que são ditas, acompanhadas de expressões faciais que demonstram falta de paciência, ironia ou desprezo (ex.: Ah bom, tu é que sabes, falar demasiado alto).

Interação Verbal: Qualquer conversa ou diálogo entre M. e C. incluindo quando a M. faz perguntas a C. ou vice-versa (ex. que cor é esta? Que animal é este? Que som faz este animal? etc.).

Ordens: Quando M. dá uma ordem ou estabelece uma imposição, mesmo que não seja apenas para corrigir um comportamento de C., mas que tente impor a sua condição sem se preocupar com as vontades da C. (ex. Vai apanhar; senta-te; quero que me dês o azul).

Comunicação não-verbal Positiva: Corresponde a um toque físico facial/corporal entre a M. e a C. (ex.: carícia, abraços, beijinhos).

Comunicação não-verbal Negativa: Corresponde a um toque físico facial/corporal entre a M. e a C. (ex.: bater; sacudir; agarrar C. para a repreender).

Disponibilidade de M.: M. mostra-se disponível para fazer o que a C. quer e da forma que quer. A M. brinca de forma a satisfazer as vontades ou necessidades da C. Demonstra satisfação durante a atividade lúdica dá-lhe atenção e é sensível às suas necessidades, ou seja, tem que ver com o esforço da M. em agradar a C. (ex.: rir, sorrir, incentivar)

Indisponibilidade da M.: M. está presente na sala, mas está “desligada” de C., não se envolve nem demonstra satisfação na atividade lúdica, não procura interação nem acede aos pedidos da C.

M. e C. brincam juntos: M. e C. partilham a mesma brincadeira e estão envolvidos na mesma atividade lúdica.

M. e C. brincam juntos, mas sem interação: M. e C. utilizam os mesmos brinquedos, mas não interagem um com o outro, nem partilham a atividade.

M. solicita C. para brincar e esta acede: M. sugere uma atividade e C. aceita, brinca, e demonstra satisfação no brincar.

M. solicita C. para brincar e esta não acede: M. sugere uma atividade lúdica, mas C. não quer, continuando a brincar, ou escolhendo outra atividade.

Iniciativa de C. para nova brincadeira: C. manifesta verbalmente ou não, a sua vontade de brincar com outra coisa ou mudar algo numa atividade, agindo de acordo com a sua própria vontade.

C. obedece a M.: C. acede prontamente ao que a M. lhe pede ou exige, sem questionar ou fazer birra.

C. desobedece a M.: C. não acede ao que M. lhe pede ou obedece apenas após uma punição (ex.: castigo; chantagem).

C. ignora a M.: C. “desliga” da M., finge não ouvir, não responde, não brinca com M.

Comportamento desadequado: Comportamento inapropriado, que merece uma repreensão ou castigo por parte de M.

C. solicita M. para brincar e esta acede: M. não corta as brincadeiras de C., dá seguimento à atividade, deixando C. brincar até ao fim.

M. pede a C. para arrumar: no último momento, M. pede a C. que comece a arrumar os brinquedos que usaram.

Rir: C. ri-se de alguma situação, durante uma brincadeira, ou interação com a mãe.

Chorar: C. chora por ser contrariado, ou porque fica de castigo, ou por outro motivo.

Gritar: C. eleva o tom de voz, grita para/ou com a mãe.